



Memórias da Ilha da Marambaia:

tradições orais da cultura afro-brasileira



Memórias da Ilha da Marambaia:

tradições orais da cultura afro-brasileira

Rio de Janeiro, 2015

© 2015 Fundação Vale.

Todos os direitos reservados.

Coordenação: Setor de Ciências Humanas e Sociais da Representação da UNESCO no Brasil

Organização: Amilcar Araujo Pereira, Luciana Santos da Silva, Thayara Cristine Silva de Lima e Hudson Batista das Neves

Revisão técnica: Andreia Prestes e Gizele Avena

Foto de capa: Studio Okada

Fotos e ilustrações: Hudson Batista das Neves e Rafael Hildebrand

Revisão editorial: Unidade de Comunicação, Informação Pública e Publicações da Representação da UNESCO no Brasil

Projeto gráfico e diagramação: Unidade de Comunicação, Informação Pública e Publicações da Representação da UNESCO no Brasil

Memórias da Ilha da Marambaia: tradições orais da cultura afro-brasileira /
organizado por Amilcar Araujo Pereira, Luciana Santos da Silva, Thayara Cristine
Silva de Lima e Hudson Batista das Neves. – Rio de Janeiro : Fundação Vale, 2015.
108 p.

Incl. Bibl.

ISBN: 978-85-7652-202-7

1. Relações étnico-raciais 2. Educação 3. Formação de professores 4. História da
África 5. História afro-brasileira 6. Cultura africana 7. Cultura afro-brasileira 8. Brasil
9. África I. Fundação Vale II. Pereira, Amilcar Araujo III. Silva, Luciana Santos da
IV. Lima, Thayara Cristine Silva de V. Neves, Hudson Batista das

Esta publicação tem a cooperação da UNESCO no âmbito do Projeto 570BRZ3002, Formando Capacidades e Promovendo o Desenvolvimento Territorial Integrado, o qual tem o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida de jovens e comunidades.

Os autores são responsáveis pela escolha e apresentação dos fatos contidos neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO, nem comprometem a Organização. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo desta publicação não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

Esclarecimento: a UNESCO mantém, no cerne de suas prioridades, a promoção da igualdade de gênero, em todas suas atividades e ações. Devido à especificidade da língua portuguesa, adotam-se, nesta publicação, os termos no gênero masculino, para facilitar a leitura, considerando as inúmeras menções ao longo do texto. Assim, embora alguns termos sejam grafados no masculino, eles referem-se igualmente ao gênero feminino.

Fundação Vale

Av. Graça Aranha, 26

16º andar – Centro

20030-900

Rio de Janeiro/RJ – Brasil

Tel.: (55 21) 3814-4477

Site: www.fundacaovale.org

Representação da UNESCO no Brasil

SAUS Qd. 5, Bl. H, Lote 6,

Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar

70070-912 – Brasília/DF – Brasil

Tel.: (55 61) 2106-3500

Fax: (55 61) 3322-4261

Site: www.unesco.org/brasil

E-mail: grupoeditorial@unesco.org.br

facebook.com/unesconarede

[twitter: @unesco brasil](https://twitter.com/unesco brasil)

Impresso no Brasil



Memórias da Ilha da Marambaia:

tradições orais da cultura afro-brasileira

FUNDAÇÃO VALE



A área de Educação da Fundação Vale busca contribuir para a melhoria da qualidade da educação, por meio de articulação, mobilização e formação de diversos atores, valorizando os potenciais educativos locais.

Fundação Vale

Conselho Curador

Presidente

Vania Somavilla

Conselheiros

Zenaldo Oliveira

Luiz Eduardo Lopes

Marconi Vianna

Antonio Padovezi

Ricardo Gruba

Ricardo Mendes

Luiz Fernando Landeiro

Luiz Mello

Conselho Fiscal

Presidente

Murilo Muller

Conselheiros

Lino Barbosa

Benjamin Moro

Felipe Peres

Rodrigo Lauria

Vera Schneider

Diretora-presidente

Isis Pagy

Diretor-executivo

Luiz Gustavo Gouvêa

Relações Intersetoriais

Andreia Rabetim

Educação

Maria Alice Santos

Andreia Prestes

Anna Cláudia D'Andrea

Carla Vimercate

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Reitor

Roberto Leher

Vice-reitora

Denise Fernandes Lopes Nascimento

Decana do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH)

Líliá Guimarães Pogy

Vice-decana do CFCH

Mônica Lima

Diretora da Faculdade de Educação

Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro

Vice-diretora da Faculdade de Educação

Daniela Patti do Amaral

Outubro de 2015

Agradecimentos

Esta publicação é fruto de um esforço coletivo de diferentes instituições, empenhadas em contribuir para a execução da Lei nº 10.639/2003, que trata da obrigatoriedade da inserção do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana no currículo oficial da rede de ensino.

Para sua realização, foram mobilizadas diversas pessoas e instituições. Nas reuniões prévias, realizadas na Vale e na Fundação Vale, na Secretaria Municipal de Educação, na Escola Municipal Levy Miranda, na UFRJ e na Marinha, a importância do projeto foi se tornando cada vez mais evidente.

Agradecemos em primeiro lugar aos moradores da Ilha da Marambaia que receberam os pesquisadores deste Projeto e contaram suas histórias e memórias. Graças a eles e à confiança que depositaram no Projeto, temos hoje este importante material em mãos.

Agradecemos à Marinha do Brasil, especialmente aos comandantes Guilherme César Stark de Almeida e José Guilherme Lima Gonçalves, que disponibilizaram o transporte da equipe da UFRJ para a Ilha da Marambaia, estiveram sempre abertos a ouvir a proposta de trabalho e ofereceram todo o apoio necessário para a sua realização.

Agradecemos à Secretaria Municipal de Educação de Mangaratiba, especialmente à secretária de Educação Meyre Maria G. A. dos Santos, que recebeu o projeto abertamente, estruturou o espaço para as formações na temática étnico-racial dos profissionais de educação do município e realizou o primeiro contato com a direção da Escola Municipal Levy Miranda.

Agradecemos também ao professor Amilcar Pereira, doutor em história pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com estágio doutoral na *Johns Hopkins University*, nos Estados Unidos, e professor de ensino de história na UFRJ, que desempenhou um papel importante coordenando as atividades de campo. Aos estudantes bolsistas da UFRJ Luciana Santos da Silva e Hudson Batista Neves, ambos do curso de pedagogia, e Thayara Cristine Silva de Lima, do curso de história.

Por fim, agradecemos à diretora da Escola Municipal Levy Miranda, Glauciane Amaral de Oliveira Pontes, que abriu as portas da escola para a pesquisa. À professora Gláucia Souza e ao funcionário Nilton Carlos Alves, que atuaram como pesquisadores. E aos alunos da escola municipal localizada na Marambaia que se envolveram diretamente no trabalho de investigação como bolsistas do projeto: Raiane Lima Estanislau, 11 anos, matriculada no 6º ano; Vitória Machado Alves, 12 anos, matriculada no 7º ano; Elói Juvenal Alves, 16 anos, matriculado no 8º ano; e Adriano de Lima, 14 anos, matriculado no 9º ano.¹

¹ As idades são da época em que as entrevistas foram realizadas.

Prefácio

No Brasil, as desigualdades sociais e educacionais entre brancos e negros ainda são grandes, sendo que este último grupo responde pelos mais baixos índices de desenvolvimento humano. O preconceito racial cria um estigma, uma marca, uma relação perversa e negativa quanto a tudo o que diz respeito ao negro, às suas formas de ser e de significar o mundo. Essas elaborações preconceituosas, que criam ideais estéticos, epistemológicos e culturais são, por vezes, reproduzidas no espaço escolar, local onde paradoxalmente se atribui, na atualidade, a responsabilidade pela promoção de valores de respeito pela diversidade.

Diante desse quadro e frente às pressões realizadas pelo movimento negro em busca de mudanças, na segunda metade da década de 1990, algumas medidas foram tomadas pelo governo federal brasileiro, como a revisão de livros didáticos que apresentavam imagens estereotipadas de negros e indígenas. Ainda na década de 1990, diversos municípios elaboraram leis orgânicas nas quais se estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da história da África; da mesma forma, foram criados cursos de qualificação relacionados ao assunto e voltados para professores. Em 2003, foi aprovada a Lei nº 10.639, que obriga a inserção nos currículos escolares, das escolas públicas e particulares, de conteúdos referentes à história e à cultura afro-brasileiras nas salas de aula.

Passados mais de dez anos da entrada em vigor da Lei nº 10.639/2003, o quadro ainda é preocupante. Muitos municípios ainda não incorporaram em seus currículos escolares conteúdos que tratam da história e da cultura afro-brasileiras. Além disso, boa parte dos professores no exercício da profissão permanecem sem formação específica, ou seja, sem cursos que orientam para a implementação da referida lei.

A Fundação Vale, ciente da importância do tema, contribui para formar e difundir o conhecimento sobre o assunto para gestores, professores e alunos, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Secretaria Municipal de Educação de Mangaratiba (RJ). Juntas, as instituições desenvolveram um projeto de valorização da memória e da história dos moradores da Ilha da Marambaia, localizada no sul do Estado do Rio de Janeiro. O resultado dessa iniciativa está registrado na presente publicação, que foi estruturada com base em entrevistas com moradores da Ilha, realizadas pela equipe da UFRJ e por professores e alunos da Escola Municipal Levy Miranda, localizada na Marambaia. Esse material é uma importante fonte de pesquisa e aprendizagem para educadores e alunos de todas as partes do Brasil, oferece subsídios para a implementação da Lei nº 10.639/2003 e pode contribuir para o desenvolvimento de práticas docentes que respeitem e valorizem a história e a cultura afro-brasileiras.

Esta publicação fortalece o potencial de educadores e educadoras que, em seu fazer diário, contribuem efetivamente para a construção de uma sociedade mais democrática e para uma escola mais acolhedora e diversa.

Boa leitura!

Fundação Vale

Sumário

Apresentação	11
Introdução	15
Moradores entrevistados	25
O tempo do cativo	29
Religião, festas	37
Causos de “assombração”	53
Infância	59
Escola e educação	67
A Escola de Pesca	77
Pesca e trabalho agrícola	81
Gênero e trabalho	87
Conquistas	93
Referências bibliográficas	105

Apresentação

Em março de 2013, iniciaram-se os diálogos entre a Fundação Vale e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para o desenvolvimento de um projeto de apoio aos professores que atuam na Ilha da Marambaia, localizada no município de Mangaratiba, no sul do Estado do Rio de Janeiro, para colocar em prática a Lei nº 10.639/2003. Há mais de uma década, essa lei tornou obrigatória a inserção da história e da cultura afro-brasileira e africana no currículo oficial da rede de ensino, mas a sua implementação efetiva ainda é um desafio em todo o Brasil.

A proposta de trabalho na Ilha foi ganhando espaço e importância, em função da realidade vivenciada na região da Marambaia. O fortalecimento da identidade dos alunos, por meio da memória de antigos moradores, em um projeto de valorização da história e da cultura afro-brasileira, apresenta em si mesmo um grande potencial: contribuir para ampliar o interesse dos alunos pela escola, reduzir a evasão, além de funcionar como um estímulo para que os jovens deem continuidade a seus estudos.

Nessa perspectiva, foi desenhado um projeto que se dividiu em duas frentes de atuação e teve início em julho de 2013: a formação dos docentes para o apoio à implementação da Lei nº 10.639/2003 e a produção de uma publicação voltada para as memórias da Ilha da Marambaia.

O estabelecimento de um acordo de cooperação técnica com a Faculdade de Educação da UFRJ foi um passo importante para o desenvolvimento do projeto, que foi estruturado em parceria com a equipe de Educação da Fundação Vale.

Para que as atividades pudessem ser iniciadas de fato, foi fundamental o diálogo com a Secretaria Municipal de Educação de Mangaratiba. A partir daí, percebeu-se que o fortalecimento da execução da Lei nº 10.639/2003, por meio de uma formação voltada aos professores da rede, era importante não apenas para a Marambaia, mas para todo o município. Por isso, o escopo da proposta foi ampliado, e passou-se a oferecer o curso de extensão para todos os coordenadores pedagógicos de Mangaratiba.

Com duração de 64 horas-aula, o Curso de Extensão de Formação de Professores e Coordenadores da Rede Municipal de Educação de Mangaratiba e da Escola Municipal Levy Miranda² procurou debater a incorporação de novos conteúdos e procedimentos didáticos diferenciados relacionados à história e à cultura afro-brasileira e africana. Os docentes do município que participaram dessa iniciativa foram capazes de ampliar seus conhecimentos sobre a temática étnico-racial, e aqueles que tiveram pelo menos 75% de presença foram certificados pela Universidade Federal com um diploma de curso de extensão.

Por outro lado, a ação específica voltada para as memórias da Ilha da Marambaia teve como desafio estimular os alunos da Escola Municipal Levy Miranda a conhecer mais sobre a história da sua comunidade e ampliar o canal de diálogo com os mais velhos, de forma a valorizar suas memórias locais. O trabalho foi desenvolvido com a metodologia da *história oral*³ e está materializado nesta publicação, que contém o esforço de pesquisa, coleta e registro da memória dos moradores da região da Marambaia, por meio de entrevistas, levantamento de fontes iconográficas e produção de acervo fotográfico.

O trabalho de pesquisa sobre a história local se desenvolveu ao longo de seis meses, quando foram realizadas 27 entrevistas, que totalizaram mais de 22 horas de gravação. Semanalmente, foram percorridas as trilhas da Marambaia, para se buscar e estabelecer contato com os moradores, com seus locais de moradias e com suas memórias e histórias. Dividida em dois eixos temáticos, a pesquisa abordou temas relevantes que auxiliam a conhecer a história da Ilha da Marambaia com base nas memórias de seus antigos moradores. O primeiro eixo, relacionado ao reconhecimento de relatos de memórias em comum e que atravessam a vida de quase todos os moradores, subdivide-se em: “A infância”, “A Escola de Pesca”, “A escola e a educação”, “Causos de ‘assombração’”, “A pesca” e “O trabalho agrícola”. O segundo eixo, vinculado à tradição

² A Escola Municipal Levy Miranda está localizada na Ilha da Marambaia, no município de Mangaratiba. Atualmente, tem aproximadamente 60 alunos da educação infantil e do ensino fundamental.

³ A *história oral* é uma metodologia de pesquisa que se baseia na realização de entrevistas com pessoas que, por meio de suas lembranças e representações, fornecem seus testemunhos sobre diferentes aspectos da vida contemporânea. Para mais informações disponíveis em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>>.

cultural afro-brasileira, divide-se em: “O tempo do cativo”, “Religiões e festas”, “Gênero e trabalho” e “Conquistas”. Essa organização contribui para a valorização e para o registro da história da comunidade a partir de seus próprios elementos culturais, existenciais e históricos. A equipe de pesquisadores selecionou trechos das entrevistas com base nesses temas, que posteriormente foram editados e organizados em sequência pelo professor Amílcar Pereira, um dos coordenadores do projeto pela UFRJ. Vale ressaltar que, apesar de significar uma organização das narrativas realizada pelo arbítrio de um dos organizadores, a edição dos trechos foi fiel às narrativas orais específicas e às intenções de cada um dos entrevistados, como preconiza esse tipo de pesquisa científica.

Outra frente de coleta de acervo para a presente publicação foi estruturada por Gláucia Souza, professora de língua portuguesa da Escola Municipal Levy Miranda, e contou ainda com a participação de Raiane, Vitória, Elói e Adriano, bolsistas, alunos da mesma escola e moradores da Marambaia. Após uma formação sobre a coleta e o registro de acervos de memória, os alunos percorreram as casas dos moradores em busca de documentos e fotografias antigas. Esse esforço de coleta e registro da memória possibilitou um encontro geracional entre os moradores: no contato, no manuseio e na seleção dessas fontes históricas, os jovens integrantes da equipe se defrontaram com o passado de suas famílias e de sua comunidade.

Este livro é o resultado de um projeto que contou com a participação da Vale, da Fundação Vale, de professores e alunos da UFRJ, e de professores e alunos da Escola Municipal Levy Miranda. É fruto da crença coletiva no potencial de educadores e educadoras que, em seu fazer diário, são capazes de contribuir efetivamente para a construção de uma sociedade mais igualitária, em favor de uma escola pública mais acolhedora e mais diversa.

Introdução

Histórias da Ilha da Marambaia

“Sou descendente, meus avós, meus bisavós eram da raça de escravos... Está comprovado, olha o livro lá em Itacuruçá, lá na paróquia tem um livro que fala tudo sobre a Marambaia, desde o tempo do comendador Breves. Então, está tudo lá. Foi lá que ele registrou a Ilha da Marambaia no nome dele, comendador Breves. Já ouviram falar bem dele, não é?”

Dionato de Lima Eugênio, “seu” Naná (morador entrevistado)

“Tivemos ações de resistência excelentes, que o pessoal contava para a gente, inclusive ‘seu’ Joel contava para mim que ele, o negro Adriano, defendia muitos negros aqui. Então, a gente também tem um herói. Ele era filho de escravo. [...] Ele enfrentava os militares do Exército, quando vinham para pegar os negros, para ir para a frente de batalha; enfrentava o Exército em prol dos companheiros, e os companheiros iam para a Toca do Rato, que a Marinha jura que não existe, e a comunidade era administrada pelas mulheres. Olha que história excelente, linda!”

Vânia Maria Guerra dos Santos (moradora entrevistada)

“A maior parte dos escravos realmente era para engorda e só passava pela ilha; alguns permaneciam por motivo da roça, principalmente do café e outras plantações, como abacaxi, arroz, mandioca, banana. Eu acho que eles selecionavam alguns; quem se adaptasse ao plantio permanecia, para poder plantar para o sustento dos próprios escravos da fazenda. O café era a principal plantação na época da escravidão e, depois, foi se diversificando”.

Nilton Carlos Alves (morador entrevistado)

“A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro [...] A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”⁴

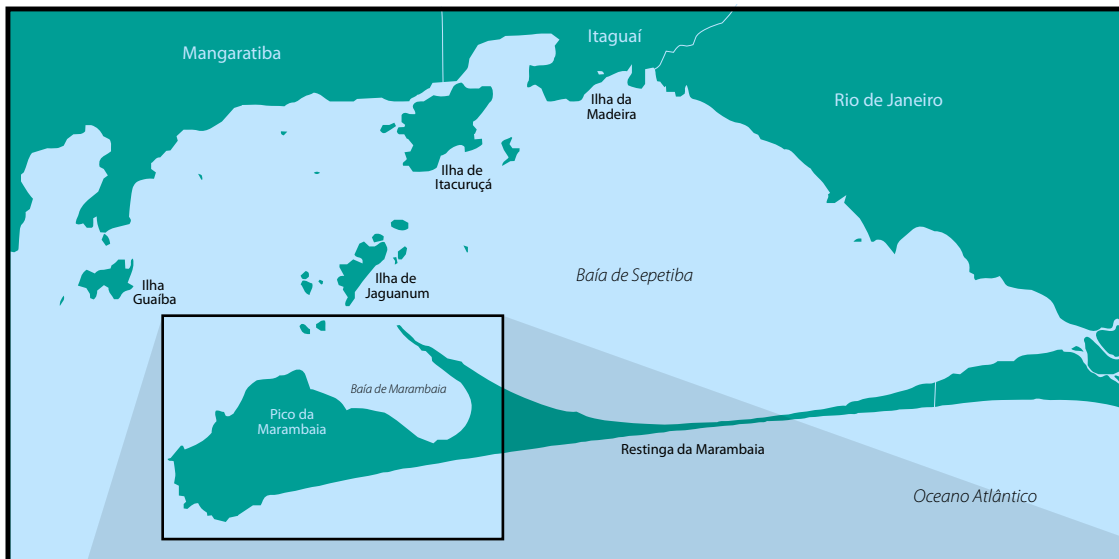
Jacques Le Goff, em “Memória”

Utilizando a afirmação do historiador francês Jacques Le Goff, a memória, “onde cresce a história, que por sua vez a alimenta”, é a base para a elaboração do livro que o leitor tem em mãos e para a tentativa de escrever sobre alguns aspectos da história da Ilha da Marambaia, que, como se verá adiante, é parte importante da história do Brasil.⁵ As articulações entre *memória* e *história* são evidentes ao longo das narrativas apresentadas neste livro, que reconhece e valoriza as memórias dos moradores de uma comunidade muito rica em histórias, como tantas outras comunidades do Brasil. Localizada no litoral da Costa Verde, região ao sul do Estado do Rio de Janeiro, a Ilha da Marambaia faz parte do município de Mangaratiba e é ligada à Restinga da Marambaia, no município do Rio de Janeiro, por uma estreita faixa de terra.⁶

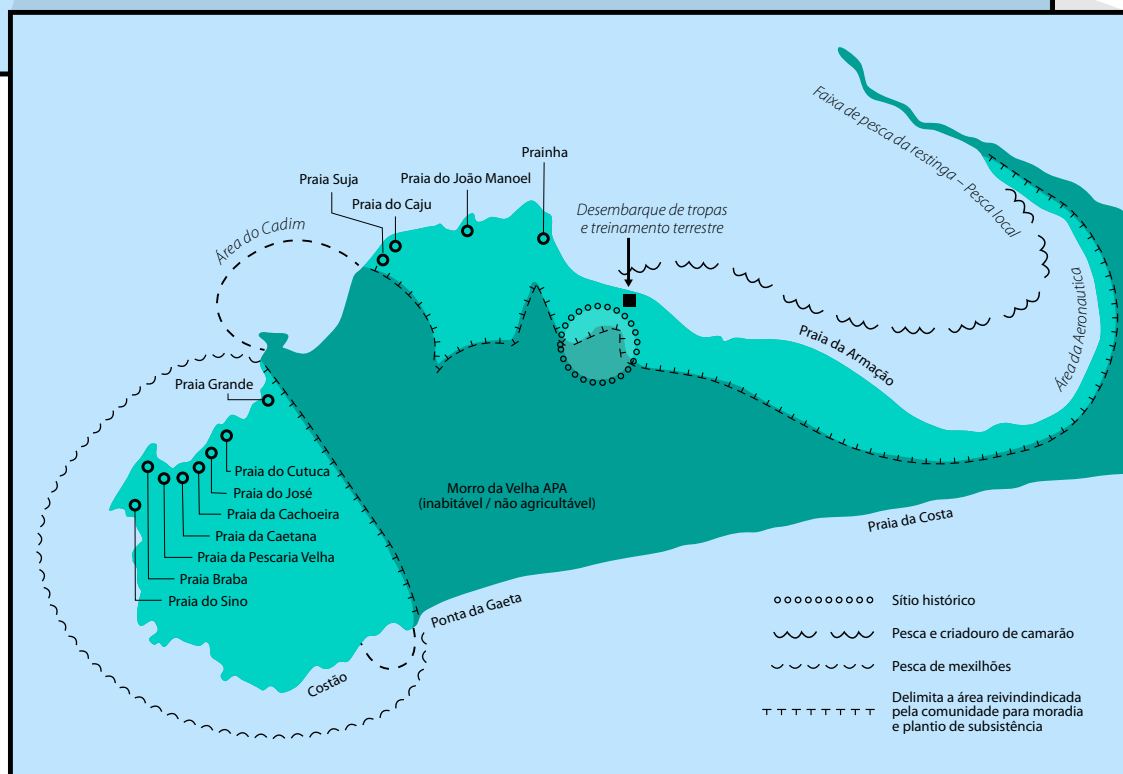
⁴ LE GOFF, 1984, p. 46.

⁵ Para tanto, além das entrevistas de história oral realizadas com moradores da Marambaia, entre setembro de 2013 e março de 2014, pela equipe do Projeto, apresentada na “Introdução” deste livro, também foi utilizada uma ampla bibliografia disponível sobre o tema, que serviu de referência para a elaboração deste texto.

⁶ A Ilha da Marambaia não é uma porção de terra cercada de água por todos os lados, mas é chamada de *ilha*, segundo a Marinha do Brasil, “tendo em vista o porte das elevações que se erguem no extremo oeste, ao final da longa restinga”. Disponível em: <<http://mar.mil.br/cgcfm/marambaia/index.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2015.



Design: © Rafael Hildebrand



Como mostram diversos historiadores⁷, há registros históricos que documentam a presença do tráfico de africanos escravizados na região da Marambaia desde as primeiras décadas do século XIX. Entretanto, esse tráfico para o Brasil de pessoas escravizadas na África teria aumentado substancialmente a partir da Lei de 7 de novembro de 1831. Essa lei, que oficialmente proibia o tráfico de africanos para o Brasil, ficou conhecida como a “lei para inglês ver”, pois, embora o Império do Brasil atendesse às pressões inglesas pelo fim do tráfico de seres humanos escravizados, ela nunca foi implementada ou

⁷ Ver, entre outros: LOURENÇO, 2013; YABETA, 2014; GOMES; YABETA, 2013.

fiscalizada com seriedade pelo governo da época.⁸ Ao contrário, segundo o historiador Luiz Felipe de Alencastro, o volume do tráfico atlântico de pessoas escravizadas para o Brasil teria aumentado muito após a entrada em vigor da Lei de 1831:

Entretanto, 50.000 africanos oriundos do norte do Equador são ilegalmente desembarcados entre 1818 e 1831, e 710.000 indivíduos, vindos de todas as partes da África, são trazidos entre 1831 e 1856, num circuito de tráfico clandestino. Ora, da mesma forma que o Tratado de 1818, a Lei de 1831 assegurava plena liberdade aos africanos introduzidos no país após a proibição. Em consequência, os alegados proprietários desses indivíduos livres eram considerados sequestradores, incorrendo nas sanções do artigo 179 do 'Código Criminal', de 1830, que punia o ato de 'reduzir à escravidão a pessoa livre que se achar em posse de sua liberdade'. A Lei de 7 de novembro 1831 impunha aos infratores uma pena pecuniária e o reembolso das despesas com o reenvio do africano sequestrado para qualquer porto da África. Tais penalidades são reiteradas no artigo 4º da Lei de 4 de setembro de 1850, a Lei Eusébio de Queiróz, que acabou definitivamente com o tráfico negreiro (ALENCASTRO, 2010, p. 2).

Esse processo de aumento do tráfico ilegal de africanos escravizados na primeira metade do século XIX, que em grande medida contou com a participação dos poderes públicos instituídos, seja fazendo "vista grossa" em relação ao que acontecia, seja por atos de corrupção que nunca foram apurados, ainda segundo Alencastro, teria sido possível por meio de um "pacto dos sequestradores", que pode ser entendido como o "pecado original da sociedade e da ordem jurídica brasileira", pois, além de "moralmente ilegítima, a escravidão do Império era ainda – primeiro e sobretudo –, ilegal":

Para que não estourassem rebeliões de escravos e de gente ilegalmente escravizada, para que a ilegalidade da posse de cada senhor, de cada sequestrador, não se transformasse em insegurança coletiva dos proprietários, de seus sócios e credores – abalando todo o país –, era preciso que vigorasse um conluio geral, um pacto implícito em favor da violação da lei. Um pacto fundado nos 'interesses coletivos da sociedade', como sentenciou, em 1854, o ministro da Justiça, Nabuco de Araújo, pai de Joaquim Nabuco (ALENCASTRO, 2010, p. 2).

Foi justamente nesse contexto histórico e social que Joaquim José de Souza Breves (1804-1889) se tornou um dos homens mais ricos do Brasil. Conhecido como o "Rei do Café" no Brasil Imperial, Joaquim Breves teria iniciado a sua carreira política ao receber do imperador d. Pedro I, em 15 de agosto de 1830, "pela sua fidelidade ao monarca", o título de comendador da Ordem da Rosa (BEILER, 2007). Segundo o historiador Thiago Lourenço,

Em 1830, no comprovante de concessão e registro da Ordem da Rosa atribuído a Joaquim Breves, encontramos, além do nome completo do fazendeiro, uma referência bastante importante: *comerciante de escravos*. Os negócios negreiros, legais ou não, marcaram logo de início a trajetória dos Souza Breves, assim como tiveram uma importância singular na conformação de suas fortunas (LOURENÇO, 2013, p. 11).

O ano de 1850 adquire importância nesta narrativa histórica, na medida em que duas importantes leis foram promulgadas pelo Império naquele ano: a Lei nº 601, de 18 de setembro, conhecida como "Lei de Terras"⁹; e a Lei nº 581, de 4 de setembro, mais conhecida como "Lei Eusébio de Queiroz"¹⁰. Atuando como deputado na Assembleia Provincial desde 1846, graças às determinações da Lei de Terras, que foi a primeira tentativa, no século XIX, de se organizar a questão da propriedade das terras no país e que beneficiou enormemente os grandes latifundiários, Joaquim Breves registrou sua posse da Ilha da Marambaia. O registro foi realizado no Cartório da Paróquia de Sant'Anna de Itacuruçá, em 27 de fevereiro de 1856, de acordo com o documento encontrado pela historiadora Daniela Yabeta no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj):

⁸ O texto original da Lei de 7 de novembro de 1831 está disponível no site da Câmara dos Deputados: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html>. Acesso em: 28 jan. 2015.

⁹ O texto original da Lei de Terras está disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 29 jan. 2015.

¹⁰ O texto original da Lei Euzébio de Queiroz está disponível no site do Palácio do Planalto, em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM581.htm>. Acesso em: 29 jan. 2015.

Declaro que sou proprietário da Ilha da Marambaia, cujos terrenos cultivados, compreendendo nos seus limites a restinga e [o] mangue da Guaratiba até a divisa do canal, dividindo por outro lado com terras do Convento do Carmo, com Joaquim Luiz Rangel. Também são acessórios à mesma Ilha as três pequenas ilhas fronteiras denominadas Saracura, Bernardo e Papagaios. Fazenda de São Joaquim, vinte e hum de fevereiro de 1856 – Joaquim José de Souza Breves. Freguesia de Itacurussá, 27 de fevereiro de 1856. O vigário Francisco José Mendes (YABETA, 2014, p. 37).

A região da Marambaia, distante do centro da cidade do Rio de Janeiro, mas próxima às fazendas de café do Vale do Paraíba, tornou-se um local estratégico para o tráfico ilegal de africanos escravizados. Isso proporcionou ao comendador Breves um excelente espaço para a recepção dos africanos e, posteriormente, para o envio destes às fazendas de sua propriedade no Vale do Paraíba e adjacências, ou mesmo para a sua venda a outros fazendeiros da região. Segundo Lourenço,

O complexo de fazendas da Marambaia, de propriedade do comendador Joaquim Breves, no litoral de Mangaratiba, abrigava algumas daquelas estruturas destinadas à recepção de africanos. Desde o final dos anos de 1830, a restinga funcionava como porto seguro para a recepção de escravos. Em 1837, a embarcação bergantim Leão, procedente de Quelimane, na Costa Oriental, desembarcou [lá] 572 africanos (LOURENÇO, 2013, p. 14).

Entretanto, com a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz em 1850, que novamente estabelecia, mas dessa vez ampliava, as medidas de repressão ao tráfico de africanos para o Brasil, a rede de tráfico e o comércio então estabelecidos pelo comendador Breves, que era um famoso traficante à época, começou a encontrar problemas junto aos poderes públicos instituídos. Ainda segundo Lourenço, “em apenas três meses, entre dezembro de 1850 e fevereiro de 1851, foram apreendidos 940 africanos ilegalmente trazidos para o Brasil e desembarcados nas águas da Marambaia” (LOURENÇO, 2013, p. 14).

O principal propósito da ocupação da Marambaia, para os Breves, era então servir de entreposto para a recepção de pessoas escravizadas, para a sua “engorda” e posterior venda ou envio a fazendas de sua propriedade em regiões próximas dali. Os “tumbeiros”, como eram chamados os navios negreiros, atravessavam o Oceano Atlântico repletos de africanos escravizados, que viajavam em condições sub-humanas. Dependendo do porto de partida na África, uma viagem como essa poderia levar até três meses. Muitas pessoas morriam durante a viagem, ou mesmo logo na chegada ao Brasil. Por isso, um entreposto tranquilo era fundamental para o tráfico atlântico funcionar bem; era importantíssimo ter um lugar onde os sobreviventes dessa terrível jornada pudessem se “recuperar”, ou mesmo “engordar”, como dizem os entrevistados do Projeto, para ser mais “valorizados” na venda, ou mesmo para poder encarar a dura lida diária em uma fazenda de café do comendador Breves.

O jornalista Assis Chateaubriand esteve na Ilha da Marambaia em 1927 e publicou, em “O Jornal”, uma crônica que narra a experiência de conhecer o que ele chamou de “Um viveiro morto da mão de obra negra para o cafezal: impressões vividas de uma visita à fazenda do comendador Joaquim José de Souza Breves no Pontal da Marambaia”. Chateaubriand conta que conversou com muitos velhos, “antigos escravos”, mas que registrou especialmente sua entrevista com dois deles: Adriano Júnior, que, segundo Chateaubriand, tinha “para mais de 80 anos” e era “pai de 12 filhos, todos morando na Marambaia”; e Gustavo Vítor, que lhe disse o seguinte sobre a vida na Marambaia: “gente vinha da Baía Dãngola premero pra aqui. Engordava, e depois ia pra roça, trabaiá no cafezá”¹¹

A partir de 1850, com a intensificação do combate ao tráfico de africanos escravizados, a Marambaia perdeu importância para os Breves e foi gradativamente sendo deixada de lado por seus proprietários. Como afirma Lourenço, falando sobre a década de 1880: “supomos que havia tempos a Marambaia era uma daquelas propriedades sem finalidade específica após o fim do tráfico de africanos. Nesse sentido, compreendemos o abandono da restinga à própria sorte dos seus moradores nas últimas décadas do século XIX” (LOURENÇO, 2013, p. 21).

¹¹ A ortografia foi mantida como está na reportagem citada. A crônica de Assis Chateaubriand, publicada em “O Jornal”, em 1927, está disponível na íntegra em: <<http://brevescafe.net/chatbriand.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

Ao longo das entrevistas de história oral realizadas pela equipe do Projeto e que resultaram neste livro, ouvimos – e registramos – de diversos moradores da Marambaia a mesma memória, transmitida desde os “antigos”, de que o comendador Breves, antes de abandonar a Ilha, teria prometido “de boca” doar as terras e, assim, teria dividido as praias da Ilha entre as famílias de ex-escravizados que lá viviam no período final da escravidão. O fato é que, como atestou Assis Chateaubriand em 1927, várias famílias de ex-escravizados viviam na Ilha da Marambaia no início do século XX, plantando suas pequenas roças e retirando a maior parte de sua subsistência principalmente da pesca artesanal nas praias da Ilha, as quais, na memória dos moradores, na época ofereciam uma farta quantidade de peixes para alimentá-los. Entretanto, após a morte do comendador, em 1889, sem que a promessa da doação fosse efetivada e documentada, a Ilha da Marambaia passou por uma sequência de transferências de propriedade: em 1891, “dona” Isabel de Moares Breves, viúva e herdeira da Ilha, vendeu a Marambaia para a Companhia Promotora de Indústrias e Melhoramentos que, por sua vez, por liquidação forçada, foi obrigada a transferir a propriedade da Ilha para o Banco da República do Brasil, em 1896. Somente em 1905, por meio da Fazenda Nacional, a União finalmente adquiriu a propriedade da Marambaia. Até 1939, esporadicamente, a Marinha do Brasil esteve presente na Ilha.¹² Na mesma época, graças a um decreto presidencial assinado por Getúlio Vargas, a Ilha da Marambaia passou a abrigar a Escola de Pesca Darcy Vargas, atualmente ainda muito celebrada na memória dos moradores da Ilha e tratada simplesmente como “a Escola de Pesca”.¹³ Vale lembrar, como afirma o pesquisador Vladimir Alves, que a escola foi “fundada como Escola de Pesca Darcy Vargas (de 1939 a 1942), passando a se chamar Escola Técnica Darcy Vargas (de 1942 a 1965) e finalmente Colégio Técnico Darcy Vargas (de 1965 a 1970)” (ALVES, 2010, p. 9).

A Escola de Pesca

A Escola de Pesca, idealizada e inaugurada em 1940 por Raphael Levy Miranda (1895-1969), na memória dos moradores, foi um grande marco na história da Ilha da Marambaia. Isso se deve ao fato de que possibilitou o acesso à educação primária e ao ensino técnico – especialmente relacionado à pesca –, e até mesmo proporcionou postos de trabalho remunerado para parte da população que habitava a Ilha, bem como para filhos de pescadores de outras regiões brasileiras – principalmente dos litorais do Norte e do Nordeste –, que foram levados à Ilha para ser alunos da nova Escola de Pesca. A construção dos prédios da atual escola da Ilha, bem como de boa parte das edificações existentes na Ilha até a atualidade, devem-se à Escola de Pesca Darcy Vargas, que era administrada diretamente pela Fundação Abrigo Cristo Redentor, criada anos antes também por Levy Miranda, com o apoio do presidente Getúlio Vargas, e inaugurada em dezembro de 1936 no bairro de Bonsucesso, na cidade do Rio de Janeiro.

Utilizando os relatórios oficiais do Abrigo Cristo Redentor, produzidos entre os anos de 1936 e 1945 e depositados no arquivo da Instituição, a historiadora Mônica Caminha apresentou alguns importantes aspectos que marcaram a criação da Escola de Pesca na Ilha da Marambaia, na visão dos próprios fundadores. Segundo os relatórios encontrados e analisados por Caminha, além de oferecer “ensino primário associado à instrução especializada da pesca de forma racional e moderna”, a Escola Darcy Vargas “viabilizaria também assistência às famílias dos pescadores, que ali viviam em situação de miséria e eram enormemente atingidas pelo impaludismo, com os investimentos que seriam realizados em relação à venda do pescado ao entreposto e sua industrialização” (CAMINHA, 2010, p. 5).¹⁴ Vale ressaltar que a visão relatada pelos técnicos, que viam somente doenças e miséria na população negra que lá vivia no início do século XX, deve ser compreendida levando-se em consideração alguns aspectos: a questão racial e o preconceito contra os negros na sociedade brasileira,

¹² Segundo Flávio Gomes e Daniela Yabeta, “em 1908, a Marinha do Brasil instalou ali [na Ilha da Marambaia] a *Escola de Aprendizagem de Marinheiros do Estado do Rio de Janeiro*, que funcionou até 1910, sendo depois transferida para o município de Campos” (GOMES; YABETA, 2013, p. 83).

¹³ Essa cronologia, com muitos outros fatos históricos documentados sobre a Marambaia, está disponível no site do Observatório Quilombola: <<http://koinonia.org.br/oq/dossies/marambaia/cronologia1.htm>>. Acesso em: 1 fev. 2015.

¹⁴ *Impaludismo*, mais conhecida como *malária*, é uma doença muito comum em várias partes do mundo, matando ainda hoje milhares de pessoas todos os anos, e é causada por um protozoário transmitido pela picada do mosquito *Anopheles*. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/bibcb/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=104&sid=106>>.

tão forte na época da criação da Escola como infelizmente ainda o é na atualidade; a perspectiva “modernizadora” de toda a sociedade, bastante evidente naquele período histórico e característica da Era Vargas; e, por fim, a própria tentativa de justificar a necessidade de se investir muitos recursos na construção desse grande empreendimento econômico e político em âmbito federal. Nesse sentido, após a bem-sucedida empreitada de Levy Miranda, ainda segundo Caminha:

Na Escola de Pesca Darcy Vargas foi estabelecido um centro de pesquisa, onde o dr. Humberto Cardoso, técnico do Instituto Oswaldo Cruz, realizou estudo científico do produto e criou uma técnica apurada de extração do óleo de fígado de cação (p. 22, relat. 1941). Além disso, o sr. Alceu Rodrigues, um dos diretores da Empresa Brasileira de Produtos de Pesca S/A, orientou e cooperou com o estabelecimento da fábrica de conservas de peixe na Marambaia (p. 20, 21, relat. 1943). Desta forma, a produção industrial do pescado apresentou bons resultados, com a utilização de mão de obra do aluno aprendiz, assim como a produção de verduras e legumes, especificamente batata-doce, da padaria, fabricação de redes e venda de gelo do frigorífico (CAMINHA, 2010, p. 5).

Transformada em escola técnica federal em 1942, com o apoio político e financeiro da Presidência da República, a antiga Escola de Pesca, segundo a memória dos moradores, proporcionou anos de desenvolvimento socioeconômico à Ilha da Marambaia. Por isso, observamos as memórias muito positivas dos moradores mais velhos, que chegaram a estudar ou, ao menos, conviver com a Escola Técnica Darcy Vargas. Entretanto, após a morte de Getúlio Vargas, em 1954, a Escola, segundo Alves,

entrou em declínio, perdendo significativa parcela do apoio financeiro e governamental, vendo suas atividades econômicas oscilarem. Em 1965, deixou de ser uma escola de formação de pesca e estabeleceu um convênio com o Estado do Rio de Janeiro, oferecendo curso ginásial e passando a se chamar Colégio Técnico Darcy Vargas, até ser totalmente desativada no ano de 1971, dando lugar a um Centro de Adestramento Militar da Marinha (ALVES, 2010, p. 11).

As histórias da Marambaia a partir da década de 1970

A efetiva chegada e instalação da Marinha na Marambaia também é um importante marco em sua história, não somente pelo fim da celebrada Escola de Pesca, mas, sobretudo, pelas mudanças ocorridas na vida de todos os moradores da Ilha a partir de então. O controle da entrada e da saída da Marambaia, por exemplo, especialmente a partir de 1981, passou a ser prerrogativa da Marinha, que realiza tal controle da circulação de pessoas na Ilha, ao permitir o acesso somente dos que são previamente cadastrados e autorizados, pela própria Marinha, por algum órgão da Prefeitura Municipal de Mangaratiba ou por algum morador. Em 1981, foi criado o Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia (Cadim), segundo Gomes e Yabeta, “com a missão primordial de ‘contribuir para o aprestamento de Forças Navais e de Fuzileiros Navais’, além de garantir a ‘preservação do patrimônio da Marinha na Ilha da Marambaia’” (GOMES; YABETA, 2013, p. 84).

Conforme as memórias dos entrevistados, na década de 1990, especialmente entre 1996 e 1998, a Marinha instaurou processos de reintegração de posse contra moradores da Ilha.¹⁵ Segundo eles, foi justamente nesse momento, em função da luta para se permanecer nas terras historicamente ocupadas por eles na Marambaia – e com o apoio de certas instituições, como a Pastoral da Terra e o Ministério Público –, que se iniciou entre os moradores nativos da Ilha um processo de “tomada de consciência da história e da memória” relacionadas à escravidão, na “busca de alternativas jurídicas para a conquista de direitos”.¹⁶

¹⁵ À época em que foi desenvolvida a pesquisa que deu origem a este trabalho, os moradores da Ilha e a Marinha ainda viviam um período de disputas jurídicas em torno da posse da terra. No entanto, em abril de 2015, foi assinado um termo de ajustamento de conduta (TAC) que define as áreas destinadas à Marinha e as de titulação da Associação da Comunidade dos Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia (Arqimar). Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/termo-de-ajustamento-de-conduta-da-ilha-da-marambaia-%C3%A9-homologado>>.

¹⁶ Os trechos citados também fazem parte da “Linha do tempo” da revista “Existimos”, n. 2, de novembro de 2007.

Tais direitos foram garantidos na Constituição Federal (CF) de 1988, pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que estabeleceu o seguinte: “aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Com isso, a partir de 1988, estabeleceu-se em todo o país um processo intenso de luta dessas populações, autoidentificadas como “remanescentes das comunidades de quilombos”, em torno da própria significação do termo *quilombo* e pela titulação das terras por elas ocupadas desde a Abolição da Escravatura, 100 anos antes.

Essa luta resultou, entre outros, na assinatura do Decreto nº 4.887, simbolicamente no dia 20 de novembro de 2003¹⁷, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que regulamentou o artigo 68 do ADCT e determinou que “a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade”, entendendo-se essas comunidades como “grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.¹⁸ É justamente nesse contexto histórico e jurídico que se insere a comunidade de autodenominados “remanescentes de quilombos” da Ilha da Marambaia. Essa autodenominação ocorreu em função da história e das memórias dos habitantes da Ilha, descendentes dos negros “escravos” e libertos que lá viveram e lutaram, de diferentes formas, por liberdade e por condições dignas de vida desde os tempos da escravidão.

Essas lutas e a “resistência à opressão histórica sofrida” também tiveram como resultado pelo menos um registro histórico da existência de um quilombo na Ilha da Marambaia, observado em documentos encontrados em arquivos públicos pelo historiador Flávio Gomes e reproduzido em um recente artigo publicado por ele, em parceria com a historiadora Daniela Yabeta.¹⁹ Segundo tais autores:

Exatamente para a Marambaia, temos um exemplo da formação de quilombo que conectava expectativas de ‘direitos’ de quilombolas e assenzalados. No final do ano de 1870, no interior da Fazenda da Marambaia, pertencente ao comendador Souza Breves, localizada em Mangaratiba, sul da província fluminense, havia se aquilombado um grupo de escravos. [...] O delegado de polícia de Mangaratiba e o major Antônio Luiz Rodrigues, que comandaram a expedição, destacaram vários itens. Comentam como receberam a denúncia no início de setembro e prepararam a expedição. Enfim, foi uma ação coordenada. A tropa, com 30 soldados, um número considerável, chegou à Ilha de Marambaia numa madrugada e imediatamente cercou e invadiu a fazenda do comendador Breves. A ação ficou concentrada nas ‘senzalas da fazenda para onde se convergião [sic] todas as suspeitas de lá se acharem os fugitivos’. Houve somente uma prisão, mas vários tiros foram disparados. Há evidências de resistência coletiva, e a repressão foi continuada para as matas em torno da fazenda. Tentava-se tanto prender os fugitivos como encontrar os quilombos que, ao que parece, acreditava-se existir (GOMES; YABETA, 2013, p. 104 e 105).

Assim, informados por suas próprias história e memória – a *memória*, que é um “elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva”, nas palavras de Jacques Le Goff –, bem como informados sobre a legislação citada acima, que oferece o direito à posse legal da terra para os autodenominados “remanescentes de quilombos”, os moradores da Ilha da Marambaia criaram, em março de 2003, a Associação da Comunidade dos Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia (Arqimar). No ano seguinte, a Fundação Cultural Palmares, ligada ao Ministério da Cultura (MinC), emitiu a certidão de autorreconhecimento da Comunidade Quilombola da Marambaia, amparada em um laudo antropológico com cerca de 350 páginas, produzido sob a coordenação de um dos maiores especialistas brasileiros no tema, José Maurício

¹⁷ O dia 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo dos Palmares – que existiu em Alagoas, entre os séculos XVI e XVIII – e símbolo maior da luta contra a escravidão no Brasil, é celebrado pelo movimento negro brasileiro como o Dia Nacional da Consciência Negra desde a década de 1970. Ver ALBERTI; PEREIRA, 2007.

¹⁸ Ver o texto do Decreto nº 4.887/2003, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 28 jan. 2015.

¹⁹ Os referidos documentos históricos podem ser lidos na íntegra ao final do artigo de Flávio Gomes e Daniela Yabeta (2013).

Arruti²⁰ e, assim, tornou possível o início do trabalho de demarcação das terras para a titulação. Entretanto, somente a partir de novembro de 2014, após um demorado processo judicial e por meio de uma longa negociação política e da assinatura de um termo de ajustamento de conduta (TAC), foi realizado o reconhecimento legal da posse coletiva e a titulação, em nome da Arqimar, das terras habitadas por quilombolas na Marambaia.²¹

As memórias e as histórias apresentadas neste livro, além de contemplarem partes importantes da história do Brasil, ao serem utilizadas para o trabalho educativo nas escolas brasileiras, podem contribuir para a implementação da Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei nº 9.394/1996 – que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB) – em seu artigo 26-A e determinou a obrigatoriedade do estudo da história e cultura africanas e afro-brasileiras nos espaços escolares de todo o país, atendendo a demandas históricas do movimento social negro brasileiro na área da educação. A abordagem e o trabalho qualificado com os conteúdos curriculares relacionados à história e à cultura da África, dos africanos e dos afrodescendentes no Brasil, nos termos da Lei nº 10.639/2003, têm merecido amplo destaque em escolas e cursos de formação de professores (PEREIRA; MONTEIRO, 2013, p. 10).

Contudo, ainda são necessários muitos investimentos na produção de conhecimento nas áreas citadas acima, assim como na produção de materiais didáticos e de resultados de pesquisas, como este livro sobre as memórias da Marambaia, para que, no futuro, seja possível democratizar os currículos e as escolas brasileiras, ainda muito marcados pelo eurocentrismo.²² Conhecer as histórias e as memórias de todos os grupos sociais que historicamente formam a sociedade brasileira, bem como se reconhecer nas histórias e nas memórias estudadas na escola, são direitos de todos os cidadãos em uma sociedade que se pretende democrática. Para tanto, deve-se conhecer, estudar e incluir nos currículos escolares, com respeito e com qualidade no trabalho com os conteúdos, as histórias das populações negras, tão negligenciadas e invisíveis ao longo do tempo no Brasil. Realizar esse trabalho é um imperativo ético e político para professores e gestores escolares de todas as etnias.

Amílcar Araujo Pereira

²⁰ O laudo antropológico foi produzido pela Koinonia, uma ONG sediada no Rio de Janeiro e que presta serviços aos movimentos sociais, com a colaboração de dois núcleos de estudos da Universidade Federal Fluminense (UFF), sob a coordenação de José Maurício Arruti. Disponível em: <<http://www.koinonia.org.br/oq/dossies/marambaia/cronologia1.htm>>. Acesso em: 5 fev. 2015.

²¹ Participaram da assinatura do TAC a Marinha, o Ministério Público Federal (MPF), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Procuradoria Regional da União do Rio de Janeiro (PRU/RJ), a Procuradoria Regional Federal do Rio de Janeiro (PRF/RJ), a Secretaria do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro (SPU/RJ) e a Arqimar. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/acordo-vai-manter-comunidade-quilombola-na-marambaia-14661359>>. Acesso em: 24 jan. 2015.

²² Historicamente, desde meados do século XIX, quando se constituiu a disciplina *história*, a quase totalidade dos conteúdos curriculares trabalhados nas escolas brasileiras diz respeito a histórias da Europa ou tem como centro a matriz europeia no Brasil. O aspecto eurocêntrico da educação no Brasil ainda é evidente nos dias atuais, mesmo com os diversos esforços políticos que têm sido realizados para promover a transformação dessa realidade.

Moradores entrevistados

Todas as entrevistas de história oral, das quais foram retirados os trechos que posteriormente foram editados e organizados para compor este livro, foram realizadas na Ilha da Marambaia, entre setembro de 2013 e março de 2014.

Ademir Barcelos

Nascido em 1963, é pescador. É responsável pela manutenção das trilhas e dos caminhos da Ilha e, no passado, foi vice-presidente da Arqimar.

Adriana Barcellos de Carvalho

Nascida em 1979, é professora da Escola Municipal Levy Miranda.

Alfredo de Lima

Nascido em 1948, filho de Joel Rosa de Lima, estudou na Escola de Pesca Darcy Vargas. Na época da entrevista, não vivia mais na Ilha.

Aloísio Eugênio Barcellos

Nascido em 1965, é pescador. Também atua na manutenção das trilhas da Ilha.

Angélica de Lima Marçau Estanislau

Além de ser maricultora, tem forte atuação na Igreja católica local e na Arqimar.

Beatriz Maria Inocêncio

Artesã, participa da Arqimar e das demais atividades sociais na Ilha.

Dionato de Lima Eugênio

Nascido em 1942 na Marambaia, também foi aluno da Escola de Pesca e o primeiro presidente da Arqimar.

Dulce de Lima Estanislau

Nascida em 1953, atua na Arqimar desde a época de sua fundação, além de participar ativamente das atividades da Igreja evangélica local.

Élcio Santana

É um dos pastores nativos da Igreja batista localizada na Ilha. Também é pescador.

Elói Juvenal Machado

Nascido em 1996, é estudante da Escola Levy Miranda e foi bolsista do projeto de pesquisa que resultou neste livro. Trabalha como pescador na Ilha.

Glauciane Amaral Oliveira Pontes

Nascida em 1975, é a atual diretora da Escola Municipal Levy Miranda. Embora tenha sido entrevistada para o Projeto, não é nativa nem moradora da Ilha da Marambaia – mora em Itacuruçá, município de Mangaratiba.

Jaqueline Alves

Nascida em 1981, participou de diversos projetos realizados na Ilha da Marambaia. À época da entrevista, era secretária da Arqimar.

Joel Rosa de Lima

Nascido na Marambaia em 1917, é o morador mais antigo da Ilha, sendo responsável pela manutenção de boa parte das memórias à disposição da comunidade.

José Antônio Alves

Nascido em 1959, é pescador.

Luíza Santana Mariano

Nascida em 1993, é professora da Escola Municipal Levy Miranda.

Maria da Conceição Lima Oliveira

Nascida em 1973, é uma das merendeiras da Escola Municipal Levy Miranda e é atuante nas manifestações culturais da comunidade.

Maria Santana

Mais conhecida como “Santana”, é marisqueira. Tem forte atuação nas iniciativas comunitárias da Igreja batista local.

Maurício Saturnino Camilo

Nascido em 1981, é pescador.

Nilton Carlos Alves

Nascido em 1982, à época da entrevista, era vice-diretor da Escola Municipal Levy Miranda e presidente da Arqimar.

Otacílio Pedro Inocêncio

Nascido em 1945, é pescador aposentado e foi aluno da Escola de Pesca Darcy Vargas.

Paulo Fernandez dos Santos

Nascido em 1963, é pescador e presidente da Associação dos Pescadores e Maricultores da Ilha da Marambaia (Apmim).

Renato de Lima Estanislau

É funcionário público de Mangaratiba e atua na Arqimar.

Rosane Barbosa Santana

Nascida na cidade do Rio de Janeiro em 1965, passou a morar na Marambaia na década de 1990, quando se casou com um nativo. É merendeira da escola local.

Sônia Maria Machado

Nascida em 1960, além de atuar na manutenção dos caminhos da Ilha, também é pescadora e integra o grupo de jongo Filhos da Marambaia.

Tacira Julião Alves

Nascida na Ilha da Marambaia, não revela a idade. Desenvolve trabalhos agrícolas em uma roça da comunidade.

Vânia Guerra dos Santos

Nascida em 1958, foi presidente da Arqimar e tem sido uma das principais representantes locais na luta pelo território e pelos direitos dos moradores da Ilha da Marambaia.

Vitória Machado Alves

É estudante na escola local e foi bolsista do Projeto que deu origem a este livro.

O tempo do cativo

Dionato de Lima Eugênio

Bom, aqui, todo mundo tem essa característica, de todo mundo ser... Eu sou! Eu sei que eu sou, entendeu? Sou descendente, meus avós, meus bisavós eram da raça de escravos... Está comprovado, olha o livro lá em Itacuruçá. Lá na Paróquia tem um livro que fala tudo sobre a Marambaia, desde o tempo do comendador Breves. Então, está tudo lá. Foi lá que ele registrou a Ilha da Marambaia no nome dele, comendador Breves. Já ouviram falar bem dele, não é?

Seus avós, seus pais, falavam do tempo do Breves?

Não, eles não contavam muita história, não, eles não falavam muito, não. Meus pais eram fechados mesmo. Os outros comentavam; minhas tias, elas comentavam como é que o pessoal ficou. Eles ainda alcançaram muitos dos que ficaram, falavam até do jeito que eles falavam, eram povo da África, não iam falar português legítimo, então eles comentavam uma mistura de "galego"... Chamavam de "galego", a língua, eles achavam bom. E a Marinha chegou aqui em 1905, instalou-se aqui depois do Breves, mas não ficou. Ela veio, instalou-se aqui, passou uns períodos aqui, não fez nada aqui em terra, porque na época era mato – isso tudo aqui era mato! Não existia nada aqui, passavam por baixo do mato pela trilha e iam embora, só saíam da Ilha por trilha. Então, depois, houve essa "queda" do Breves passar isso para a União, e nós fizemos, juntos.

Os seus avós eram da época da escravidão? Eles chegaram a conhecer alguém da época da escravidão?

Eles conheceram.

E aqui na Ilha, circulavam algumas histórias sobre isso?

Ah, circulava, circulava sim! Como eu falei, os meus tios eram os que mais contavam; para eles, os pais deles contavam.

Maria Santana

Minha avó contava que eles não tinham direito a nada; minha mãe contava a história de que eles vinham, que as filhas se tornavam moças, eles vinham e tiravam da sua mãe, e levavam para trabalhar, não pediam permissão. E aqueles que fugiam, apanhavam. E as enfermeiras eram as próprias escravas que iam para lá, para passar aqueles unguentos, para sarar o machucado deles, porque eles ficavam acorrentados como animais, de tanto que eles fugiam.

Eles viviam aqui, aí chegavam os donos da fazenda e tiravam eles para trabalhar no continente?

Tiravam eles para ir trabalhar como escravos para eles. A família eles não viam mais, muitos não viam mais. A minha mãe e a minha avó ouviam aquilo que os parentes contavam, aí contavam como é que se sucedia. E a minha mãe trabalhou, a minha avó trabalhou aí nessa época, o meu pai trabalhou... Eles contavam que ali onde é o rancho, aquilo tudo ali era o cemitério. Meu pai contava que, quando eles iam cavar lá, eles tiravam cabeças de pessoas que foram enterradas.

Joel Rosa de Lima

Meu avô, José Saturnino, ele foi pra Guerra do Paraguai²³ trabalhar com um tal de "seu" Alexandre. "Seu" Alexandre era português, [meu avô] foi contar com "seu" Alexandre, mas "seu" Alexandre, nessa época, não serviu na Guerra, não. "Seu" Alexandre veio embora e ele ficou, estava lá emendado para qualquer coisa. Aí, levou ele para o Exército. Ele foi o primeiro

²³ O maior conflito armado da história da América do Sul foi a Guerra do Paraguai, que aconteceu entre 1864 e 1870, e opôs Brasil, Argentina e Uruguai – a chamada Tríplice Aliança – ao Paraguai, que saiu da guerra drasticamente derrotado.

que serviu. É, ele serviu na Guerra! Essa guerra “braba” que houve aí, nossa, com um português; português nessa época já não brigava, só brasileiro. Ele foi fazer uma compra com um português em Mangaratiba, a remo. Ele foi em Mangaratiba; chegando lá, foi pego. “Pegado à lança”, naquele tempo.

A gente vivia de enxada e de roça. Saturnino não entendia de pescaria, não! Ele era o cozinheiro da lancha. Ele veio junto com a minha mãe. Saturnino não entendia nada de pesca. O pessoal falou que veio aqui um homem para legalizar a gente, e descobrimos que o homem era ladrão, queria roubar a gente. Todo mundo acreditou nessa palavra. Por isso que, hoje em dia, ninguém tem escritura de nada.

Alfredo de Lima

É lá em cima, lá do outro lado. Tem as pilastras, tem os ferros ainda, da época da escravidão. Tem o salão ainda – era onde os escravos se escondiam, eles corriam e se escondiam ali dentro; tem um salão lá em cima, lá do outro lado. É no morro, é lá para dentro. A gente tinha até uma roça lá perto; é uma pedra enorme, e tem um salão lá embaixo. Dizem que eles viviam lá, era lá que eles se escondiam, não é, pai? Os escravos lá naquela gruta, onde a gente tinha roça. O Salão do Rato.

E eles tinham contato com as pessoas que viviam na costa, perto da praia?

Dizem que tinham, meu pai falava que tinham; tinha descendente dele que era escravo também. Parente dele era nosso parente. Eu sei que ele falava de uma história de um tio dele, de um parente dele que morreu no tronco. Ele apanhou, apanhou, mas não fazia o que o feitor queria. Morreu no tronco, mas não fez o que o feitor queria que ele fizesse.

Você lembra o nome desse tio?

“Seu” Gustavo... Não é Gustavo? “Velho” Gustavo, é! Morreu no tronco, mas não fez o que o feitor queria. Ainda tem ferragem lá para dentro, ainda. Era dessa forma. E até o pessoal do quilombo quer preservar lá, deixar lá para fazer alguma coisa. O cara contou 30 e poucas pilastras, estão lá ainda. Não sei como faziam aquelas pilastras – botavam pedra lá em cima, faziam aquela pilastra desse tamanho e conseguiam botar, e não tinha cimento, não, não era com cimento, não. Eles faziam com um derivado de... Era um negócio que eles botavam, como uma “cica”; dizem que era azeite de dendê, mas com um negócio lá que eles faziam e colocavam na massa para poder segurar. E está lá esse tempo todo, até hoje está lá. A minha avó também, a minha avó morreu, acho que tinha 105 ou 106 anos, é mãe dele.

Vânia Maria Guerra dos Santos

Tivemos ações de resistência excelentes, que o pessoal contava para a gente; inclusive, “seu” Joel contava para mim que ele, o “negro” Adriano, defendia muitos negros aqui. Então, a gente também tem um herói. Ele era filho de escravo. Digamos que ele foi da primeira geração livre, uma das primeiras gerações livres aqui da Ilha. Tem sobrinhos-netos, acho que ele não teve filhos, ainda não consegui saber. Ele enfrentava os militares do Exército, quando vinham para pegar os negros, para ir para a frente de batalha; enfrentava o Exército em prol dos companheiros, e os companheiros iam para a Toca do Rato, que a Marinha jura que não existe, e a comunidade era administrada pelas mulheres. Olha que história excelente, linda!

Tem algum trabalho sobre essa história, do “negro” Adriano?

Não, só tem mesmo, que a gente pode provar que ele existiu, nesse pouquinho de tempo, que esse jornalista esteve aqui na década de 1930, o Assis Chateaubriand, e falou que a Marambaia é um “viveiro morto de negros”, e falou sobre o “negro” Adriano.²⁴ Quando ele veio aqui, parece que o Adriano já estava bem velhinho... “Seu” Joel contava essa história...

²⁴ O jornalista Assis Chateaubriand esteve na Ilha da Marambaia em 1927 e publicou em “O Jornal”, periódico do Rio de Janeiro, uma reportagem intitulada “Um viveiro morto da mão de obra negra para o cafezal: impressões vividas de uma visita à fazenda do comendador Joaquim José de Souza Breves no Pontal da Marambaia”. Disponível em: <<http://brevescafe.net/chatbriand.htm>>. Acesso em: 19 out. 2014.

O único detalhe dessa história que eu sei é que ele não era uma pessoa simpática – que dizem que ele não era –, e a única arma que ele tinha era uma foice, já bastante usada, que já tinha quebrado a metade; e essa era a arma dele que ele mantinha impecavelmente amolada... É lindo, é o máximo para mim! Podia ser algum material descartado na fazenda mesmo que eles pegavam – na época, eles roubavam. Aí, então, a gente tem esse pouquinho sobre o “negro” Adriano; eu só não consegui saber se, na primeira vez que a capoeira foi usada, aqui na Marambaia, ele estava presente. Não teve quem pudesse me afirmar...

Foto: © Hudson Batista



Vânia Maria Guerra dos Santos mostra a bandeira da Associação de Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro (Acquilerj) durante a entrevista para o Projeto.

Meu avô contava que o pai dele dizia que ele não estava aqui; meu avô veio fugido de uma frente de batalha para cá. Esses que estavam aqui ficavam escondidos na Toca do Rato. As mulheres ficavam na comunidade, e os homens se escondiam na Toca do Rato para não serem levados...

E o seu avô veio fugido da frente de batalha?

De outra frente, eu não sei qual é, mas possivelmente a do Rio Grande, porque quando ele veio para cá, meu bisavô contava que venderam a mulher dele grávida para cá. Já foi bem no finalzinho da escravidão, porque meu avô disse que, quando a escravidão acabou, ele ia fazer 12 anos, na conta dele, não é? O pai da minha mãe. Ele morreu com 119 anos, diz a minha mãe. Ele morreu aqui. A Marinha chegou em um ano, e ele morreu no outro, ou no mesmo ano em que a Marinha chegou, mais ou menos por aí.

E eles não contavam a história do “negro” Adriano, não?

Não, eles não falavam as coisas. Era muito escondido! Era como se fosse um segredo deles e, por outro lado, também tinham muita vergonha – vergonha ou medo... Bom, herança do tronco, não é? Ela se faz presente até hoje. E, aí, não queriam falar, não gostavam do assunto.

Do tempo da escravidão?

Isso! E até hoje. Eles ouviram, mas também dos avós deles... Meu avô disse que a única coisa que ele lembra era quando já estavam com um tamanhinho mais ou menos, aí pegavam os meninos todos para medir as perninhas com argola. Aquela argola ia determinar para que aquele moleque serviria dentro da fazenda. Tinham uns que eram vendidos, e outros ficavam; tinham os de recado, tinham os que iam ser da cozinha, uns que iam ficar no curral, outros no pomar... Era uma coisa assim, outros ficavam no cafezal, como eles falavam. Então, eles eram medidos pelas perninhas; era a argolazinha que media as pernas, também não sei como, mas era a argola.

Aloísio Eugênio Barcellos

A minha avó falava que tinham duas senzalas: uma que seria na Praia da Armação, que é a ruína, em que todo dia 20 de Novembro a gente comemora lá, e outra que está lá no Cadim, que agora eles fazem até de hotel, agora é hotel deles. Os antigos falavam que quando [deram] os documentos dos escravos... Como é que se diz? Quando os escravos foram libertados, alguns foram embora, e outros continuaram aqui, porque não tinham para onde ir, moravam tudo pelo mato, escondidos. Aí, foi criando essa geração, essa família também, e depois que veio o Breves e deu nome para cada morador na época, deu a posse de cada praia, para cada morador. Só que, também, deu “de boca”.

José Antônio

Os meus avós eram do tempo dos escravos; meu avô era filho de capitão do mato, segundo as histórias que ele contava. Ele contava muitas histórias. Quando eu me tornei gente, ele já tinha 110 anos. O nome dele era Domingos Julião Alves. Minha avó era Marcelina Ana da Conceição.

E eles são do tempo dos escravos? Mas eles nasceram aqui na Marambaia ou eles vieram para cá?

Particularmente essa parte eu não sei, mas eu acho que vieram, com os escravos, alguma coisa assim. Ele contava a história dele, que ele era filho do capitão do mato. Ele falava que saía para os matos para procurar os escravos, saía junto com o pai dele. Os escravos que fugiam, ele saía junto com o pai dele para... Foi aí que ele aprendeu.

Mas ele também chegou a ser capitão do mato?

Aí eu não sei... Essa parte eu não sei.

Nilton Carlos Alves

A maior parte dos escravos realmente era para engorda e só passava pela Ilha; alguns permaneciam por motivo da roça, principalmente do café e outras plantações, como abacaxi, arroz, mandioca, banana. Eu acho que eles selecionavam alguns – quem se adaptasse ao plantio permanecia para poder plantar para o sustento dos próprios escravos da fazenda. O café era a principal plantação na época da escravidão que, depois, foi se diversificando.

Pelo que você tem nos contado, Nilton, você é uma das pessoas que descende daqueles que vieram para cá ainda no período dos Breves e que permaneceram historicamente e continuam aqui na Marambaia.

Isso, realmente é uma questão de permanência, de resistência e continuidade.

Vânia Maria Guerra dos Santos

Contavam sobre a capoeira, da última vez que se jogou capoeira, que ninguém sabia que o pessoal jogava capoeira aqui. O senhor não sabia, ele foi pego de surpresa, porque ela era, realmente, luta de capão, capoeira, luta de treinar escondido, uma luta atrás da moita, atrás da capoeira. Então, essa foi usada só uma vez, quando dominaram a tripulação do navio negreiro... Também não consegui saber o nome, sei que alguns navios que faziam o tráfico daqui, um era o Marambaia, o outro era o Emiliano, e tinha outro – esse outro foi o que os negros queimaram na Praia do Sino. Foi dessa vez que a capoeira foi usada, me parece que foi a primeira e última. O porto era no Sino, porque aqui não tinha como aportar navios. O porto era no Sino, mas a casa de fazenda era lá na restinga. Então, a gente precisava do vento para ajudar, mas parece que quando o navio negreiro estava chegando, iam morrendo as pessoas, e eles iam jogando no mar. E a força da maré foi tanta que trouxe o corpo de alguém importante para os negros que estavam aqui, e isso criou revolta.

Havia marcas no corpo, cortadas com navalha, que identificavam quem você era, em monarquias de algumas comunidades negras, principalmente no Congo. Por exemplo, tinha marca que só rei podia ter; só reis, rainhas, podiam ter, ou futuros ou atuais, que assim que nasciam, eles eram marcados. Se pudessem evitar assassinar eles em uma guerra, eles tinham a marca; então, eles teriam que ser ou poupados ou defendidos pelo grupo, inclusive as mulheres. Que as mulheres, afinal, também iam para a guerra, e aí, por causa dessa marca, eles reconheceram alguém que não devia estar ali, menos ainda morto.

Esse navio foi queimado, foi tudo jogado fora e, dali, os que foram daqui para o Sahy, que se dividiram por causa das revoltas, aí deixaram menos. Lá, eles conseguiram se organizar e montaram outra revolta que, aí, se transformou em lenda, contam como lenda; tanto a capoeira daqui como essa revolta do Sahy, a revolta da Pedra do Banquete, ou da Pedra da Conquista. E, agora, tem alguns arqueólogos que estão fazendo um estudo e estão batalhando para mudar essa visão de lenda, que não foi lenda, foi realidade.

A lenda da Pedra do Banquete, eles contam, falam sobre os capatazes, que vieram da Ilha Grande para apoiar o escravocrata, eram chamados “compadres”, porque eram brancos, parentes dos Breves. E, aí, essa turminha que estava na Ilha Grande, que veio para cá, ajudar a coordenar os negros. Porque os outros negros, que ficavam melhor, ficavam bem, eram os que ficavam para tratar aqueles que chegavam em estado lastimável. Eles tinham que se curar, ficar fortes, para serem vendidos, porque, aqui, era fazenda de engorda de negros. Tinham negros que trabalhavam, tinham sacrifícios, tinham castigos e tudo mais; o foco da fazenda era a engorda de negros, então, o café, a cana, eram só uma forma de mascarar a vigilância.

E, aí, o tráfico já estava proibido?

Sim! Quando o escravocrata comprou a Ilha do “sinhozinho” – me esqueci do nome do “sinhozinho” –, os negros tinham muito carinho por ele, [porque] ele ainda comprou com uma escrava, e foi essa escrava que inaugurou o nosso cemitério, na década de 1940. Ele foi inaugurado com o corpo da última escrava. Mas, antes, a Marambaia teve outros tantos donos, acho que três ou quatro, inclusive uma viúva, Maria Antônia, que tinha engenhos de açúcar. E, na época da comarca, quando a Marambaia pertencia à Comarca de Angra dos Reis, como outros municípios, a Marambaia foi o maior produtor de açúcar dessa comarca. E a gente ainda tem de cavar mais para saber mais; é toda uma história que não se conta, está lá nos autos históricos do município e, às vezes, cheia de palavrinhas que são uma coisa e querem dizer outra, é difícil de divulgar, precisa de alguém para ajudar. O pessoal da Fundação²⁵ está tendo o maior trabalho com isso.

²⁵ Vânia refere-se à Fundação Mário Peixoto, entidade cultural de caráter privado, instituída em 29 de dezembro de 1986 (Lei nº 105), pela Prefeitura Municipal de Mangaratiba. A Fundação Mário Peixoto está vinculada administrativamente à Secretaria de Gabinete da Prefeitura, cujo titular tem assento permanente – como presidente – no Conselho Curador da Instituição. Em razão disso, ela é a gestora e a executora da política oficial de cultura do Município de Mangaratiba. Disponível em: <<http://www.mangaratiba.rj.gov.br/portal/municipio/fundacoes.html>> Acesso em: 22 mai. 2015.

E a Pedra do Banquete, você estava contando...

Ena Pedra do Banquete, depois de uma dessas viagens, o capataz trouxe alguém, deixou no navio – parece que um casal de senhores –, e voltou. Quando ele voltou, o navio zarpou, e ele voltou para a terra com a canoa; parece que o nome da canoa era Flor dos Mares, e essa canoa tinha uma capacidade que chamavam de “18 pipas”. Aí, eu não sei o quanto que equivale isso, mas as “pipas” que eles falam eram barris; não sei quanto pesava cada barril, mas esse era a medida da canoa – o peso que a canoa podia aguentar. E aí, esse capataz voltou para o Sahy, e os negros aguardaram ele na praia e empurram ele de novo no mar. Eles contavam que amarraram uma pedra no pescoço dele, com cipó e fio de aro, ainda aqui na Baía de Sepetiba e, depois, voltaram e invadiram a despensa da casa grande, a adega, e tiraram tudo o que podiam comer, o que podiam fazer... Dizem que fizeram um batuque a noite inteira e, na madrugada, eles se ataram de cipós e se atiraram da pedra, em um suicídio coletivo. Porque aí, queimando o navio aqui, matando os negros, se matando lá, eles não tinham quem colhesse o café, não tinham navio para ir buscar outros e ainda ficavam em dívida com os companheiros de tráfico. Ele [o Breves] não se ferrou [por causa da] mudança do café para São Paulo, foi porque os negros se aglutinaram e esse suicídio coletivo de negros... Foi daí que ele se ferrou mesmo! Não teve mais como agir, trabalhar com o José Joaquim de Souza Breves.

Essas histórias, quem as contava?

Essas histórias estão no Acervo Histórico de Mangaratiba. Algumas a gente adquiriu aqui, ouvindo vovô, ouvindo vovó, ouvindo outras pessoas idosas da comunidade. Por exemplo, quem contou essa história da capoeira para mim foi “dona” Vadinha; ela disse que ia lá na Praia da Armação, e os velhinhos que tinham lá contavam para ela essas coisas, ela ouvia falar essas coisas, e algumas coisas estão no Acervo de Mangaratiba.

Aqueles ensinamentos sobre rezas, sobre as ervas, que você teve, que você falou lá no início, onde ficaram?

Comigo, até hoje. Aonde eu vou, eu levo, eu pratico as ervas. Eu faço benzedura dos meus filhos, dos meus netos; porque, além disso, eu encontrei também uma freira, e ela disse que os ensinamentos dos nossos, que os nossos avós receberam dos avós deles, não era para a gente descartar, deixar fora. Pois é a única coisa que não tiram da gente: o conhecimento. Que é a forma de vida de um povo, de uma família; e que a gente não deve esquecer, porque ela disse que é assim que as pessoas morrem, com toda a sabedoria dessas pessoas esquecida, as pessoas morrem. Eu tinha uma loucura de conhecer vovó Ana, vovô “Júlio Grande”, que chamavam de “Julião” – foi o que deu origem ao nome “Julião”, foi por conta de um erro do cartório, porque é “Julião” mesmo. Pelo que eles contam, o que vovó contava, ele chegou em julho, e parece que ele nasceu em um lugar e foi para o outro; e, nesse outro lugar em que ele foi, em que ele foi pego, [foi] porque tinha 2 metros e 26 centímetros e era magro. A questão de ser magro, teve uma época na escravidão que era muito levada em conta.

Isso na África?

É, na África, quando ele veio para cá... E, aí, ele chegou aqui em julho, do Congo. Vovó veio de Angola, a minha “bisa” veio de Angola. E, quando ele chegou aqui, ele chegou em julho, mas tinha sido escravo em outro lugar. Ele fugiu de uma frente, de uma batalha aí, fugiu para cá e, aqui, ele chegou em julho. Ele tinha um outro nome, com certeza, não é? Todo mundo tem nome! Mas, aqui, ele recebeu o nome de “Julião”, “Júlio Grande”. Porque, na maioria das vezes, eles recebiam o nome do santo, do dia, ou do mês ou da semana, não é mesmo? Ou o sobrenome de quem tinha apadrinhado ou, então, se tinha algum padre, alguma coisa que dava nome a eles. Era assim: ou do mês, ou do santo, ou de algum apadrinhado. Ele chegou aqui em julho, porque a esposa dele tinha vindo antes e, para ele ir para essa batalha, tiraram a esposa dele e a botaram para cá, e ela chegou aqui em março – com certeza em março –, porque o nome dela era Juliana de São José.

Você se lembra de que batalha era essa?

Não, não lembro. Já tentei estudar, procurar para ver... Eles dizem que eram as Farroupilhas, mas, nas Farroupilhas, a escravidão já tinha... Tinha ainda, mas não era tão acirrada.²⁶ Aqui, podia ser que sim, porque quando eles caíram na real

²⁶ A Guerra dos Farrapos, também chamada de Revolução Farroupilha, aconteceu no atual Estado do Rio Grande do Sul, de 1835 a 1845.

de que a escravidão aqui tinha acabado, a escravidão já tinha acabado há muito tempo! E, aqui, eles não sabiam, os negros daqui ficaram muito tempo ainda se mantendo como cativos, e a escravidão já tinha acabado há muito tempo; eles não sabiam. Então, eu não sei que data é essa, mas dizem que foram as Farroupilhas, pelo que eles falam... Mas tiveram muitas outras também parecidas. Então, a gente não sabe. Por isso, nós somos quilombolas – quando a gente bate no peito, nós somos quilombolas, é porque nós temos essa história! Ainda que aqueles... Seja negro fugido, então, a gente se encaixa dentro de tudo isso. Sendo negro fugido ou não, quilombo não é isso. Em iorubá, *quilombo* quer dizer “praça”, na língua angola e congo, *quilombo* é lugar de liberdade, de você se mostrar. Aqui, os “aurelianos da vida” dizem que é comunidade de negro fugido. E, assim, eu conversava muito com eles, eles me orientavam muito, me ensinavam muito. E é claro, gente, que metade daquilo tudo eu perdi, esqueci; teve um tempo que era muita turbulência, era uma vida assim, principalmente algumas coisas, eu perdi mais quando fiquei longe, quando me tiraram daqui eu ainda criança...

Religião, festas

Jaqueline Alves

Eu vivo na Ilha há 32 anos, desde que nasci. Minha mãe se chama Maria de Lourdes Alves e eu não fui registrada pelo meu pai. Minha avó materna chamava-se Teodolina Firmiano, e meu avô chamava-se Idelbrando Alves. A história da minha infância foi muito tranquila, sempre da maneira mais suave de se viver, nesse lugar tão pacífico... Minha avó ficou viúva aos 45 anos: o meu avô morreu no mar, ele era pescador; a embarcação dele, com um vento desses fortes, que a gente chama de “sudoeste”, veio a naufragar, e vieram a falecer o meu avô e um dos meus tios que eu não cheguei a conhecer. Então, eu não conheci o meu avô, nem esse tio que também faleceu. E tinha outro tio que se chamava Nilton; hoje, o meu primo tem esse nome em homenagem ao meu tio. Ele era atleta, nadava, fazia 20, 25 minutos nadando da Praia do Sítio até a Ilha do Bernardo, ganhou muitas medalhas, mas ninguém sabia que ele tinha epilepsia; então, ele veio a falecer na arrebentação, caiu desmaiado e veio a falecer – a família não tinha conhecimento que ele tinha essa doença. Os meus demais tios contavam essas histórias, a minha avó contava. Depois que o meu avô veio a falecer, ela morava próxima à Praia da Armação, e era só a nossa família que morava naquela praia; eles passaram por muitas dificuldades, plantavam, tinham uma roça enorme. Minha avó chegou a vender muitas hortaliças, muitos legumes para o armazém do “seu” Darciano, que era o armazém aqui desde a época da escravidão... Minha mãe e minhas tias ajudavam.

As senhoras ajudavam a minha avó a trazer toda a sua mercadoria para cá; foi uma fase difícil, mas que conseguiram superar. Minha mãe contou uma história que me chamou muita atenção e que, até hoje, eu não consegui esquecer... Foi uma época em que a minha avó passou muito mal e caiu na cristaleira – que, na época, usavam muito esses móveis –, um móvel antigo todo de vidro em cima, e minha avó caiu... Veio um vendaval e, naquela época, usavam muitas velas, lampião a querosene; minha mãe disse que entrou um vento pela porta e pelas janelas da casa e apagou todas as velas, todos os lampiões, e minha avó caiu na cristaleira de vidro, que se despedaçou toda, e minha avó saiu sem nenhum arranhão. Isso foi verídico, não é nenhuma lenda, realmente aconteceu com a nossa família. Foi alguma coisa espiritual – a minha avó tinha muito essa questão. Hoje em dia não, a maioria é tudo católico ou evangélico, não tem mais candomblecista. Vou te falar que, na verdade, as pessoas não se identificam.

Renato de Lima Estanislau

Essa presença de mais religiões na Ilha, como é que vocês percebem isso na comunidade?

Agora, estragou um pouco. No meu pensamento, estragou um pouco. “Cada um com o seu cada um”, eu acho que estragou. Estragou, porque dividiu a Ilha. Para vocês terem uma ideia, a nossa Festa de 20 de Novembro é uma festa para a gente se expressar, pode vir qualquer religião para se expressar lá, para estar junto com a comunidade e para brigar por um propósito só. Mas não, no caso dos evangélicos, eles falam: “Não, você não pode ir lá, porque lá é parte de macumba...”. Porque eles não podem se misturar. Uns ainda ignoram e vão, mas outros não, outros que falam: “Ah não, porque o pastor falou que eu não posso, o bispo falou que eu não posso ir”. E vêm pessoas de fora, vêm bispos, vêm pastores. Então, eles separaram muito e ficam separados na festa, ao invés de estar a comunidade toda, em peso, para brigar por um propósito só, que é o caso de resolver a nossa pendência com esse negócio de terra.

Você disse que, agora, têm católicos e evangélicos, mas antes tinham espíritas. O que aconteceu com esses espíritas?

São poucos. Os espíritas ficaram espremidos, ficaram apontados: “Eu acho que sou isso, então, eu sou isso e pronto”. Não, eles ficaram muito apontados e espremidos, então eles começaram a recuar um pouco. Têm pessoas que, se você perguntar “você é espírita?”, elas vão falar “não, eu não sou”, mas são.

Angélica Lima Marçal Estanislau

Se os evangélicos olharem, vamos supor, que ele é espírita, podem dizer: “Aquilo lá é macumbeiro!”. Entendeu? Eles levam para esse lado. Ficou uma crítica muito feia, então, às vezes, a pessoa se resguarda. Eu acho que “cada um com seu cada um”, se é ou não é.

Renato de Lima Estanislau

Primeiro, eu acho que eles não devem se resguardar em nada. Acho que a pessoa tem que ser o que é, e se falarem “você é?”, ela diz “sou, e daí?”. A Igreja evangélica aqui tem quase 20 anos. Antes, todo mundo participava de tudo.

Adriana Barcellos de Carvalho

Vocês já ouviram falar da curimba²⁷ que tinha aqui na Marambaia? Lá nos tempos de antigamente?

Eu já fui quando era pequena. A gente via que tinha. Tinha dia em que faziam os trabalhos, colocavam as roupas, dançavam, colocavam em uma árvore; aí, depois, eles iam para a praia...

Olhando hoje, você acha que era algo que todo mundo conhecia?

Conhecia! Tinha muita gente que ia, participava, mas agora mudou muito, não se vê mais... Eu acho que as pessoas começaram a procurar outras religiões e deixaram de lado. Agora, a maioria aqui é de evangélicos, e temos uma minoria da Igreja católica. São duas que temos aqui da Marinha: uma igreja católica e uma igreja evangélica. A maioria é de evangélicos. Acho que acabou com isso, a macumba foi acabando.

Angélica Lima Marçal Estanislau

Antes, era mais unido, porque, a bem dizer, era uma coisa só. Quem era espírita era católico, porque a maioria era católica e, ao mesmo tempo, participava. Só que tinham outras religiões, não era só a católica. Só que, hoje em dia, a maioria do pessoal que era espírita se tornou evangélico.

Quais eram as práticas dos espíritas?

Eles faziam as sessões nas praias. Na Pescaria Velha, tinha uma casa em que um senhor tinha um localzinho, um barracão em que tinham os eventos. Na época, era 27 de setembro que tinha; no dia 12 de outubro, eles também faziam festa para as crianças, e tinham as datas deles em que eles viam: “Ah, tem que fazer um evento para o espírito x...!”. E faziam. A gente tinha que fazer bagunça. Para a gente, tudo era festa.

Renato de Lima Estanislau

Outra coisa: quando a gente era criança, eu lembro ainda que a gente ia, a maioria das pessoas iam. A praia ficava lotada de gente, era muita gente, ficava lotado. Eu lembro como se fosse hoje – eu era criança, mas eu lembro. Eu tenho 35 anos e nunca vi uma festa aqui na Ilha reunir tantas pessoas como reunia antes. Porque não tinha essa ignorância de dizer: “Ah, ele é crente, eu não vou lá, não” ou “ele é católico, eu não vou lá, não...!”. Aqui, todo mundo é um só.

²⁷ O termo *curimba* é geralmente utilizado para se referir a práticas religiosas relacionadas ao candomblé e à umbanda.

Faziam também atendimento à saúde, por meio dessas práticas espíritas?

Faziam rezas. Tinha uma senhora aqui que morreu com quase 100 anos, ou com cento e poucos anos... Faziam fila na casa dela para ela rezar. Chegava uma mulher com uma criança no colo com febre de não sei quanto, e ela chegava, olhava [e dizia]: “Essa criança está com não sei o quê...”. Então, ela fazia a reza. O nome dela era “dona” Fausta. E funcionava, funcionava mesmo. Até o pai da Angélica – há pouco tempo, a gente estava batendo um papo –, ele estava falando que, antigamente, o remédio era de mato. A gente procurava o que a gente tinha, e as coisas funcionavam com muita reza; tinha que rezar isso, rezar aquilo.

Dulce de Lima Estanislau

A minha avó, que era a mãe do meu pai, a Dorotéia Rosa de Lima, era negra dos olhos azuis, uma “negona”, mas os olhos dela eram azulinhos. Ela era a chefe, ela teve 12 filhos. Ela dançava jongo, ela era muito bonita, era uma negra bonita – a minha filha Denise tem os traços todinhos dela. Ela era muito bonita, dos olhos azuis, soltava aqueles cabelos, que eles faziam aquelas “bananinhas” e colocavam aquelas rendas. Ela teve 12 filhos, cada um de um pai. Ela teve sete filhas mulheres e cinco homens. Os cinco homens viveram, e as sete meninas, com 11, 10, 9 anos, morreram todinhas. Eu não cheguei a conhecer nenhuma das minhas tias, irmãs do meu pai. Porque era do marido dos outros, no tempo em que usavam aquelas coisas pesadas do inimigo. Eu creio, agora, que o inimigo só levanta para cair, mas, enquanto ele está de pé, ele faz arruaça. Então, era muita coisa, muita reza, muita palavra que eles sabiam. Minha avó falava assim: “Olha, quando vocês passarem perto de fulano, vocês abaixam a cabeça, falam benção e vão embora, não olhem”. Mas não falava por que. Se ele olhava com cara feia e a gente ficava com medo, dizia que ele virava um “toco”, ele virava lobisomem; que várias mulheres achavam pedaços dos vestidos delas agarrados nos dentes. E isso acontecia porque os meus avós falavam, os meus pais falavam tudo isso, eles enxergavam. Então, nós não sabemos nada da reza que se rezava contra o mau-olhado...

A sua avó, “dona” Dorotéia, era uma liderança nesse jongo?

Ela era, e era rezadeira. Era ela que puxava, batia no peito, adorava. Ela tinha uma reza que orava para o nobre: “Oh... orar pro nobre”, e batia no peito. Tinha coro, coral, iam as quatro e rezavam na frente, de joelhos. Eles colocavam a esteira.

Renato de Lima Estanislau

Vocês ainda fazem uso de chás, desses remédios do mato, em geral?

Alguns usam. Eu só não uso muito porque não tenho muito conhecimento dessas coisas e posso até comer um veneno. Mas tem, ainda. Têm algumas pessoas que têm esse conhecimento. Não são aqueles bem avançados, mas têm algumas. Na Pescaria Velha, tem uma senhora que entende. Tem o “seu” Joel que também rezava. Ele perdeu a visão, está meio debilitado.

Dionato de Lima Eugênio

E as questões relacionadas à tradição, à preservação cultural, o senhor vê isso na Associação ou de uma maneira geral?

Isso aí é uma coisa que eu até gostaria que a Vânia estivesse aqui, mas nós perdemos muito dessa manifestação cultural, perdemos muito mesmo. Hoje é que nós estamos começando a dar continuidade, está mais relacionado ao jongo. Existia muita coisa, existia a ladainha, a Folia de Reis, na época dos meus pais, quando eu era garoto, eu via isso tudo aí... E isso acabou. Ninguém mais usa plantas medicinais; aqui, tudo era curado com o poder de reza e de ervas medicinais. Aqui, agora, é difícil. Eu creio que não tem mais, não. Eu mesmo não uso.

O que o senhor usava antes?

Ah, muita coisa! Se eu tinha uma dor de cabeça, eu já sabia o que era, tinha folha de pitanga, cozinhava aquilo, chá de... Esse que a gente chama “de Santa Maria” – erva Santa Maria – é o nome dela mesmo, que o pessoal conhece por outro nome... Depois eu lembro. Essa era para dor de barriga, para cólica. Tem isso, chá de laranja, folha de laranja, saião. Saião é bom para fazer xarope para gripe. Para machucado, a gente botava muito era... O próprio saião era bom, bom se fosse uma torção. Para um “ralado”, a gente já fazia uma pomada, botava um pouco de um “troço” qualquer, uma gordura, misturava tudo ali e fazia um “unguento”, como eles falavam, amarrava ali e dava certo, dava certo mesmo! Agora, eu esqueci o nome da erva Santa Maria...

Nilton Carlos Alves

E sobre a questão da assistência médica, vocês tinham acesso a um médico, ou havia uma rezadeira na comunidade?

Em relação a realizar os quebrantos, a realizar as questões de “espinhela caída”, aí tinha a rezadeira. Minha avó, quando a gente era criança, ela fazia umas rezas também. Ela falava: “Você está com mau-olhado”. Pegava uma folha e dizia: “Se a folha ficar murcha, é porque está com mau-olhado mesmo. Agora pega e vai lá no mato, joga em tal lugar...”. Ela aprendeu essa questão. E dificilmente ela ia no médico, raramente; ela sabia identificar o que era remédio e o que não era, fazia o xarope, se tratava muito com banhos de ervas. Coisas que a gente percebe que vieram, na realidade, das religiões de matriz africana. A gente percebe isso. Eles eram muito católicos mas, em parte, não deixavam também de fazer os cultos de matriz africana. Eu me lembro muito da minha tia – sempre lembro da minha tia porque era irmã da minha avó –, ela morava na Praia do João Manoel e, quando eu era criança, chegamos a frequentar algumas manifestações de matriz africana. Eles tinham a religião católica como oficial, mas praticavam algumas coisas de religião de matriz africana... Era na Praia do João Manoel, onde a minha tia morava, a irmã da minha avó. Tinha um primo lá que desenvolvia também... Tinha a questão de que, quando acontecia lá, acontecia também na Praia da Pescaria Velha; diziam que era o centro espírita do marido da “dona” Luzia, que a gente também frequentava. Eu me lembro que a minha avó, o Aluizio... Os mais velhos iam, e as crianças acabavam acompanhando. Era uma coisa que, normalmente, acontecia à noite, e a gente dormia, acabava não acompanhando na totalidade, acabava dormindo. Criança dormia cedo.

Mas é uma coisa importante, porque revela que, ao mesmo tempo em que há esse catolicismo, há também uma certa permanência. Isso acontece ainda hoje?

Acho que acontece, mas se acontece, acontece em poucos casos. Porque hoje, além da Igreja católica, também tem a evangélica. E tem uma certa resistência, e as pessoas que praticam, às vezes, querem manter segredo, não querem ser perseguidas, na verdade. Naquela época, na minha infância, eu lembro bastante, que acontecia com mais frequência.

Angélica Lima Marçal Estanislau

Vocês são católicos?

Somos. Todos os domingos e às quartas-feiras têm as missas nas casas, nas praias. Agora mesmo a menina me ligou, só que hoje é quinta. Hoje, era para ser um “trido”, porque todos os anos a gente faz um “trido” antes da Festa da Padroeira. Mas é uma coisa que às vezes a gente faz e às vezes não, ou faz uma oração na igreja... Então, esse capelão que está aí resolveu fazer duas missas: uma na casa do “seu” Joel que é hoje às 3 horas da tarde, e a outra lá na Caetana, amanhã às 3 horas também. Ele está pondo em prática uma coisa que já é bem antiga – que antes tinha, mas acabou, morreu –, que eram as orações nas casas, os terços, e ele resolveu fazer as missas. É uma coisa interessante e que eu estou vendo que está ajudando muito a comunidade. Está juntando mais, está unindo mais o povo. Ele quer ver se tira essa ideia dessa divisão de: “Porque eu sou católico, eu não posso participar da festa x” ou “eu sou evangélico e não posso participar daquela festa x, porque tem uma pessoa ali que é espírita”. Acontece muito isso. Se eu fizer uma festa aqui em casa, eu tenho conhecimento e até mesmo parente que é espírita. Se eu fizer uma festa aqui e convidar, tem evangélico que não vem, porque tem uma pessoa que é espírita e está aqui na festa. Ele está trabalhando em cima disso aí para tentar, está sendo duro, é meio complicado, mas aos pouquinhos está se desfazendo.

Élcio Santana

Gostaria que vocês falassem um pouquinho sobre como entrou a Igreja evangélica, a religião, na vida de vocês. Como chegou, se vocês são os pioneiros dessa Igreja, falem um pouquinho...

Na verdade, nós não somos os fundadores da Igreja, mas fizemos parte da fundação da Igreja; na época, foi a minha esposa que aceitou Jesus primeiro do que eu. O fundador dessa Igreja era militar, era um cabo da Marinha, que trabalhava no quartel. Ele era barbeiro, era cabo da Marinha, Fernando Vila Verde... Começou a anunciar as novas de alegria e, aí, o povo veio se convertendo. Conheci ele, foi o meu "pai na fé". Ele fazia o culto nas casas, nos ranchos, na praia...

E a fundação, foi em que época mais ou menos, foi em que ano? Vocês se lembram?

A fundação dessa Igreja... Está com 23 anos essa Igreja. Quando foi fundada, a gente já estava casado aqui. Quando foi fundada no estuque, eu lembro que nós fizemos um mutirão, fomos lá para o morro cortar as madeiras para fazer.

A igreja foi construída onde, essa primeira de estuque?

Lá mesmo, naquela igreja branca, ali na Praia da Cachoeira.

E por quanto tempo ela ficou de estuque? Vocês se lembram?

Não dá para recordar, não. Foi um bom tempo. Antes, o nome era Igreja Batista Missionária, e hoje é Igreja Batista Internacional Missionária. Nós somos filiados à Igreja de Cosmos e à Igreja da Mallet; as autoridades superiores lá são os apóstolos Efraim e Vidal.

Como é que o senhor virou pastor? O senhor hoje é o responsável pela Igreja?

Pela misericórdia do Senhor. Na época do pastor Fernando Vila Verde... Aí, depois, quando ele saiu daqui, ele tinha preparado o ministério, tinha aqui o presbítero, que era o presbítero Reginaldo, que é o tio da Jaqueline, o pastor Durval, que hoje é pastor na congregação lá em cima. Todos nativos.

O único de fora foi o Fernando? Vieram outros de fora?

Tiveram outros cooperadores, o presbítero Braga, que cooperou com essa obra aí. Tem bastante gente militar...

Quantos membros a Igreja tem hoje?

Aqui, do nosso lado, creio que deve ter aproximadamente uns 32, que estão ativos. Tem a outra lá, do Pastor Durval... É o mesmo ministério, só que lá é Marambaia II e, aqui, é Marambaia I. Aquela lá já tem o povo, porque é a dificuldade dos irmãos, das famílias se deslocarem de lá para cá. Anteriormente, nós fazíamos esse trajeto, de lá para cá, daqui para lá. Íamos até a Praia da Armação. Lá perto de onde tem aquele destacamento do Cadim. A gente ia até lá para congregar. Tinha um casal de anciãos, problemáticos de saúde, o finado João, e a gente ia lá, cultuar na casa dele.

Maria Santana

De vez em quando ele vem aqui, o pastor Fernando. Foi ele quem conseguiu autorização na Marinha e conseguiu construir a igreja, mas só que ela era de estuque. Nas horas vagas, ele anunciava – aí, era com alto-falante, de casa em casa, mas depois, assim... Era alto-falante, pandeirinho, aí, fazia os cultos, visitando os lares. Lá no final da Praia Suja, antes de chegar na casa do Aluísio e do Ademar, é no final daquela praia. Tinha o culto aqui e tinha o culto lá. Eles iam de lá para cá, e a gente ia daqui para lá.

E quantas pessoas frequentavam esses cultos, nesse primeiro momento?

Era bastante gente, mas a maioria, hoje, que congregavam conosco, está lá fora, muitos estão lá fora, outros já faleceram, porque eram muitas pessoas idosas, muitos anciãos. Nós chegamos [a ter] até 70 membros. Aí, depois, nós fomos pedir

permissão, e nós mesmos fizemos a igreja de alvenaria. Gente de fora, de outras denominações nos apoiou, nos ajudou, muitas pessoas cooperaram, ajudaram aqui nessa obra.

Vocês acham que a Igreja se fortalece quando vocês, moradores nativos da Ilha, assumem esse papel de liderança religiosa, ou isso é indiferente?

Como somos moradores daqui, também temos mais facilidade. Têm pessoas que vêm, nos ajudam, nos instruem, estão sempre nos orientando.

Me explica, a religião inicial da vida de vocês não era o protestantismo. Vocês tinham uma outra religião?

Meus pais, nós fomos ensinados... Meus pais eram católicos e espíritas, ao mesmo tempo... No tempo da escravidão, há muito tempo, o Evangelho ainda não tinha alcançado aqui. E, antes dessas Igrejas, vieram outras pessoas que vieram trazer a Palavra, mas elas não permaneceram. Só quem conseguiu permanecer foi essa nossa Igreja... Antes, era só o espiritismo. O templo religioso que tinha aqui era só centro espírita. Tinha muito centro espírita aqui, antes tinha; faziam muito trabalho, muita coisa terrível...

Dulce de Lima Estanislau

Eu sou batista. Aqui só tem a Igreja batista, Marambaia I e Marambaia II.

Eu queria saber se a senhora se recorda de quando a Igreja batista chegou, e qual foi o papel disso na sua vida, quando a senhora se converteu?

Eu me converti 16 anos atrás, faz agora, dia 19 de novembro. Eu me converti porque eu estive muito ruim, foi no primeiro enfarto que eu tive. Enfartei e fiquei muito doente. Eu gostava muito desse negócio de macumba, adorava. Tinha uma festa de macumba, para comer feijoada, como eu ia!

E como é que a senhora professava essa religião?

[Era na] Cachoeira. Tinha não sei o quê, e iam para a casa de um conhecido aqui, quem era morador... "A festa vai ser lá em casa, hoje é a feijoada do 'preto velho'! Todo mundo vai dar uma coisinha, e vamos fazer". Então, a gente acompanhava. Ia para a Cachoeira, ia para a praia, tudo isso, mas em centro espírita mesmo eu nunca... Tinha assim, lá na Pescaria Velha, tinha uma reservazinha, que um... Ele já faleceu, ele deixava a gente ver aquelas "santaiadas" todas, aquelas imagens. "Cada um com o seu cada um", e Deus com nós todos. Então, eu ia muito lá, já depois de ser mãe do Osmar, que é o caçula. Eu ia muito para lá, mas, depois que eu fiquei doente, eu fui lá e ele me disse: "Você vai fazer isso, vai fazer um banho daquilo, vai fazer um banho dacolá". Era um homem. O nome dele eu não sei, porque a gente tratava ele como "Velho".

Era o "Velho". Ele era parente de quem aqui na Ilha?

Ele era esposo da "dona" Luzia. Vocês já foram lá na Pescaria Velha? Já foram para aqueles lados? É onde moram a "dona" Luzia e a "dona" Tacira. Não era só ele. Tinha outra aqui, ele era lá. Eu fui uma vez, e quando eu estava grávida do Osmar, ele disse para mim: "Você está grávida, e vem um moleção aí!".

E a senhora não sabia?

Ele disse que o santo que estava nele se chamava "Vovó Maria". Eu disse: "Ih, Vovó Maria veio na Terra e falou que eu estou grávida, ela está é maluca!". Começaram a falar: "Dulce, você está gorda". Eu dizia: "Eu tomei 'apetivite', é porque eu tomei a vitamina". Eu estava menstruando, estava tudo direitinho. Fui no médico, fui lá na Nossa Senhora da Guia, em Itaguaí. Era médico particular; meu esposo foi, apanhou o trocadinho dele – porque ele tinha começado a trabalhar –, e fomos lá. Não tinha nada de "ultra" antes, isso era para quem podia pagar e "bater uma ultra". Agora não, agora você "bate" até de graça. Eu fui, e me explicaram: "Mãe, você está grávida, nós vamos passar um remédio para suspender a sua menstruação. Você está grávida já de uns três ou quatro meses". Eu falei: "Jesus amado!".

“Vovó Maria” estava certa...

“Vovó Maria” estava certa. Então, o “Velho” falava para mim: “É mentira de ‘Sá Maria?’”. Até hoje, a “dona” Luzia, que é esposa dele, chama o meu filho Osmar de “mentira de Sá Maria”: “Oi, mentira de ‘Sá Maria!’”. Ele chega, beija e abraça ela: “Oi, minha mentira de ‘Sá Maria!’”. Tudo bem, isso aí até foi, mas eu não fiquei bem, não fiquei curada do problema que eu tive, então falei: “Não, eu vou me render aos pés do Senhor”.

Jaqueline Alves

E a sua avó era candomblecista?

Na época sim, depois não mais, depois ela não quis mais. Mas, até os meus 8, 10 anos, eu cheguei a participar de alguns rituais, sim, não que eu fizesse parte daquilo, mas cheguei a presenciar. Na verdade, aqui na Ilha, na casa da minha avó mesmo, no Dia de Cosme e Damião, falava com um erê, essa coisa toda de criança.

Em que praia essa prática era realizada?

Eles praticavam muito na Praia do João Manoel, até hoje têm as imagens lá, até hoje existem essas imagens... Então, o pessoal se reunia nessa praia onde tem a cachoeira e cultuava ali, fazia cultos de matriz africana. Eles chamavam de “curimba”. Eles não falavam “culto de matriz africana”, que é a linguagem que utilizamos atualmente, por ter estudado. Muita gente ia para a curimba. Na época, tinha um senhor do outro lado que chamavam de “Velho”, ele era marido da “dona” Luzia – a esposa dele é viva até hoje –, eles tinham um centro. A gente falava: “A gente vai para o centro do ‘Velho’” – esse senhor era conhecido assim. O pessoal se reunia, tanto os daqui desse lado [da Praia do João Manoel], quanto os de lá iam para a curimba, para a Cachoeira, e os de lá iam para o centro do “Velho”, que é do outro lado, e frequentavam também a Igreja católica, normalmente. Só não predominava tanto a religião evangélica. Foi chegando, eu me lembro que começaram os cultos evangélicos... Foi na casa onde hoje mora o “seu” Ramiro, do lado da casa do Nilton, que foi minha casa também. Na época, a casa era de taipa e sapê, então, começaram a tocar aqueles louvores, aqueles pandeiros, e as crianças dançavam muito. Cantavam um hino, um louvor, eu lembro, e a gente dançava “pra caramba”!

Você falou que tinha esse centro que era do “Velho” e que tinha um outro pessoal que também participava.

Os dois lados, no caso, tanto as pessoas da Pescaria Velha, quanto desse lado aqui da Praia Suja, elas iam para o centro lá da Cachoeira para a curimba e também frequentavam o centro do “Velho”, não tinha divisão, não. Era para todo mundo, o pessoal se reunia. Era um centro, lá na Praia do João Manoel, não, lá era Cachoeira. O pessoal se reunia para fazer o encontro na Cachoeira, as curimbas eram feitas ali, as oferendas; era tudo naquela cachoeira, ao redor, no entorno... Eu me lembro muito dessa época, me lembro que a gente brincava muito de brincadeiras que, hoje, a gente não vê as crianças brincando; a gente brincava de ciranda, de casinha, de fazer comida, de montar fogão a lenha, coisas assim que a gente não vê mais. Minha mãe contava que, na época dela, brincavam ainda mais, faziam batizado de boneca, faziam comida, faziam galinha caipira, as meninas faziam... Faziam roupas para as bonecas se reunirem, como se fosse o dia do chá; o chá na casa de uma, ia todo mundo para lá, batizado de boneca, as bonecas tinham madrinhas. Brincadeiras que a gente não “alcançou”, a gente lembra pelo que contam.

Você estava dizendo que o pessoal que ia para a Cachoeira fazer os rituais, você era pequena...

Eu era pequena, mas me lembro de algumas coisas. O que eu mais me lembro... Minha avó, minha tia, tinham várias mulheres... Eu presenciei alguns rituais, eu me lembro que falavam muito o que não poderia fazer. Tinha aquela coisa: “Tal dia não pode fazer isso, tal dia não pode fazer aquilo”, “não é permitido à criança entrar em devidos lugares”. Até quando as mulheres tinham filhos de que elas cuidavam, tinham coisas que a gente não presenciava, porque criança não podia ver. Diziam que era “flexão” com ervas que faziam no bebê, a gente via o bebê todo verde, mas não via passando; era banha de galinha caipira e algumas ervas, arruda e tudo o mais que passavam no bebê. Mas a gente não via acontecendo, via depois

o bebê todo verdinho e ficava na criança. Quando aconteciam os rituais, algumas coisas eu via, a roda, as pessoas dançando manifestadas, cheguei a presenciar isso. Agora, fazer uma oferenda... Já presenciei uma oferenda que fizeram na figueira, uma vez, mas eu nunca participei, porque tinha aquela questão de que a criança tinha aquele momento, que a gente não participava. Eu tinha 8, 9 anos. Depois, a minha avó também não queria mais aquilo, ela foi envelhecendo, adoecendo; aí não tinha mais, o pessoal mesmo foi deixando essa questão. É muito individual hoje, têm pessoas que vão lá e fazem alguma coisa, mas não dizem, se você perguntar: “Não, eu sou católico”. O pessoal não tem mais isso de se identificar, ninguém aqui se diz espírita, se diz católico ou evangélico, é só isso que eles falam.

Você acha que a curimba ainda existe?

Existe, existe, o pessoal frequenta ainda a Cachoeira. A gente sabe que sim, mas eles dizem que não. As informações têm que ser autodeclaratórias: se diz que não, você não vai dizer que sim, não é? Mas existe.

Você acha que essa mudança diz respeito à chegada mais forte da Igreja evangélica?

Pode ter sido... É que também têm muitas pessoas que não são evangélicas. Têm muitos que não são evangélicos, mas que se dizem católicos, mas também são católicos não praticantes. São católicos para dizer que têm religião; a maioria não é evangélica, é como se fosse 50% de cada. Com o tempo, as coisas foram se perdendo... Têm coisas que a gente tem que resgatar: minha avó contava muito do jongo, que, na época, dançava um jongo no fundo do quintal, escolhia um quintal para dançar; como eram as vestes – as mulheres usavam aquelas saias rodadas, e os homens geralmente usavam uma camisa de linho, porque já era hábito de eles usarem camisa de manga comprida... Antigamente, as roupas eram assim. Ela contava como era, contava como a avó dela dançava, que a avó dela contava da época da escravidão, que atrás era uma roça de abacaxi, onde é a igreja católica... Muitas coisas assim eu me lembro, porque a minha avó contava muitas histórias do tempo do cativo.

Renato de Lima Estanislau

Aqui era misturado. O jongo, eles faziam depois da ladainha nas casas; acabavam as ladainhas, eles tomavam o licor, e já era de muito tempo, isso aí era tradição. Tomavam o licor na casa da pessoa, e quando acabava o licor, eles faziam a roda de jongo e dançavam o jongo. Então, o jongo sempre foi dançado, e ninguém nunca falou que era macumba. Acabavam o que era um ato católico, no caso, a ladainha, e iam dançar jongo, e ainda tomavam um “bircutico” para depois dançar o jongo; tomavam licor de jenipapo, licor de pitanga. Tinham várias coisas que eles faziam aqui. A minha mãe falava – ela ainda fala – que o jongo que a gente dança hoje foi dançado em vários lugares aqui na Ilha. Na Praia Suja era de um jeito, ali na outra eles dançavam e não era tão diferente, mas era um pouco diferente. Mas o jongo que a gente dança hoje não é um jongo tradicional da Ilha mesmo, não é. Isso aí, para a gente não perder a cultura, a gente falou: “Vamos fazer mais ou menos assim, eu acho que era mais ou menos assim”. Uma senhora falou: “Era mais ou menos assim...”. E a gente foi pegando.

Em alguma praia ainda tem alguém que dance da forma mais antiga?

Não tem... A minha mãe é evangélica, mas se você falar “como é que era?”, ela diz: “era assim, assim”, mas se alguém vir, “fulana está dançando macumba!”. Teve uma vez em que ela viu e falou: “Poxa gente, se fizesse daquele jeito seria tão legal...”. Uma vez, ela entrou na roda de jongo e dançou, lá na festa nas ruínas, ela dançou. Disseram: “Mas a senhora está maluca, daqui a pouco...”. Ela disse: “Não interessa, eu sei de mim...”. E ela dançou. Tem uma senhora também, que mora lá na Praia da Armação, filha da “dona” Iracema, ela também dançou e disse: “Olha, o jongo é assim”.

E ela era evangélica?

Não. A minha mãe é evangélica, essa senhora não. Essa, eu acho até que ela é espírita, mas lá é assim. Se você vir, algumas pessoas que não têm certa ignorância estão ali, juntas. Pessoas espíritas, pessoas evangélicas, pessoas... Nós convidamos, no ano passado, um grupo evangélico para tocar lá nas ruínas, na Festa de 20 de Novembro. É lá que eles falam que é o ato da macumba, mas vai todo tipo de religião para lá. A ruína é de uma fazenda, de um fazendeiro que trazia os escravos para a engorda, e eles ficavam lá.

Dionato de Lima Eugênio

Da comunidade aqui na época, festa mesmo era só festa religiosa. A ladainha era o seguinte: tinha o meu pai, Raimundo, o meu pai ou o pai de outra pessoa, entendeu? O meu pai era devoto de alguma santa, de algum santo que fosse, São Pedro, Santo Antônio, Nossa Senhora, era devoto daquela santa ou daquele santo. O que acontecia? No dia daquele santo, formavam uma comissão, tinha um rezador que puxava a ladainha toda, que conhecia; então, convidavam aquela pessoa e convidavam um grupo mesmo, grande! A comunidade toda ia lá para aquela casa, fazia as orações e cantava. Ficava muito bonito! Não era o dia todo, não, levava umas duas horas. Tinha comida, era mais doce, salgado. “Caninha”... Terminava tudo aquilo ali e formava o jongo; dali já saía o jongo, o pessoal dançava muito.

O senhor dançava, “seu” Naná?

Não. Dancei por uns tempos, mas parei.

E a Folia de Reis?

Folia de Reis já eram os meus pais que faziam, eles andavam de casa em casa. Eu era garoto ainda, não dava nem importância para isso, não dava, não.

Conversando com outras pessoas, a gente ouviu sobre alguns eventos que acontecem aqui na Ilha. O senhor pode falar um pouco disso?

Posso sim. A gente faz aqui – como é do folclore –, a gente faz a Festa Junina aqui na comunidade mesmo. Outra festa que também temos é a do Dia das Crianças, no dia 12 de outubro, que vamos fazer na Praça Sebastopol. E a mais importante é a Festa do Dia 20 de Novembro, Dia da Consciência Negra; essa é a festa mais importante que nós temos aqui, é o dia que a gente não deixa de comemorar, esse Dia 20 de Novembro. Dessa vez, vocês já estão convidados a participar dessa festa. Essa é a festa que chama atenção, mesmo! Porque é a festa em que vem todo mundo, o local enche, lá nas ruínas enche, enche de gente, a festa tem trazido muito... Às vezes, eles acham que dá problema, para eles na Marinha, porque são muitas pessoas, mas a gente consegue embarcações, consegue tudo para fazer essas pessoas entrarem. A festa é só durante o dia, à noite não tem nada. Começa às 10 horas e termina às 4 horas da tarde. E, para não haver problema de ficarem muitas pessoas na Ilha e para não sair no dia seguinte aquele monte de bolsas na embarcação deles, a gente faz só durante o dia. O que não pode faltar nessa festa é feijoada, feijoada mesmo, feijoada boa! A gente pede doações de tudo para fazer. É muita alegria mesmo, a participação é boa!

E quem faz a feijoada?

Quem faz a feijoada é o pessoal da comunidade mesmo, tem um grupo para fazer a feijoada. Sai boa! Depois da feijoada, o pessoal dança, tem apresentação de dança de jongo, capoeira, e o resto é alegria...

Vitória Machado Alves

Na Festa de Zumbi vai bastante gente, mas na da Padroeira eu não vou. Meus pais vão, só que eu fico em casa porque não gosto.

Então essas festas de santo, da Padroeira, são mais frequentadas por adultos?

Isso. A Festa de Zumbi em si tem tipos variados de apresentações: o jongo, a capoeira, apresentam a escola com alguns murais para a história – e a feijoada, que é uma delícia! É isso. Uma festa de que eu me lembro muito é a festa em que eu fui fazer capoeira – acho que foi no ano retrasado –, em que o professor de capoeira ainda estava aí. Nós fizemos uma apresentação lá, dançamos jongo e depois fomos direto para a capoeira. A gente tem que trocar a roupa rapidamente, porque se não, perde. Foi bem legal, eu nem lembro da comida, porque a comida, para mim... Eu como rapidinho e vou lá para a praia, porque eu adoro tomar banho de mar naquela praia, é rasiinho.

E a capoeira, ela ainda acontece?

Acontece, mas é mais pelos adultos mesmo. Eu acho que as crianças não gostam ou não fazem porque os pais não deixam, por ser muito violento ou porque pensam que é macumba. Ainda existe muito esse negócio de religião, e isso separa um pouco a comunidade.

E como você percebe quem vem de fora olhando a festa?

As pessoas daqui a gente já conhece e, então, a gente vê uma pessoa diferente e já sabe que ela é de fora. Normalmente, vêm pessoas para as nossas casas que a gente convida para ir àquela festa, mas algumas pessoas não sabem dessa festa, mas vão, gostam e vêm no outro ano. É assim.

Elói Juvenal Machado

E a festa de Zumbi dos Palmares? Como é que acontece essa festa aqui?

Acontece, porque antes, aqui era um local de desembarque de escravos e, como Zumbi dos Palmares foi um dos homens que influenciou na libertação dos escravos, então fizeram essa festa em homenagem a ele, em homenagem a todos os escravos que sofreram, que foram chicoteados... Por isso que essa festa é feita aqui. Eu só participei umas duas vezes. Agora não participo, não. É muito longe, onde fica a senzala.

Do que você se lembra que aconteceu nessas duas vezes?

Tinha dança da capoeira, do jongo, e também tinham as comidas típicas da Marambaia. [A festa] falava mais sobre a origem, a cultura e a origem da Marambaia.

E você gosta dessas atividades do jongo, da capoeira? Você acha legal?

Acho, mas quase não participo muito, não. Porque eu passo o resto do tempo trabalhando.

Alfredo de Lima

A festa aqui era o seguinte: tinha Festa de São João, de São Pedro, que eles faziam; o pessoal era tudo católico, era o catolicismo. A gente fazia a procissão, a procissão terrestre, vinha de lá para cá, juntava todo mundo, família, tudo; aí, fazia aquela procissão e, depois, tinha a festa. Na festa, faziam aquelas barracas; o lugar, faziam mais para o outro lado, e vendiam os negócios que tinham, um trazia uma coisa, outro levava outra coisa, outro levava uma outra. Tocavam viola... Era mais música antiga, o meu pai cantava, ele gostava muito de ser "cantador". Era música de Carnaval, ele gostava de dançar, gostava de baile! Gostava muito de um baile, ele também era namorado.

E onde eram feitos esses bailes?

A gente fazia barraca... Vai ter um baile aqui, tem uma área livre ali, a gente fazia barraca, cortava palha de coqueiro, fazia a barraca, amarrava uma lamparina lá no alto, botava querosene, amarrava o pé da barraca, cercava, e ali acontecia o baile, a noite toda. Eram dois, três dias de baile, direto! Começava às vezes na sexta, sábado e domingo, e só terminava pelas tantas da manhã, mas era muito bom! Fazia aipim, batata-doce, todo mundo fazia uma fogueira, ficávamos em volta da fogueira, e era assim a diversão aqui, era assim, dessa maneira. Mas era muito bom, o pessoal aqui se alegrava muito, e vinha um pessoal da gente que trabalhava na cidade, moças vinham também, e aí eram três dias de festa direto.

Era aniversário... Aqueles que faziam aniversário no Dia de São João, de São Pedro, já era uma festa. Tinham também umas canoas aqui, aquelas canoas de um pau só, e pescador, muitos aqui eram pescadores, e tinham muitas famílias aqui, tinham umas cinco ou seis famílias aqui nessa praia, tudo parente da gente; nas outras praias também tinha bastante, era bem movimentado aqui, era bem alegre.

Ah, e tinha o jongo. O jongo, tinha a ladainha... Eles rezavam naquela casa, eles convidavam para rezar ali, eles rezavam, rezavam, era como uma seita, não têm várias Igrejas hoje? Eles faziam. Juntavam, convidavam a família para todo mundo assistir àquela ladainha, aí rezavam ali; um puxava uma reza, outro puxava aqueles cantos, tantos cantos que eles rezavam. Então, depois daquilo, tinha o jongo: "Agora vai ter o jongo". Uns lá tinham uns caixotes, e aquela mulher dobrava a roupa assim, saía rodando e cantando aqueles versos, e rodando e cantando.

Minhas irmãs devem estar mais ou menos lembradas, mas eu me esqueci de vários jongos que eles cantavam. Era tudo junto, era meio separado, mas era a mesma coisa. Batiam naquele caixote, e as mulheres começavam a dançar, juntavam a roupa, e todo mundo numa roda só, ia rodando. Aquele que rodava mais era o campeão do jongo, ali.

Nessa época vocês faziam muitas coisas juntos com a vizinhança?

Era, porque convidavam cada família. Depois faziam todas aquelas coisas, a ladainha, depois tinha o baile, armavam a barraca, e na barraca tinha o baile a noite toda. Dançavam... Quando chegava no domingo, tinha a domingueira, tinha aquele negócio para comer, beber. Na domingueira, eles faziam assim: "Vai ter domingueira hoje!". Só não era assim... Como o outro dia era segunda-feira, a domingueira não era a noite toda, começava de dia, mais cedo, e terminava mais cedo. Tinha almoço, começava a festa, continuava a família ali, ia em casa, voltava.

Vânia Maria Guerra dos Santos

O jongo aqui era dançado depois das ladainhas, os mais velhos contavam. O "seu" Naná também fala que o meu avô era muito saliente, tomava todas, ia dançar jongo e beliscava as moças. Muito sem graça, imagina o resto. E aí contavam, sim. E a capoeira, que só foi usada uma vez... E aí a gente também resgatou a capoeira. Agora, outra fonte, disseram que aqui tinha, na tradição deles que trouxeram... Era uma "batida de capim", que eu não consegui ainda resgatar. Eu tenho que resgatar, terminar o final do ano trabalhando nessa descoberta. Descoberta já houve, mas ver o que é, como é que é, aí me indicaram alguém que saiu daqui e que ainda usa essa receita. Eu vou correr atrás para achar. E o cateretê, que aqui também dançavam o cateretê, mas eu não sei como é, eu nunca vi ninguém dançando, e também ninguém se lembra.

Dulce de Lima Estanislau

Como era o jongo? Conta um pouquinho do jongo para a gente. Porque a senhora hoje é evangélica...

Sim...

Uma coisa não tem nada a ver com a outra.

Não. Nosso Deus é um só. As religiões são várias, mas Deus é um só. No tempo em que eu ia, só não tinha jongo quando era reza de defunto. Eles davam a reza, "ladainha", que eles chamavam. Ladainha de sétimo dia, de um mês, podia celebrar missa, mas dava a ladainha. Mas São João, São Pedro, Santo Antônio, São Manuel, Santa Dulce, Santa Maria... tudo era motivo. Meus avós dançavam e colocavam a gente dentro da roda...

E quantos anos a senhora tinha na época?

Eu tinha meus 8, 9, 7 anos. Para a gente tomar "licoroso". Tinham aqueles "licorosos" e tinham aqueles copinhos que têm uma parte assim, o pessoal chamava: "É o copo de bunda", que tinha uma "bundinha" grossinha e o resto para cima. Aquele era das crianças, e a gente, então, não perdia. Na ladainha, a gente ficava brincando debaixo da cachoeira, debaixo do pé de pitanga, comendo pitanga, mas quando começava "Pai Nosso que estais...", para terminar a ladainha, a gente já corria para entrar no meio da roda. O jongo, agora é atabaque que bate, antes era caixa, caixote de madeira, então eles batiam ["dona" Dulce mostra a batida que se fazia no jongo com os caixotes de madeira], e o pessoal dançava.

Canta uma música para a gente. A senhora lembra?

“O sabiá chupou laranja, deixou casca só / O sabiá chupou laranja, deixou casca só”. E tinha uma também que eles cantavam: “Pisei na pedra, a pedra balanceou, oi / Pisei na pedra, a pedra balanceou / O caminho estava torto, a rainha endireitou”. E então, isso, eles iam com o balanço do jongo, que era a saia rodada, usavam aquelas anáguas bonitas com renda, e aquela pala da saia por cima do braço. Apareciam aquelas anáguas, e os homens ficavam olhando. Cada uma mais bonita que a outra, porque era roupa de missa, de festa, e então dançavam. Era homem e mulher.

Sempre nas festas dos santos da Igreja?

Em São João faziam a fogueira, rezavam a ladainha e, depois, começavam aquela fogueira. Entrava a noite, e vinha o dia 23, São João é 24 de junho, do dia 23 para o dia 24. Eu tinha 7 ou 8 anos, por aí.

E o que a senhora se lembra disso? Quando acabou essa tradição?

Acabou porque os idosos começaram a falecer, e eles não passavam nada como era para a gente. Reza, o pessoal aqui tinha muito “cobreiro”, pegava muito “cobreiro”, porque antes não passavam roupa. A roupa, a fralda de pano era desse saco que agora é branquinho, que agora a gente compra para fazer pano de chão. Então, pegavam bagaço de cana, que moíam para fazer caldo, fazer café, acendiam aquele bagaço e saíam aquelas fumaças. Tiravam a roupa da corda e falavam, mas a gente não sabia o que era, eles não ensinavam, faziam tudo escondido. Botavam isso e não pegavam “cobreiro”. Para esse que pegava “cobreiro”, eles falavam: “Você defumou a roupa?”. “Defumei”. “Mas você não falou a palavra que tinha que ser falada, a reza que tinha que ser rezada”.

A senhora conhece alguém que defuma a roupa até hoje?

Não, agora não.

Isso foi perdido. E quando foi a última vez em que teve jongo em uma festa da Igreja, desses santos? A senhora lembra da sua idade?

Muitos anos. De jongo, muitos anos. Depois de 10, 11 anos, eu não me lembro mais de nada.

Depois que a senhora foi para o continente trabalhar, a senhora não se lembra mais dessas festas?

Não, não teve mais.

Quando a gente fez a apresentação na Escola, a gente viu um grupo de jongo aqui da Marambaia e achou muito bacana. Qual é a diferença que a senhora vê nesse jongo?

Não, não é esse jongo. É o que eu falo para eles: eu não sei aquele andamento, mas não é esse jongo que eu via os meus avós e os meus bisavós dançando. A diferença se vê pelo homem. Eu vou ter que levantar para fazer. Porque os homens faziam a roda, as mulheres dentro, e os homens ficavam todos ali de mãozinha para trás. As mulheres, quando vinham os homens, só iam assim, o jongo do homem era assim, só de costas. As mulheres se aproximando, vindo de costas para eles, e eles só saindo. Mas era uma coisa muito bonita, o jongo, não era esse jongo que eles dançam agora. O de agora é muito diferente, não tem sal, não é nada... A Vânia já me pediu: “Tia Dulce, ensina pra gente aquele passo de jongo!”. Mas eu falei: “Eu agora não posso, não posso ensinar...”. Mas eu danço jongo, eu sei dançar. Eu sei dançar jongo.

Sônia Maria Machado

A gente conversou com a “dona” Dulce, e ela contou do jongo que assistia quando tinha 8 anos de idade, e ela contou que, num segundo momento, agora mais recente, o jongo novamente apareceu. Como é que começou, como é que recomeçou o jongo? Como foi esse movimento?

Havia tantas coisas. O jongo em si eu não presenciei, mas a minha mãe fala que a minha avó jongava. Eu não me lembro de a minha avó ter falado em momento algum, mesmo porque eu tenho a memória bem curta; de jongo, eu não lembro. Mas eu lembro da minha avó nas danças dela. Às vezes, até na brincadeira com a gente era todo aquele ritual, todo aquele balancê e mais coisas. A Dulce dança um jongo divino – não sei se ela dançou para vocês, dançou? Ela tem um jongo divino só que – pelo amor de Deus –, se eu, na idade em que estou, fosse jongar, eu jongava, mas tinha que ter uma maca para eu poder sair dali de maca. Porque é terrível o jongo, o verdadeiro jongo deles, se é o que eu a vi fazendo... Minha avó também tinha, de vez em quando, ela falava assim: “Você está aí com a cabeça quente, vem dançar um pouco que esfria”. A cabeça quente, aquela coisa de a gente ficar murmurando... Eu sou assim, puxei muito a minha mãe, falo o tempo todo, e esse aí [“seu” José] é um abençoado, porque tem uma paciência de Jó. Ela ficava dançando para poder extravasar.

Ela não chamava de “jongo”, nunca, eu não me lembro. Ela ia no chão, voltava, e ela sempre usou aquelas saias porque era muito gorda, parecia uma índia com aquela saia rodada, então ela sempre usou aquele saiotão. Ela fazia assim: puxava, depois puxava para cá, puxava para lá, dava umbigada no papai, batia de ombro – é tudo isso o que a gente vê no jongo. E ela cantava, só que eu não me lembro das músicas dela, eu não consigo me lembrar – falava em tatuí, renda, mas eu não consigo captar, minha mente não chega aonde eu queria.

José Antônio

A letra do jongo que eles faziam era praticamente o dia a dia que eles viviam. Por exemplo, se eles achassem alguma coisa engraçada, se eles topassem com um lagarto ou com uma cobra que assustou eles, eles faziam uma música.

Sônia Maria Machado

Tem a do pescador, que é em homenagem ao meu pai: “De manhãzinha, o espia sobe o morro / E lá de cima vê o peixe passear / Ele assobia três vezes para o pescador cercar / Assobiou, assobiou... / O espia deu a ordem, e o pescador cercou / Assobiou, assobiou... / O espia deu a ordem, e o pescador cercou”. Tem também a da “vovó” Luzia, que era a parteira da Ilha, e ela fazia o parto de todas as mulheres. Era incrível a capacidade daquela nega. Quase todos os nativos da Ilha, eu acredito que todos aqui nasceram pelas mãos da “vovó” Luzia. Então, ela era uma pessoa fantástica, e o vigor que ela tinha, coitada, porque ela morava lá no Cutuca. Chamavam ela aqui na Pescaria Velha, a velha pegava a saia, suspendia e lá vinha ela; quando ela terminava um parto, corria para o outro. A música para ela é assim: “Meu filho, venha correndo / Meu filho em disparada / Meu filho, venha correndo / Meu filho em disparada / Vá chamar ‘vovó’ Luzia, que a hora é chegada / Vá chamar ‘vovó’ Luzia, que a hora é chegada / Nesse quilombo sagrado, nasce um, nasce dois, oi, nasce três / Nesse quilombo sagrado, nasce um, nasce dois, oi, nasce três / Oi, nesse quilombo sagrado, nascem muitos de uma vez / Oi, nesse quilombo sagrado, nascem muitos de uma vez”. Essa é a música que eu fiz.

Mas que bacana, Sônia, porque de uma certa forma, o jongo, esse jongo dessa nova fase, dessa nova luta, está servindo como um espaço para contar a história dos moradores. Tem um para o seu pai, tem um da parteira da Ilha, que bacana. Têm outros assim que você conhece?

Não. Esse eu fiz, são meus “filhos”. Igual a esse jongo do meu pai; eram dois espias que eu achava incríveis, e eles eram até rivais de uma certa forma: meu pai e o Valdemar, todos os dois são falecidos. O Valdemar era um brancão alto – ele é o pai da Mari, que o Zé estava falando que estudou na Escola de Pesca. Ele falava: “Corre, russa, corre, avisa lá o pessoal”, e a gente corria. Ele falava: “Essa aí vai ser pescadora de verdade”, então, eu não podia deixar de homenagear aquela pessoa que me dava força.

Mesmo sendo rival do seu pai...

Ele era rival do meu pai porque foi o primeiro noivo da minha mãe; então, eles tinham aquela diferençazinha, mas eu acho que ninguém aqui sabe. Era engraçado. Eu sabia porque o meu pai, a gente tinha um carinho muito grande. Eu era a “branca” dele, porque os outros eram mais morenos, só eu e a que faleceu, a caçula, então ele ficava... Ele contava tudo, conversava quando estava aborrecido com a minha mãe, então ele se abriu muito comigo. Ele falou desse negócio, de que o Valdemar foi namorado da minha mãe. Eu não poderia deixar de homenagear o Valdemar e outros, seja lá quem for, que foram espias, mas o meu pai, é claro. Meu pai foi um grande espia, ele abraçava todo mundo, ele botava todo mundo, ele queria ajudar todo mundo. A gente podia comer pirão de peixe a semana inteira, mas ele fazia compras, vinha com as sacas de compras e dividia, ele dividia com aqueles que não tinham. Meu pai foi esse homem, e é por isso que eu falo que a gente tem que lutar, a gente tem que fazer alguma coisa; a luta não é de um só, a luta é de todos, de todos que creem, que acreditam que a gente vai ter um futuro melhor.

Jaqueline Alves

A sua avó falava sobre o jongo, que ela dançava, que ela cantava, como era o jongo? Você saberia reproduzir alguma coisa que ela dizia sobre o jongo em si? Como é que fazia, você falou da saia, da roupa, mas como é que funcionava?

Geralmente se cantava o jongo depois das missas, quando eles chegavam em casa. Eles contam muito isso: no fundo de um quintal, escolhiam um quintal, iam lá, começavam a tocar o jongo, usavam aqueles tambores, diziam que era um banquinho que sentava num caixote, que eram os banquinhos de madeira, eles iam para o fundo do quintal e dançavam. A minha avó falava “tambor” mesmo, não sei se era atabaque; hoje, a gente usa atabaque, mas, na época, ela falava que era tambor mesmo. Quando não tinham tambor, usavam lata – quem não tinha tambor, usava uma lata, qualquer coisa que fizesse som para dançar, que estimulasse. Iam para o fundo do quintal e dançavam, mas ela conta que o jongo que elas dançavam era diferente. Hoje, a gente dança o jongo mais de pé; o jeito que a gente resgatou é mais assim. Ela conta que elas se abaixavam todas, e dançavam e vinham levantando... É diferente do que a gente conhece hoje, são vários jongos, na verdade. E ela falava que era sempre assim: depois das missas, eles chegavam em casa, trocavam de roupa, botavam a roupa e iam com saião, quase todos os domingos eles faziam isso.

Tacira Julião Alves

E as festas aqui, esse prazer de voltar à Ilha, como a senhora falou de colocar o pé na Ilha? Como eram as festas? Tinham festas aqui? A questão do jongo...

Não, na minha época de criança já não tinha mais jongo. Na minha época de criança, tinha muita ladainha, reza... Muito baile, faziam baile a qualquer hora.

Que música tocava no baile?

Ah, minha filha, no baile se dançava muito. Tocavam “caninha verde”, calango. Era assim, era viola, sanfona, esses tipos de coisa. A gente sacudia o esqueleto, não é? Mas era tudo bom, graças a Deus, era muito bom! Eles faziam baile a qualquer hora. Qualquer domingo, em plena segunda-feira, todo mundo se unia. Bastava tocar, bastava aparecer um com a viola tocando, e o forrobodó estava formado! Era assim, por exemplo, ia ter um baile lá na Praia do Caju. Então, se a pessoa estivesse a fim de ir, eles iam. Se tivesse lá no Cutuca, iam também. Se tivesse aqui, ele vinham de lá para cá. Era assim, bastava saber... Mas eles sempre faziam um baile assim, “no sopapo”. Não gostavam de baile anunciado não, gostavam mais assim.

Causos de “assombração”

Joel Rosa de Lima

Assombração! Assombração tinha muita, a maior parte é assombração... Tinha que saber rezar bem, oração forte, para lutar com assombração. Aqui, ninguém andava de noite! Não andava, não, tinha medo de assombração. Não tinha um caminho, não, tinha um atalho, tinha a história do boitatá. O boitatá entrava com um fogaréu... Ninguém andava de noite. Aparecia aquele fogaréu... Eu mesmo já encontrei. Eu já vi o boitatá!

Como ele era?

Um fogaréu grande! Um fósforo grande andava de noite, sempre encontrava dois, três boitatás por aí afora. De noite ninguém andava, não! É, eu andava de dia. Andava mais de dia... la anoitecendo, a gente ia “caindo fora”.

Tinha um camarada que apareceu aqui, teve assombração de noite; o sujeito chegou, tinha uma venda com uma tábua assinada “Roque”, e a venda era aqui para cima. De noite, ele veio da venda, meio bêbado, a assombração chegou nas costas do homem, trepou nas costas do homem, trepou naquele homem grande, e ele disse “sai daqui”, lá na Praia Suja. Ele levou daqui da ponta até a Praia Suja, com aquele homem nas costas. O homem montado nas costas dele, mas não teve jeito. Passou pelo caminho da calçada, por aí abaixo, chegou na saída da Praia Suja e, aí, o homem desceu das costas dele. A assombração ainda ficou espiando ele com as duas mãos nas cadeiras, assim; ele ainda deu uma olhada. A assombração estava com preguiça – pegou carona com ele! Ficou olhando para ele bem sério. Depois, seguiu o caminho dele.

Alfredo de Lima

E tinha também os caçadores que caçavam, eles diziam que viam muita assombração de noite, e eles falavam: “A gente tinha um medo!”. Eles diziam que era um vulto que aparecia para eles, uns diziam que iam meter a mão no buraco, diziam que tinha uma tal de “mão pelada” que segurava na mão deles. Tinham uns que apanhavam de assombração à noite e não sabiam quem é que estava batendo neles. Tinham uns conhecidos nossos aqui, que eles iam caçar e na vez deles chegarem em casa... Tinha um que morava lá no meio do mato, chegava em casa, e cadê a casa? Diziam que a casa tinha sumido! É, eles ficavam: “Cadê a casa?”. Não achavam a casa. Procuravam, procuravam a casa e não achavam. O meu tio Balbino tomou uma coça ali naquela virada, de assombração, e gritava; o pessoal foi socorrer ele. Meu pai, “seu” Joel, falava que tinha muito feiticeiro aqui... “Nego” tinha medo do outro, aí fazia essa história.

Ele falou que tinha gente que fazia macumba e tal? Quem era essa gente?

Ele falava que tinham parentes dele aqui, que a polícia vinha pegar eles e eles viravam, faziam uma reza, e a polícia passava em volta deles e não via. Eram parentes dele. Tinha um homem aqui que eles falavam que fazia contrabando, antigamente; aí, dizem que botaram o homem dentro da canoa e não queriam que ninguém soubesse, atravessaram para o lado de lá, ele saiu daqui de canoa e foi para o lado de lá. Aí, ele ia saindo às escondidas, mas o submarino estava na praia. Um falou: “Ih, rapaz, acho que eles vão dedurar a gente, o que é que a gente faz com ele?”. Botaram ele dentro da canoa e levaram, chegaram no alto-mar e disseram assim: “O que é que a gente faz com ele?”. “Vou jogar ele dentro do mar”. E jogaram o homem dentro d’água: “Esse aí já não vai mais dedurar a gente”. Porque já estava morto mesmo dentro da baía. Despacharam lá o negócio que tinham que vender, que era meio proibido. Quando chegaram, a primeira pessoa para ajudar a puxar a canoa era o homem, diziam que era o homem. O homem estava em pé na beira da praia, e eles disseram: “Ih, agora estamos roubados!”. Era isso que assombração, e uma coisa que eles viam muito aqui, que aparecia muito aqui era lobisomem.

Assombração era cachorro, aparecia muito cachorro. A gente estava aqui assim e, daqui a pouco, passava aquele cachorrão branco, lá em cima do morro. Quando eu era mais novo, ficava com muito medo, a gente ficava com muito medo. Eles andavam muito à noite; dizem que eles viam muita coisa no meio do caminho.

Jaqueline Alves

Minha avó contou que elas foram com aquelas bolsas enormes de tecido, com foice, tudo o que precisavam para cuidar da horta; aí tem a história, a lenda do “pau que acende”... Foram, ficaram o dia todo lá cuidando e, quando vinham descendo, quando chegaram naquela laje grandona, disseram que o pau já estava aceso, o pau já estava lá todo aceso, e vieram minhas tias medrosas... Minha tia começou a ficar mole, as pernas dela começaram a estremecer, não conseguia mais andar, e o pau aceso, e ninguém conseguia sair dali, todo mundo nervoso, todo mundo mole, e o pau cada vez mais aceso, aquela coisa enorme. Minha avó disse que as meninas se sentaram e não conseguiram levantar, e ela também não [estava] se sentindo bem; ela falou que, sem entender, sentaram perto de uma pedra grandona que ainda tem lá, a foice que estava dentro da bolsa que ela estava trazendo nas costas desceu e passou na pedra, como se alguém estivesse passando, como se fosse alguém passando mesmo. Ela falou que, naquele momento, do nada, o pau apagou, e todo mundo conseguiu andar. Minha tia conta essa história também; a minha tia conta, a minha avó contou... Todo mundo conseguiu seguir, mas, enquanto o pau estava aceso, ninguém conseguia andar, e ficaram lá sentadas, minhas tias com medo e nervosas. É uma das histórias do pau, todo mundo tem história do “pau que acende”! Todo mundo tinha; antigamente, contavam muito essas histórias. Meu tio também, ainda quando a minha avó morava lá, meu tio mais novo, Reginaldo; a minha avó contava que todos os dias, quando ele vinha da escola... Na época, as freiras eram professoras e vinham com a minha mãe, com a minha tia, com os mais velhos... Toda vez quando ia, quando chegava ali – agora, hoje, tem escrito “Fuzileiros Navais” naquele morrinho –, ele via uma ovelha, todos os dias, a ovelha trazia e levava ele todos os dias; meu tio via essa ovelha. Tem várias lendas, tem várias histórias e tem outras que, no momento, eu não me recordo, que a gente não escreve, não tem o hábito de escrever – o ideal é escrever para guardar.

Renato de Lima Estanislau

Minha avó contou e ficou marcado, e eu fiquei com certo medo depois de certo tempo. Ela falou que, antigamente, tinha um caminho por onde eles passavam em que apareciam umas tochas de fogo, aquilo era complicado. Às vezes, a tocha de fogo aparecia e vinha em cima, e todo mundo corria. Eu achava que era mentira, porque sempre alguém quer meter medo no neto. Eles sempre contavam que eles chamavam de “boitatá” – não sei se vocês ouviram falar. Eu, graças a Deus, nunca vi. Eles falavam que viam: vinha aquela tocha, e eles tinham que se abaixar e se esconder, e a tocha passava. Eu ficava com aquilo na cabeça e falava: “É mentira”. Mas, quando uma pessoa mais velha contava... Chegou uma vez, aqui mesmo, um camarada ali – esqueci o nome dele –, se abanando, o filho do Felipe que morreu assassinado, chegou se abanando, com medo, ele estava em um cavalo. O cavalo dele veio atrás, e ele chegou aqui na cerca e falou: “Me dá água, me dá água, eu vi o boitatá! Aquilo lá já começou...”. Uma vez, eu fui lá na minha avó e falei: “Vó, esse negócio de boitatá é sério mesmo?”. E ela falou: “Uai, meu filho, tá pensando que é brincadeira?”.

Adriana Barcellos de Carvalho

Tem a história da “mulher de branco”, aquela estátua. Aparecia para um soldado, e ele saía correndo...

O soldado saía correndo?

É, porque eles atiravam, e a mulher continuava andando, andando... É a história que contam... Eles atiravam, e a mulher ia andando. E, quando chegavam perto da estátua, ela sumia. Eles achavam que a mulher saía da estátua...

Luíza Santana Mariano

A estátua sem o braço... Uns dizem que atiraram nela, aí pegou no braço e o braço caiu. Até hoje a estátua está sem o braço.

E a estátua existe mesmo?

Existe! Fica perto da casa do Almirante.

Nilton Carlos Alves

Mas você lembra de alguma história de assombração que marcou a sua infância, que você ouvia mais?

A minha avó sempre contou várias... Uma que ela contou – isso depois de ela ter superado o fato de ter perdido o marido, o filho e o primo na pescaria... Como eu estava falando, na época, eles viviam basicamente da pesca e das plantações. Eles plantavam mandioca para fazer farinha, plantavam muita banana, algumas outras frutas também, também plantavam arroz, mas sempre tiveram costume de fazer as farinhas e vender as bananas. Eles iam para Itacuruçá, não só para vender os peixes, mas vendiam também as bananas; o povo de Itacuruçá estava sempre esperando as bananas da Ilha da Marambaia e as farinhas também, que eles produziam aqui. Normalmente, quando eles iam para a pesca, eles voltavam com o peixe e sempre passavam na roça, e voltavam com as bananas também. Ela contava que, numa época, eles foram pescar na Restinga – eu não sei se a pesca não estava muito boa –, mas eles pararam na roça, que nunca era próxima às casas, era sempre distante, principalmente as roças que eram em cima de morro. Nessa época, que ela conta a história, ela já morava na Praia Suja, mas trabalhava lá na Praia do Sítio, e ela disse que vinha em um grupo só de senhoras, não tinha homens. Elas vieram da pescaria, passaram na roça, colheram algumas bananas e mandiocas e vinham do Sítio para cá, para a Praia Suja. Ela e outra senhora eram as mais velhas; as outras eram mais novas, as filhas, primas e sobrinhas que traziam o material. Acabou que elas demoraram muito na roça e anoiteceu. À noite, elas vinham caminhando do Morro do Caju para a Praia Suja – tem uma parte ali que a gente chama de “calçada”. Nessa parte, elas falaram que, quando elas foram, estava normal, mas quando voltaram, depois das 6 horas, de noite... Eles tinham muito a tradição de respeitar o horário da Ave Maria, respeitavam o horário da Ave Maria; dava 6 horas e, nessa época, o pessoal, que ouvia muito o rádio, ouvia a Ave Maria, eles paravam na casa de alguém para ouvir a Ave Maria e, depois, continuar o percurso. Assim elas fizeram: pararam na Praia do Caju, na casa de alguém na época, ouviram a Ave Maria e, depois, continuaram a caminhada. Chegando na “calçada”, elas falaram que tinha uma árvore enorme atravessada na calçada, impedindo a passagem, sendo que, quando elas foram, não tinha nenhuma árvore caída. Naquele dia não ventou, e não tinha por que ter uma árvore caída, impedindo a passagem. Elas contavam que, quando elas viram a árvore, elas não conseguiram mais andar, e os pesos que elas carregavam nas costas, que eram as bananas e as mandiocas, [ficaram] cada vez ficavam mais pesados – elas estavam assustadas. As criancinhas menores já começaram a ficar desesperadas, a chorar, e a outra senhora que estava com ela, que era prima dela, falou assim: “Nós temos que ter fé, vamos conseguir, vamos vencer. Não desrespeitamos, paramos, ouvimos ali na casa de um parente, então, nós vamos conseguir!”. Outras falavam assim: “Como é que a gente vai passar? Essa árvore é enorme; não tem como passar, e os pesos estão ficando cada vez mais pesados em nossas costas!”. Ela lembra que veio na memória dela que os antigos falavam... E ela estava com uma ferramenta, com uma foice, e os antigos falavam assim: “Quando tiver algo acontecendo de estranho, ou que seja extraordinário de assombração, peguem a ferramenta que tiverem e passem na pedra, que eles vão sumir”. Ela falou que veio isso na mente e que não deu tempo de ela pegar a ferramenta e passar na pedra, mas que ela ouviu uma ferramenta passando na pedra. A ferramenta passou na pedra, e a árvore imediatamente sumiu. Elas continuaram a caminhar, passaram e encontraram uma pessoa no caminho, que estava indo para o outro lado. Elas passaram e falaram sobre o fato, explicaram o que tinha acontecido: “Poxa, eu vou e teria que voltar, mas já que vocês estão falando isso, não vou voltar, vou ficar na casa de alguém e depois volto no dia seguinte”. Esse é um fato que eu lembro bastante.

Um dos outros que eu acho que é bastante conhecido é a questão do “pau que acende” – vocês já devem ter ouvido. Elas contavam que, ali na descida da Praia Suja, de vez em quando, tinha um pau que acendia. Podia estar a escuridão que estivesse que, daqui a pouco, do nada, o pau acendia. As pessoas sempre tiveram respeito por aquele lugar, tiveram respeito porque, do nada, o pau acendia, e ninguém sabia explicar o porquê. Esse é um fato que eu lembro bastante que ela contava.

Maurício Saturnino Camilo

Diziam que tinha um passarinho que acendia...

Um passarinho? Eu achei que fosse um tronco de árvore...

“Pau que acende” também tem!

Tem dois? Tem “pau que acende” e passarinho também?

Dizem que tinha um passarinho que, na época, acendia... Aí, eu sei que eles contavam muitas histórias. Meu pai, quando era vivo, ele contava para mim que, certas horas da noite, eles foram tomar banho, ali – já viu uma “biquinha” que tem ali? Então, eles foram tomar banho certa hora da noite, e jogaram areia nas costas deles; quando olharam, não era ninguém, e eu sei que eles correram... Têm muitas histórias assustadoras aqui na Ilha da Marambaia.

Angélica Lima Marçal Estanislau

Eu já não saía de casa sozinha mesmo, porque minha mãe não deixava. Então, pelas histórias que eu escutava dos meus avós contando, eu ficava na minha. Eu fiquei impressionada, e até hoje ainda fico, quando a gente passa no tal do “pau que acende” ali na subida. Eles falavam que aquele pau lá acendia. Meu pai contava as histórias antigas de que, quando ele vinha para trabalhar, que ele ia namorar a minha mãe; ele estava aqui e, quando chegava ali na altura, tinha uma bola de fogo enorme atrás dele. Quando ia ver, o pau já estava lá na frente dele, e daí, ele voltava de novo. De vez em quando, a gente fica contando para as minhas filhas, elas ficam escutando e dizem: “Será que isso existia?”. E eu digo: “Eu nunca vi, mas de tanto que as pessoas falavam...”. Um dia, elas falaram: “Que tal de ‘pau que acende’ é esse?”. Então, eu mostrei mais ou menos onde era, no caminho ali. Elas perguntaram: “Por que chamava ‘pau que acende’?”. “Porque ele acendia”.

Renato de Lima Estanislau

Mas isso aí, há muito tempo, quase 80 anos atrás, tinha aquele ‘pau que acende’ ali. Quando as pessoas chegavam perto dele, ele acendia, e as pessoas ficavam com medo de passar por ali. Ninguém sabia o que era e ninguém procurava saber. Ele só acendia de noite; de dia, a pessoa ficava procurando: “O que acendeu aqui?”. Então, tinha um respeito danado ali, era um respeito mesmo.

O pau ainda existe lá?

Ele caiu. Já faz uns oito ou nove anos. Era uma árvore, um tronco. O que acontece? Ali, por ter sombra, criou um limo; então, aquele limo, quando refletia a luz da lua, ele “acendia”, mas refletia mesmo. Parecia que era um pau iluminado... “Que droga é aquilo?”. Então, a pessoa corria, voltava... Muitas vezes o pessoal voltava do caminho, às vezes até dormia na casa de parentes, mas não passava. Quer dizer, não era muito medo, era mais respeito.

Dionato de Lima Eugênio

Aqui era uma ilha também em que o pessoal falava muito em assombração, e o pessoal assombrava mesmo, não era brincadeira, não! Contava aquilo com pavor mesmo, que havia acontecido com eles. Daqui para lá, quem morava lá na Praia do Sítio, à noite, quando ia para lá, de vez em quando assombrava; chegavam aqui gritando “pra caramba”, “socorro, socorro!”, “assombrei, assombrei!”. Eles viam várias coisas, até gente, diziam, [mas] chegava perto e não era nada...

O senhor chegou a ver alguma coisa?

Eu, graças a Deus, nunca vi nada; qualquer hora da noite, nunca vi nada e também não tenho medo desses negócios de assombração, não. Tenho medo de gente, de pessoas, mas de assombração, graças a Deus, não tenho. Eu não consigo ter esse medo; se eu vir, eu não sei o que vou fazer, vou passar perto dele assim e ir embora... Eu acho que passo. Eu não

sinto arrepio, essas coisas, eu não sinto nada disso, não me assusto com facilidade, não. Teve uma época, existia ali uma árvore – não sei se vocês têm conhecimento –, ela tem uma coisa que dá dela mesmo, uns parasitas no tronco e, quando chove e fica escuro, a água bate nela e ela fica clareando, clareando! Acende mesmo! Aquela coisa acende. As pessoas tinham o maior medo de passar ali perto daquela árvore, nesse caminho aí [aponta], o maior medo! “Lá tem o pau que acende!”. “Aquilo lá é assombrado!”. Teve uma vez que eu passei, vinha eu e mais uns quatro; estava chovendo, chegamos ali perto daquela árvore, e acendia mesmo! Eu nunca tinha visto, não! Vinham aqueles troços acesos para baixo, a chuva batia e acendia novamente... Um dia, falei assim: “Ah, eu vou parar, eu vou dar uma olhada nisso aí!”. Eles passaram de longe: “Está acendendo! Está acendendo!”. Eu fiquei, cheguei lá e meti a mão, arranquei aquele troço: “Aqui, aqui o que está acendendo!”. Eles gritavam assim para mim: “Sai daí, sai daí!”. Peguei aquela coisa, arranquei e levei para o pessoal: “O que está acendendo é isso aí”. Dá luminosidade durante a noite; é um limo que dá e ele acende. A árvore ainda existe, mas aquelas coisas caíram. Não acende mais, não. Mas acendia mesmo! Eles chamavam de “pau que acende”.

Nilton Carlos Alves

E você, como um menino na época, conseguiu explorar toda essa parte da Ilha? Você conhece todas as praias, todos esses cantos da Marambaia?

Eu diria que quase todos, mas nem todos. A maioria, sim, mas tem alguns lugares que não. Tinham alguns lugares em que se dizia: “Não, esses lugares não são para ser visitados...”. E a gente acabava respeitando, como, por exemplo... Eles falam “Salão do Rato”; hoje, eles chamam mais de “Toca do Rato”, mas, pelo menos o que eles passavam para a gente é que era “Salão do Rato”. Eles falavam assim: “Não, lá não é um local que deve ser visitado”, e a gente nunca teve a curiosidade de ir...

Por quê?

É porque eles falavam que lá aconteciam coisas que, de repente, não eram para ser vistas.

E o quilombo não era lá?

É, na verdade, assim, é. É onde ficavam os escravos fugidos. A minha avó e até mesmo outras pessoas mais recentes contam que a única pessoa que entrava lá era uma pessoa com o nome de “Dadinho”... Uma pessoa que, na época, quando ele brigava com alguém, fazia alguma coisa em casa e corria para se esconder lá; ele dormia lá, na verdade. E a gente perguntava: “Por que, por que ele dormia lá, se a senhora fala que era um lugar que não pode ser visitado?”. E ela dizia que ele fazia uma oração e conseguia ficar lá – era a explicação que eles davam para a gente. A gente, pelo respeito ao que os mais velhos diziam, achávamos melhor não... A gente achava melhor não explorar para pegar mais detalhes e respeitar, também.

Mas eles diziam que era o lugar onde se escondiam os escravos fugidos aqui na Ilha?

Não, explicitamente, não. Os escravos se escondiam lá, sim. Eu acho que era um lugar em que, realmente, se os senhores fossem procurar, eles não conseguiriam achá-los. É de difícil acesso, e eles falavam que tinham algumas histórias de assombração e que, por isso, eles não iam conseguir enxergar os que queriam se esconder ali.

Você nunca teve curiosidade de ir [lá]?

Não. Eu até tive, mas é o respeito mesmo, é a questão do respeito. O mais velho falou para não mexer, então, é melhor não mexer. Curiosidade sempre tem, mas eu acho que a gente levou mais para o lado do respeito.

Sobre o cemitério, também é um local para se respeitar? Vocês o têm como um local sagrado? Têm algumas histórias sobre o cemitério?

Não, sobre o cemitério, que eu saiba, não. Só que algumas pessoas mais recentes relatam que passavam na frente do cemitério e se assustavam; mas o que todo mundo diz é que o cemitério é um local para ser respeitado, é onde estão nossos antepassados, e a gente sempre respeitou. Minha avó sempre contava que a “Vó” Camila, que inaugurou o cemitério, morreu com cento e poucos anos e foi a primeira pessoa a ser enterrada no cemitério. Acho que foi com 115 anos que ela faleceu, [minha avó] dizia que era uma pessoa que contava muitas histórias para elas, e a gente sempre respeitou essa parte do cemitério.

Infância

Jaqueline Alves

A minha infância aqui foi muito tranquila, muito boa mesmo! Você se sente livre, você vai em qualquer lugar, não tem aquela questão de você ter problema com trânsito, nada disso. A única coisa que tem que ter cuidado é com animal silvestre, que você encontra todo o tempo. Macaco, cobra... Macaco tem o tempo todo! Eles sobem na árvore... Lá no Nilton tem um coquinho de dendê, eles ficam atirando em cima de você – você chega e eles ficam atirando em cima de você o tempo todo! Você põe roupa no varal, eles sacodem o varal, jogam a roupa no chão. São os que a gente mais vê, mas tem paca, capivara, tem muito bicho, lontra... A gente vê tudo isso, ainda mais agora que está muito calor, está aparecendo cobra direto. Mas todos que viveram aqui na Ilha, que foram criados e nascidos aqui, tiveram uma infância que não se compara com aí fora, você viver naquela coisa, sempre sobressaltado. A gente não, [a gente vivia] sempre tranquilo, todo mundo brincava, tinha brincadeira sadia; a gente brigava, mas daqui a pouco estava todo mundo brincando, não tinha aquela coisa de guardar rancor um do outro.

Angélica Lima Marçal Estanislau

Muita coisa não dá para lembrar, mas as minhas lembranças, como eu não morava aqui, são da Praia do João Manoel. Eu gostava da minha infância, mas o que eu não gostava era que, na praia em que eu morava, só tinha eu de menina para brincar. Tinham os vizinhos da Praia do Sítio e do Caju, só que eles não deixavam a gente sair. Hoje, você confia com mais facilidade, [mas] minha mãe não deixava eu sair sozinha para ir brincar do outro lado. Eu brincava muito só naquela praia ali, o tempo todo. Eu brincava com o cachorro. Na praia, tem uns buracos de carretão. Então, eu tinha um cachorro chamado Macaco. Era assim: escola, casa e ficar ali na praia brincando com o meu cachorro chamado Macaco nos buracos de carretão, que é um caranguejinho amarelo. Ele é assim amarelinho e tem a fisionomia do siri, só que o siri é meio cinzento, meio azulado, e ele é amarelinho. Até no quintal tem uns buraquinhos dele. Esse cachorro que eu tinha, o Macaco, ele gostava muito de caçar, e eu botava ele para cavar os buracos de carretão, pegava os pauzinhos e jogava para ele no mar... A minha vida era ali, o tempo todo. Eu quase nem brincava de boneca. As minhas bonecas, que eu gostava mais, eram, eu não sei o nome... Como era o nome daquela planta? É um capim que você pega, até com o dente... Mastiga ele todinho, eu esqueci o nome do capim... A gente fazia aquele corpinho fininho e os cabelinhos todos arrepiadinhos, amarelinhos. Fazia a boneca com aquilo ali. Aqui em casa tinha, mas a gente limpando, limpando... Tem uma época em que a planta volta e tem uma época em que ela some. Eu tinha uma boneca normal, mas preferia brincar com a boneca feita do capim, da planta. Se a gente achar o capim, dá para fazer, porque é só pegar, mastigar ela. Ela seca um pouquinho e, quando vai ver, ela solta os fiozinhos certinhos, bonitos, fica lisinho.

A gente juntava as bonecas com esses brinquedos que a gente inventava. Aí, serviam para brincar. Porque o brinquedo novinho, ou ele ficava lá intacto, ou a gente ia destruindo ele aos poucos, até ver como a gente queria que ele ficasse. Uma coisa que eu não vejo, que é difícil ver, [...] é você brincar de fazer comidinha. A gente catava as folhas, fazia as panelinhas, cortava as garrafas de água mineral, fazia bolo de barro, e a nossa brincadeira era assim. A gente passava o dia inteiro. Eu ficava com a roupa toda suja de barro, de lama. Minha mãe me botava para tomar banho e, depois, eu voltava de novo. Minhas brincadeiras eram assim, eu inventava. Minha avó tinha uma cozinha de lenha; quando ela saía da cozinha de lenha e terminava de fazer a comida dela, eu ia para lá fazer as minhas.

Renato de Lima Estanislau

O nosso divertimento era a gente mesmo que fazia. No Dia das Crianças na escola, vinham pessoas de fora e distribuíam brinquedos. Esses brinquedos ficavam esquecidos lá, porque a gente fazia os nossos próprios brinquedos, nosso barquinho, nosso carrinho. As brincadeiras não eram assim. Era cheio de cipó; a gente gostava de subir [na árvore] e ficava pulando de um lado para o outro no cipó. Hoje em dia, a gente não vê isso aí. A molecada diz: “‘Vamo’ subir ali!”. Um responde: “‘Tá’ maluco, deve ter algum inseto ali, vai me morder!”. A gente nem esquentava com isso. Hoje, ninguém brinca assim... A gente queria fazer do nosso jeito.

Maria Santana

Porque antes, assim, nossos pais, pobres, não tinham como comprar brinquedo... Eu digo sinceramente, sem vergonha, a gente usava a roupa que ganhava; ganhava às vezes aquela fazenda, eles davam aquelas fazendas de roupa, e faziam aqueles conjuntinhos iguais. As senhoras antigamente usavam aqueles vestidos de florezinhas; para as menininhas, faziam aquelas bermudinhas, se não, aquelas sainhas, e a gente vivia assim. Para brincar, eram aquelas bonecas de pano, que a gente fazia, se não, a nossa mãe fazia; a bola, a gente fazia de meia. A peteca, quando matava a galinha, pegava a galinha, tirava aquelas penas grandes, aí, pegava uma meia, pegava um pedaço de jornal, e aí, amarrava, fazia tipo uma peteca. Então, a gente improvisava, era guerra de sabugo de milho... Porque, antigamente, tinha muito sabugo de milho, então, a gente tirava da roça, aquelas espigas aí e guardava tudinho, aí juntava e tome... Queimadinho, era uma brincadeira assim simples, bandeirinha... Então, a gente não tinha, a gente improvisava.

Então, fomos criados, mas eu digo assim: a minha infância, antigamente, era bem melhor... Eu falo para os meu filhos: do jeito que eu fui criada, dou graças a Deus... Hoje eu tenho a estrutura para aguentar tudo, porque minha mãe me ensinou; hoje, eu trabalho o dia inteiro... Eu remendo rede, eu puxo rede, trabalho na roça, mas agradeço a Deus que minha mãe me ensinou, porque, [com] a criação de hoje, eles não aguentam, não.

Vânia Maria Guerra dos Santos

Minha avó se chamava Marcelina e tinha o apelido de “Pixela”; ela que contava histórias. Então, dali, a minha vida toda eu saía contando histórias. Quando eu era criança aqui, a gente ouvia à noite a história e, de manhã, a gente vinha... Eu morava na Pescaria Velha, onde nasci; então, eu vinha contando de lá para cá para as outras crianças até chegar à escola. Então, de noite, eu aprendia as histórias, todo mundo ouvia as histórias e, de manhã, eu vinha contando.

Vovô falava umas coisas para mim; aí, vovó, quando ia “rezar” uma criança, vovó me chamava – não era sempre, não –, e aí me ensinava como é que se benzia, como é que rezava. Uma das visões mais fortes que eu tenho, que levei comigo, foi em um Carnaval, em que meu avô apareceu no caminho. Meu avô já tinha mais de 100 anos. Ele apareceu no caminho vestido de índio, igualzinho de revista, e aí, depois, o vovô sumiu, e a gente ficou procurando por tudo quanto é lado, e a gente não achou... E, aí, o vovô disse que aquela roupa, aquele negócio que ele colocou... A gente perguntou quem fez, e ele disse: “Quem fez foi um índio mesmo!”. E ele tinha uma forma de falar muito especial, se arrastava, e acredito que ele tenha sido imitado por conta da convivência com o pai, porque meu avô já nasceu aqui no Brasil, mas o pai dele, sim, era africano. Tudo o que ele ia falar, ele colocava esse “ieeê” na frente. E então ele falou para a gente que aquilo não foi ele quem fez, foi o próprio índio que tinha feito, mas estava guardado onde o capitão do navio matou os índios. Então, dali, aí a gente não sossega. Aí, começa a querer saber, e eles não falam assim as coisas de uma vez; aí, começavam a falar: “Não, aqui, os índios queriam vir para cá, mas tinha um capitão francês, que veio para cá e matou os índios, e os índios fugiram para o Salão”.

Era um salão que chamavam de Salão do Rato; outros chamam de Toca do Rato. E, aí, a gente perguntou onde é que era, e ele dizia que era aqui mesmo, mas que a gente não podia ir lá, não, e nem precisava ir, nem precisava ir lá, pois, se

descobrísemos o que tinha lá, nós íamos um matar o outro. E, no outro dia – não sei se no outro dia ou no outro mês, não sei, não me lembro bem –, depois disso, ele apareceu com uma pedra, mas eu não vi a pedra toda, vi só um pedacinho e ele cortando a garrafa de “tatuzinho”, que era uma cachaça que eles tomavam, era um “tatuzinho”. Aí, eu falei: “Vô, você tem um vidro que corta outro vidro?”. Aí, ele falou assim: “Não, eu apanhei lá no mato”. Eu falei: “Mas onde que tem?”. Ele disse: “Você fique só sabendo que tem, mas eu não posso contar para você, não, porque, se souberem onde está, vocês vão matar um ao outro!”. Mas aquilo passou, para a gente aquilo era missão, era feitiço... Porque, naquele tempo, as pessoas eram muito assim – tudo era feitiço! Era muito engraçado, quando as pessoas chegavam... Tinham pessoas que, quando saíam da casa da minha avó, ela jogava uma água com sal atrás das pessoas. Jogava uma água com sal; para a gente, era tudo esse tipo de coisa.

Como é uma “pedra que corta pedra”?

É, mas depois eu fui saber que era diamante... Que corta vidro, depois que eu fui saber... Mas ele não falou onde é que tinha; ele disse que tinha, mas ele não disse onde estava e, assim, a minha vida foi passando, não é?

Jaqueline Alves

Mas você lembra como é que era, se a sua avó chamava vocês... Vocês se reuniam onde para ouvir essas histórias? Tinha algum ritual?

Geralmente, a gente se reunia no quintal mesmo; a gente se sentava, todo mundo, fazia aquela roda assim em volta... Ela contava, tia “Su” contava de tarde, antes do banho: “Vou contar uma história e, depois, todo mundo vai tomar banho”. Tia “Su” também contava, eles contavam muitas histórias. A gente não escreve, não guarda, tem momento em que você se lembra; às vezes até, só eu consigo me lembrar de tanta coisa e, às vezes, foge da memória... Eles contavam muitas histórias. Eu lembro que a gente sentava e contavam muita [história]; eu me lembro que ela contou uma história –, acho que a mãe dela –, que tinha um homem – eu não me lembro o nome – da comunidade, que ele atravessava o mar na folha de taioba [risos]. Eu falo que ele era meio bruxo – “ele era bruxo”, “ele tinha parte com o demônio”: falavam assim. E ele atravessava, ia e voltava na folha de taioba. A gente achava aquilo engraçado mas, quando adulto, a gente vê que não tem cabimento a pessoa atravessar o mar na folha de taioba mas, quando criança, a gente achava superengraçado.

Além da sua avó, outras pessoas contavam?

Contavam, a tia “Su”, a avó da Angélica, a avó dela contava, a mãe da Marinalda, falecida “dona” Ermenidina, a avó do Fábio, “dona” Inês, acho que todas contavam histórias assim, macabras, às vezes.

Tacira Julião Alves

A minha infância foi como a de todas as crianças pobres. Andava no meio do mato, caçando passarinho, ia para a roça com meus pais... Era a convivência nossa, aqui. Meu pai se chamava Domingos Julião Alves, minha mãe, Marcelina Ana da Conceição, e eu sou a “rapa do tacho”.

Vocês moravam aqui na Pescaria Velha?

Aqui mesmo, aqui nessa praia! Eu nasci aqui, nasci aqui em casa... Filhos todos nascidos em casa, a mesma parteira, essas coisas. A minha mãe era parteira. Era uma vida boa, sabe? A gente tinha liberdade, tinha o direito de ir e vir, sem se incomodar. Eu só tinha medo aqui, medo, às vezes... Não era muito medo, era respeito! Do boi! Não é medo, é respeito! De ele correr atrás... Mas o resto foi tudo bom. Tinha criação de boi aqui, lá da Fundação²⁸, tinha muito boi. Então, o boi andava

²⁸ Refere-se à Fundação Abrigo Cristo Redentor, já mencionada no texto introdutório “Histórias da Ilha da Marambaia”.

isso tudo aí. Ninguém plantava nada em beirada de casa! Tudo por causa de boi, não é? A roça do meu pai era lá para cima, no mato, lá na Maria Rita, lá para o lado da Cachoeirinha, lá no "Cutuca", tudo no alto, lugar em que o boi não ia. Porque não podia machucar os bois...



Foto: © Hudson Batista

"Dona" Tacira, moradora da Pescaria Velha, conta sobre sua infância na Marambaia.

Dionato de Lima Eugênio

Como era aqui na época em que o senhor era criança?

Bom, a infância aqui era... Mudou alguma coisa, mas não muito, porque onde eu comecei a minha vida de infância, com o estudo, era ali naquela escolinha mesmo, ali mesmo eu comecei. E, depois dali, quando completava a idade, tinha o outro, um curso mais elevado, que era na Escola de Pesca. Aí, já era colégio interno; aí, os garotos iam para esse colégio interno.

E as brincadeiras? Do que o senhor brincava?

Poxa, brincadeira aqui tinha demais. Hoje, eu não vejo as crianças brincarem... Brincadeira, hoje, que os homens não brincam mais, [mas] antes, [todos] brincavam junto com as meninas, de roda, de pique-esconde e todas essas coisas... Muita coisa. Chicotinho queimado, corda... Naquela época, era bom ser criança.

E as crianças, ficavam livres pela Ilha, ou tinha essa diferença de uma praia de outra praia? Você brincava com o grupo da sua praia, ou era misturado?

Era mais cada um brincar na sua praia. Vou te falar uma coisa: hoje, já está mais unido, está mais unido, sim, porque, na época, se fazia alguma brincadeira, não existia muita festa assim de todo mundo estar ali junto, não... Acontecia muito baile, essas coisas, só baile familiar dentro de casa. E criança quase não participava.

Élcio Santana

Pastor Élcio, a gente gostaria de saber um pouquinho do que vocês se lembram da infância, da família de vocês, como era essa vida na infância, esse momento. Vocês são aqui da Ilha, nasceram aqui?

Na verdade, nós somos nativos, mas a infância, na verdade, eu não tenho recordação da minha infância. Na minha vida, na época, o meu pai tinha roça, a gente vivia da roça, lá na Cachoeirinha. A vida era correria de manhã – quase o dia todo na vida [era] plantar aipim –, colher e vinha; quando retornava, já era para a pesca, e também a escola, estudava... A nossa vida era essa, assim. Mas infância mesmo, praticamente nós não tínhamos; a nossa vida era difícil na época, a gente já vivia mesmo nessa correria desde a nossa mocidade, aí veio a juventude...

Na realidade, assim, brincadeira, quando a gente era moleque, eu brincava de pique, de esconder, de bandeirinha, jogar pião... Minha infância era isso, um piãozinho que a gente jogava, quando a gente furava latinha de leite e saía arrastando pra lá e pra cá, e pipa. Mas infância mesmo...

Vitória Machado Alves

Seus pais conversam com você sobre a vida deles antigamente, antes de você nascer?

É, geralmente, quando os meus irmãos vêm, a gente faz aquela confraternização de família, a gente conversa muito sobre o passado, eles conversam muito sobre o passado, porque a gente não tem muito para conversar. Eles conversam muito sobre o passado deles, eles ficam lembrando o que eles faziam antigamente, como eles faziam. E a gente fica prestando atenção.

Conta um pouquinho disso para a gente, já que você presta atenção.

Quando o meu pai e o meu tio “Tião” ficam conversando, eles contam sobre a vida deles de infância. Pequeninhos, eles tomavam banho em uma cachoeira que tinha perto lá de casa; eles sempre iam tomar banho, mas um dia trovejou, e eles saíram correndo para casa, todo mundo pelado correndo para casa. Eles conversam um pouco sobre isso; eles riem, todo mundo lá...

E você tem outras histórias assim – muito interessante isso –, de quando eles eram mais novos? Eles contam para vocês?

Eles contam... Meu pai conta que, quando ele era pequeno, ele morava com a família dele toda, uma família bem grande. Iam ele e os irmãos dele, minha tia Simone, a madrinha do Vítor – que eu esqueci o nome agora –, ia o meu tio Sérgio. Ia todo mundo lá para o Sino, e eles caminhavam aquilo tudo para chegar em uma cachoeira que tinha lá dentro, mas é lá dentro mesmo, é muito lá dentro, dentro do matagal. Eles iam, escorregavam, se machucavam e voltavam para casa. A minha avó Margarida batia neles mais um pouco para ver se eles aprendiam, mas nunca aprendiam, voltavam e se machucavam de novo.

Hoje em dia vocês não fazem mais isso, de ir lá para o meio do matagal?

Não, eu acho que essa foi uma parte da cultura que a gente perdeu. Nesse mundo da tecnologia, a gente só vive ligado em casa, a gente não sai muito, e aí...

Você disse que essa parte da cultura vocês perderam. Você poderia citar outras partes da cultura que vocês perderam?

Um pouco da dança também, da comunicação cara a cara...

Elói Juvenal Machado

A gente gostaria de saber como é a sua rotina no final de semana. Como é que é isso?

Eu acordo, vou ver a rede, depois volto, ponho a rede para lavar. Aí, a deixo lavando; depois, vou remendar a rede, almoço, volto; depois, pego na rede até umas 16 horas. Aí, meu pai dá o dia livre, manda a gente descansar. Aí, vou jogar bola... Fazer o que quiser!

E o domingo, é a mesma coisa?

A mesma coisa.

Quando você não está pescando, o que você está fazendo na rua?

Sei lá, eu vou brincar, jogar bola... Jogamos mais bola. Brincamos também de polícia e ladrão, pique-esconde...

Você já ouviu alguma história dos seus pais, contando sobre as brincadeiras deles antigamente?

Já, mas não me lembro muito da história, não. Eu lembro muito que eles gostavam de brincar de... Que lá no Sino tinha – acho que era um galão –; aí, quando estava dando peixe, eles iam lá e batiam no galão, e fazia um barulho, e todo mundo ia daqui para lá pescar. Aí, as crianças iam para lá de brincadeira e chegavam lá e batiam no galão; todo mundo pensava... Chegavam lá, e não tinha nada. Aí, voltavam... “Essas crianças estão de brincadeira com a gente!”

Maurício Saturnino Camilo

E fora da escola, como era? Como era o seu dia a dia, quando você era criança, fora da escola?

Era muita brincadeira, eu passeava muito, ia a muitos lugares e conhecia outras praias... Era boa a minha vida fora da escola, quando eu era criança. O lugar que eu gosto mesmo é daqui, pois sou nascido e criado aqui. Eu vou até lá na Marinha, mas o lugar que eu gosto é aqui mesmo!

E você sempre morou nesta casa?

Não, eu morava em outra, lá em cima... Nessa mesma praia, mas era lá no morro, lá na frente. Viemos para cá por causa da minha mãe também, porque lá, tinha que subir morro; aí, a idade vai chegando... Para ela, na baixada é melhor.

Escola e educação

Dulce de Lima Estanislau

Aos 7 anos, eu comecei a vir para a escola... Eu vinha, mas não ia para a escola; eu vinha, mas ficava brincando. Tinha muito boi pelo morro, e a gente ia brincar com os bois, rolar pedra, porque eu morava lá longe, para lá da Bravo 10, lá perto da Restinga. Rolava pedra de lá de cima para ver a pedra rolar cá embaixo e cair no mar. Os nossos pais não nos obrigavam a ir para a escola, portanto eu não estudei... Eu aprendi a assinar meu nome tem quatro anos.

E como foi isso?

Com o meu filho. Ele deu uma aulinha aqui... Meu filho caçula que é o Osmar de Lima Estanislau. Foi um projeto que entrou aqui; ele deu aula durante oito meses, e eu consegui assinar meu nome. Me dê uma folhinha para eu assinar para você ver. Meu filho é professor de biologia na escola. Ele entra aqui segunda e quarta. É o meu caçula, que mora fora... "Dulce de Lima Estanislau". [A entrevistada lê o próprio nome enquanto o escreve]

Que letra bonita.

Meu filho me ensinou.

Nesse projeto de alfabetização de adultos, além da senhora, quantos adultos tinham?

Começamos com 16 e terminamos, eu acho que, com nove.

Vânia Maria Alves Guerra dos Santos

Toda a minha educação foi aqui, a minha base que, até hoje, é o meu ponto forte, foi aqui na Ilha. Eram os professores que eram especiais e, até hoje, os professores são pessoas especiais, simplesmente muitos deles não têm noção disso, do valor que eles têm na vida de uma criança. Os professores não prestam mais atenção no que fazem, ou muitos não veem a forma como agem, não veem que eles vão ser o maior pilar. O alicerce de uma vida, de um ser humano, no meu ver, é o professor... Os primeiros professores que eles têm, que nós temos. Comigo foi assim, eu fui para a escola com 6 anos; aqui, a gente entrava na escola com 6 anos, já entrava na 1ª série... A gente não tinha nível 1, nível 2, não tinha CA, não tinha nada disso! Então, nós já íamos para a escola com essa idade, com 6 anos e, aí, eu entrei com 6, saí com 10 – já era na 4ª série –, para trabalhar. Porque éramos nove irmãos, e eu, como a mais velha, já não podia ficar, por que ficava difícil de minha mãe manter os outros. Eu já estava numa idade em que, no ver deles, já precisava de mais coisas que eles não podiam me dar e, aí, a gente saía para trabalhar. Isso era assim, acontecia com as famílias aqui, era comum.

Seus pais tinham escolaridade? Eles frequentaram a escola, ou não?

Sim, eles chegaram a frequentar, só não deram continuidade. A minha mãe estudou dois anos, aqui também, e meu pai, aqui também. Eles estudaram dois anos, só fizeram o 1º e o 2º ano primário, fizeram essas duas séries.

Aloísio Eugênio Barcellos

Eu estudava aqui, no colégio Darcy Vargas, na época. Era Darcy Vargas mesmo, depois virou Levy Miranda. Tinham vários alunos, dividiam às vezes as séries em duas turmas – a primeira e a segunda turma –, porque eram divididas na parte da manhã e na parte da tarde, era muita a quantidade de alunos na época. Estudamos até a 4ª série na Ilha, porque, aqui, só ia até a 4ª. Daqui, depois foi que teve até a 8ª. A gente ia estudar em Itacuruçá, mas de Itacuruçá não deu para dar continuidade, porque era muito difícil o acesso, a gente tinha que acordar todo dia às 3 horas da madrugada para ir até

o Cadim para pegar a embarcação, para vir na barca das 18 horas... Aí, chegava em casa às 9 ou 10 horas, 9 e meia, mais ou menos...

Adriana Barcellos de Carvalho

A minha foi uma infância assim – do que eu vejo agora –, foi uma infância maravilhosa. Essa escola aqui era cheia, tinha muita criança. E, assim, com o tempo, foi dificultando, pois, com o tempo, não tinha mais estudo... Então, muitos foram saindo da Ilha, foram abandonando, porque não tinha como estudar aqui depois da 4ª série. Aí, a maioria foi para o continente. Foi o meu caso, porque eu terminei aqui e fui para fora da Ilha para me formar, para poder voltar de novo. E, agora, estou aqui, professora.

O que motivou você a vir dar aula nessa escola, na Marambaia?

Eu acho que é voltar para as suas raízes, de novo. A gente vê a dificuldade que eu tive para conseguir me formar e estudar aqui. Me formei e estou vendo que muitas professoras não querem vir para cá... Por conta da barca, de ter de ficar o dia inteiro na Ilha... Eu, sendo professora, e [tendo que] ficar trabalhando lá fora, podendo estar aqui e voltar para a minha casa de novo? Eu achei bem tranquilo. Tem a violência lá fora... E aqui é muito mais calmo.

Luíza Santana Mariano

A minha infância foi boa, porque, quando eu nasci, já não tinham tantas dificuldades aqui na Ilha. Eu estudei aqui, estudei até com as minhas primas, que também se formaram, que moraram aqui; elas se formaram, e eu consegui estudar com elas. Mas, na minha época, já tinha o 2º grau supletivo a distância. Na época em que eu terminei, até dava para eu fazer, só que, como eu queria ser professora, o supletivo não iria me ajudar. Como eu queria ser professora, então, para mim, não ia adiantar fazer o supletivo, ia ter que fazer tudo de novo, três anos de formação de professores. Então, eu peguei e fui para fora da Ilha, eu fui para Itaguaí.

E qual é a sensação de ter sido aluna e ter retornado como professora?

Maravilhoso! Muito gratificante!

Vocês contam para os alunos de vocês?

Claro! As crianças já vêm para a escola sabendo. Elas já sabem! Eles falam assim: “Eu quero ser igual a ‘tia!’”. Bem legal! Eles gostam, porque tem a questão da família. Uns pensam assim: “Eu vou para a escola, vou estudar com a ‘tia’ Luíza, porque a ‘tia’ Luíza é minha prima, e ‘tia’ Luíza não vai brigar comigo. Mas, quando crescer, eu quero ser igual a ela!”.

Jaqueline Alves

E a sua experiência na escola aqui, como é que foi?

Foi boa; na minha época, aqui, eu peguei bons professores, alguns que eu conheço até hoje, que se tornaram amigos. Gostei muito de ter estudado aqui: [tinha uma] boa diretora que, na época, era a Sônia, a direção era boa, as pessoas eram todas próximas, a maioria da turma era de primos, sempre foi assim. Eu gostei muito de ter estudado aqui, aprendi muita coisa, tudo o que estudei. Ainda tinha um curso da Universidade Rural do Rio de Janeiro, onde a gente aprendia uma porção de coisas, aprendia economia doméstica, a fazer sabão, a fazer xampu, com a matéria-prima retirada daqui mesmo, várias essências... Então, eu gostei muito de ter estudado aqui. Na verdade, eu gostei mais de ter estudado aqui do que lá fora, só que tem um momento em que nós temos que buscar novos horizontes, é inevitável.

Na época em que você estudou aqui só tinha o ensino fundamental?

Só o fundamental, a gente tinha que fazer a 5ª série – que agora é 6º ano – no continente. Todo mundo saía daqui e ia para o Caetano²⁹, estudava no Caetano; depois, eu fui no CES e terminei, fiquei um tempo no Caetano e, depois, eu fui fazer o CES, João Maranhão, depois eu concluí. “CES” é o Centro de Estudos Supletivos; na verdade, todo mundo fez, eu, Nilton, foi um “galerão”, e a gente resolveu fazer o CES para ir mais rápido. Tinha essa questão: ficava o dia todo em Itacuruçá, para sair de manhã e retornar só à tarde. A gente optou por fazer o CES, porque ia na escola só para fazer orientação e fazer provas; aí, todo mundo acabou fazendo.

Nilton Carlos Alves

Estudei aqui na escola até a 4ª série. Vir para a escola era bom, principalmente naquela época, no início, no jardim. Eu acho que a minha geração pegou uma professora muito boa, a professora Ana, chamada de “tia” Ana; eu acho que essa geração realmente teve um incentivo para estudar, porque foi uma professora que incentivava, que procurava saber da vida dos alunos. Muitas vezes, a vida do aluno influencia no aprendizado, e ela tinha aquela coisa de mãe; era como se fosse uma mãe, não foi só uma professora. Aquela geração, eu acho que se identificava muito com ela, com a professora Ana. Depois dela, as outras séries... Foi ela quem me alfabetizou, no jardim, depois veio o CA, mas eu aprendi muita coisa com ela, realmente; o CA já foi um complemento do que ela me ensinou, na verdade. Eu estudei aqui até a 4ª série, depois tive que concluir o fundamental no Caetano, em Itacuruçá. E veio aquela questão: você desestimula o estudante a continuar, por ter que sair de madrugada e voltar para casa só à noite.

Como era isso, como você sobrevivia lá?

A gente sobrevivia. Num primeiro momento, a gente saía da escola e ficava aguardando a embarcação. Na época, a gente levava marmita; então, tinha a refeição na escola pela manhã e, à tarde, tinha a marmita. Tinha o Ponto de Apoio da Marinha, e deixavam a gente esquentar as marmitas lá. Depois, em um dado momento, o diretor da escola, que, na época, era o Gibran, percebendo a dificuldade dos estudantes, reuniu os responsáveis e disponibilizou a escola na parte da tarde, para a gente fazer a refeição da tarde e também, se quisesse, ficar na escola. A gente utilizava muito a sala de leitura para estudar, para ler; e a sala de leitura era onde funcionava a sala de vídeo. A gente sempre alugava um filme para assistir na parte da tarde. Por estar na escola, acabava que a gente pegava algumas aulas com a turma da tarde, aula de educação física, de esporte... A gente acabava pegando amizade e intimidade com a professora, e acabava participando da aula de educação física do turno da tarde. Fiz isso da 5ª até a 8ª série.

E quantos alunos, mais ou menos, saíam da Marambaia para ir estudar lá em Itacuruçá?

Naquela época, até que era um grupo bom, eram mais de dez. Eu tenho que parar para poder contar quantos eram, mas eram entre dez, 15 a 18 alunos.

Eu percebi, Nilton, pelas fotos, que, naquela época, havia mais alunos do que agora.

Havia muito mais. Decorrente das dificuldades, alguns alunos iam estudar em outros locais e acabavam não retornando. A gente tem aquela preocupação de estudar e retornar, mas outros estudaram e não retornaram. Uns arranjaram emprego, outros constituíram família e acabaram ficando por lá. Não tiveram aquela preocupação de ir e voltar.

O ensino de 5ª à 8ª série, aqui na escola, foi um trabalho que a Vânia Guerra iniciou e teve apoio da diretora da época. A Sônia Pimenta era a diretora na época e estava sempre ali tentando, buscando, e realmente conseguiu. Ela não conseguiu de imediato colocar as quatro séries que estavam faltando; ela foi colocando gradativamente. Ela começou com a 5ª série, com uma turma; no segundo ano, foi aumentando, 5ª e 6ª, até chegar à 8ª série na época. Um trabalho mesmo de resistência.

²⁹ Escola Municipal Caetano de Oliveira, localizada em Itacuruçá, no município de Mangaratiba.

O Fábio, professor de música, era do meu grupo também, da minha geração. Estudou com a professora Ana; estudamos juntos em Itacuruçá também. Ele é da minha geração, bem como outros: a Jaqueline, a Rita, a Angélica, o Renato – que a gente chama de “Biú” e é marido da Angélica –, o irmão do Renato que é gêmeo dele, o Sérgio, que hoje não está mais na Ilha. Ontem mesmo eu lembrei do Sérgio com o Renato; o Renato falou uma palavra que a gente não costuma usar no dia a dia, e eu falei: “Pô, você está igual ao Sérgio”, porque o Sérgio tinha uma mania – na época em que a gente não ficava na escola, o Sérgio tinha um dicionário e, nas horas vagas, ele ficava lendo o dicionário. Então, ele sempre vinha com uma palavra diferente; a gente perguntava: “O que é isso?”, e ele dizia: “Significa isso, isso e isso”. Ele estudava o dicionário. Tinham outros, outros que já não estão mais aí. A Michele, o Anderson, o Cleiton, era uma equipe boa.

Deve ter sido um momento de dificuldade mesmo, porque vocês eram meninos e tinham que passar o dia inteiro lá fora...

E era aquele negócio, o dinheiro também não era muito. A gente juntava para comprar um refrigerante e, se hoje um não tinha, um pagava o do outro, e a gente ia assim. E a dificuldade era ainda maior, porque, hoje, a gente tem uma regularidade maior no horário da embarcação, ela sai 3 e meia ou 4 horas da manhã e entra às 6 horas, dificilmente atrasa, a não ser quando tem restrição de maré. Mas, naquela época, ela não tinha horário para sair. O expediente acabava às vezes 4, 5 ou 6 horas, e muitas vezes a gente chegava em casa de madrugada para sair de manhã. E a gente ia. Às vezes, naquela época, tinha muito vento noroeste, e a embarcação saía em horários variados. Quando a gente conseguia saber, a gente saía correndo. Muitas vezes, a gente chegava em casa 1 hora da manhã para levantar às 4 horas e voltar. Mas nem por isso a gente desistia. A gente ia. Para alguns não dava para ir, pela dificuldade de a casa de ser longe do cais, mas a maioria do grupo estava ali sempre presente.

Os pais incentivavam. Eu lembro até de uma história que o Ronaldo contou, porque acontecia assim, às vezes tinha aula para uma turma, e não tinha aula para a outra turma – e não sei se foi o Renato ou o Ronaldo que falou para a mãe assim: “Hoje não tem aula”. Depois, ela ficou sabendo que teve aula; no dia em que não teve aula, ela disse: “Agora você vai, eu não sei se você está falando a verdade, se tem aula ou se não tem”. Ela praticamente falou: “Você tem que ir, isso vai servir para você no futuro, a gente sabe que é difícil, mas não perca a oportunidade, vá”. Incentivava realmente. E a gente pegava aquele incentivo como uma bandeira mesmo: “Se temos que ir, vamos, porque futuramente nós vamos agradecer”. E valeu a pena.

Quando você pensa nesse momento da sua vida o que vem à memória, o que você lembra?

Momentos bons, difíceis, mas bons. A gente tinha um grupo fechado, a gente tinha aquele grupo que não desistia, que estava ali, um ajudando o outro. A gente sabia que, se um precisasse do outro, um estaria ali para amparar o outro na hora das dificuldades. Isso é bom, saber que, mesmo na dificuldade, tem alguém para te dar um apoio, numa nota baixa ou... Eu me lembro de um fato que me marcou. Aquela questão da transição do primeiro segmento para o segundo segmento, tem uma grande diferença; a gente sabe que os alunos tendem a sentir muito isso, principalmente a gente que tinha que se deslocar daqui para lá, muitas vezes não dormia direito, se alimentava mal por causa da correria de comer rápido para dormir e acordar no dia seguinte. Teve uma época, acho que foi no meu primeiro ano, em 1995, no Caetano, eram duas professoras de Português, “dona” Penha e “dona” Maria José – a Penha era de gramática, e a Maria José era de redação. Elas pediram ao diretor para fazer uma reunião com os responsáveis pelos alunos da Ilha da Marambaia, porque, na época, só tinha uma aluna com nota azul nos dois primeiros bimestres, que era a Rita, o restante, todos estavam com nota vermelha. Elas tinham a preocupação com aquele grupo que estava ali cedo, todos os dias, de eles serem reprovados. Elas fizeram a reunião com os nossos responsáveis, e eles passaram para a gente; depois, os próprios professores e a direção também, que a gente estava entrando no terceiro bimestre e que ainda dava tempo de recuperar aquelas notas. Eu me lembro que uma parte do grupo “acordou” e conseguiu recuperar as notas e ser aprovado naquele ano, outros não. Aquilo marcou muito também, de eu ter conseguido uma boa nota no terceiro bimestre e, no quarto, poder fechar e ser aprovado na disciplina de português. Porque eu lembro que teve apoio dos pais e dos professores, com a direção, e a galera falou: “Vamos conseguir – então, vamos lá, vamos estudar”. Isso foi em 1995, o meu primeiro ano lá. Eu estava “vermelho”, mas, no caso, os alunos que estavam ali eram da 5ª, e eu não lembro se tinha alguém da 8ª, mas eram de 5ª a 8ª série. Todos estavam “vermelhos”, exceto a Rita, que estava na 7ª série, se não me engano.

Rosane Barbosa Santana

Hoje, têm mais pessoas que já saíram, também para estudar. O índice escolar, de escolaridade máxima aqui, era até a 4ª série; aí, da 4ª pulou para a 8ª e, agora, já tem até o 9º ano, normalmente. Então, até nisso melhorou: gente que está saindo para completar lá fora o ensino médio, já temos mulheres formadas, isso aí foi bom. E a repetência na escola – como acompanhei –, hoje, são mães e pais, homens e mulheres que já têm família, era muita repetência. Não havia um estímulo para estudar; hoje, é bem diferente: a repetência diminuiu, e as crianças mostram mais interesse em estudar, é muito bacana! Porque eu ficava meio pasma: dois, três anos na mesma série, que coisa gritante. Como eles viviam sempre trabalhando – porque, aqui, a vida era muito difícil, ou era trabalhando na terra, com roça, essas coisas, ou pescando cedo, como os seus pais, para ajudar no sustento da casa –, e não via interesse deles em estudar, de repente pelo cansaço, pela falta de motivação. Agora não, já vejo os pais mandarem os filhos para o colégio: “Não quero que você vá pescar, eu quero que você vá estudar!”. Mudou a realidade. Meu marido estudou só até a 4ª série, porque desde pequeno ele ajudava o pai no sustento da casa. Agora, o meu filho pesca por prazer, ele não tem obrigação de sustentar a casa; ele “tira onda”, agora pede dinheiro ao pai para ir ao *shopping!* [risos] Não tinha isso, entendeu? É totalmente diferente, outra realidade. Essa luz, quando veio para cá, mudou para melhor ainda, porque era uma escuridão total, em todos os sentidos.

Angélica Lima Marçal Estanislau

A gente mora aqui desde que nasceu. Eu morava na Praia do João Manoel. Com 8 anos de idade, eu vim morar na Praça Sebastopol, porque o meu pai também é funcionário civil da Marinha. Morei com ele um bom tempo. Quando fiz da 5ª à 8ª série na escola, tinha que sair da Ilha todos os dias, voltava, era aquela correria. Às vezes, calhava de, no meio da noite, o bondinho estar lá na nossa porta recolhendo a gente para sair, porque era vento noroeste no outro dia. A embarcação não tinha como ficar por causa do vento noroeste e ia dormir do outro lado, e a gente ia para dormir junto e ficava lá no barco dormindo. A gente aqui, todo mundo é parente, nós somos primos, todo mundo. Começou aquela vida de paquera, namoro daqui, namoro dali, e eu engravidei da Raíssa que é a mais velha, tem 14 anos. Eu morei um bom tempo com a minha mãe e com o meu pai ali na Sebastopol, na Casa 44; o Renato, com a mãe e o pai dele, na Casa 27, e assim a gente foi levando a vida.

Entrevista realizada com Angélica e Renato, na Praia Suja, na Marambaia.



Foto: © Hudson Batista

Glauciane Amaral Oliveira Pontes

A princípio, eu não conhecia a escola nem a comunidade. Mesmo morando perto, filha de Mangaratiba, eu não conhecia a Ilha da Marambaia. Então, o meu primeiro dia foi muito interessante. Cheguei, era tudo muito novo, muito bonito, a Ilha cativa desde o início pela sua beleza. Cheguei na escola, a comunidade me recebeu muito bem, a comunidade escolar, os funcionários, os professores que já trabalhavam aqui, eu me senti muito acolhida em relação à comunidade escolar. Depois, conseqüentemente, em relação à comunidade, pais de alunos, os alunos, a comunidade em geral... É muito bom trabalhar na Ilha da Marambaia, a comunidade acolhe mesmo, ela cativa, ela ajuda naquilo que você precisa. A minha intenção, aqui, sempre foi mesmo abrir as portas da Escola Levy Miranda, para que a comunidade fizesse parte da escola; então, hoje eu não vejo a escola e a comunidade – eu vejo uma coisa só, a escola já virou a comunidade. Os pais, os alunos, as outras pessoas que não têm mais seus filhos estudando na escola, já fazem parte desse cotidiano, eles vêm à escola, sempre estão dispostos a ajudar: “Do que a senhora está precisando?”. Se tem um evento, eles se propõem a vir ajudar, a ornamentar, a ajudar na cozinha...

Existem duas vertentes sobre a história da Escola, existe uma vertente que fala da Escola de Pesca, desse período em que as pessoas estiveram aqui, que vinham muitas pessoas de fora para estudar aqui. Essa história da Escola de Pesca até partiu,



Foto: © Hudson Batista

Praia localizada em frente à Escola Municipal Levy Miranda.

pelo que me contam, do professor Levy Miranda³⁰, que via essa questão da pesca na Ilha, se interessou muito por isso e viu a necessidade de estar de alguma forma contribuindo com essas pessoas, fazendo com que aquilo crescesse. Na realidade, o que a gente tem é muito a questão do relato oral, a gente não tem muito documento impresso na Ilha.

Existe uma história anterior à chegada da Marinha. Se eu não me engano, foi em 1971 que a Marinha chegou aqui – acho que foi isso, eu não sei a data correta.³¹ Aí, alguns contam a partir dessa data, e outros, uma data anterior a essa. Quando eu falo “alguns”, é questão da Marinha mesmo, porque eu já participei de algumas palestras, até deles falando um pouco da história da Ilha. As pessoas da Ilha falam da questão da Escola de Pesca; tudo o que a gente vê na Ilha se remete a isso, à Escola de Pesca. Não só aqui, como o quartel todo.

O Levy Miranda é um personagem muito importante para a memória da própria comunidade. Eles relatam que aqui não era assim, que existiam várias coisas, porque, agora, a gente vê o quartel e a escola como polo para muitas coisas, mas, antes, tinha açougue, tinha armazém, tinha a própria Escola de Pesca, existiam muitas coisas que, hoje, já não existem mais. A contribuição você vê que foi grande, parecia que a Ilha estava em desenvolvimento; hoje, você já não vê tanta coisa como antes.

A Escola exerce um papel fundamental na comunidade, até porque é realmente um polo. Se tem uma palestra direcionada para a comunidade, eles vêm, e a escola fica como um espaço realmente da comunidade. Quando precisam de um espaço, perguntam: “Onde pode ser feito? Na escola”. Também As pessoas que vêm fazer um trabalho na Ilha, já têm esse referencial: “É na escola Levy Miranda”. Tanto a questão da saúde, quando há palestras com outros órgãos – isso geralmente acontece –, eles pedem para que seja na Escola, porque é um espaço onde a comunidade se sente à vontade, onde ela pode expor as suas opiniões e tem liberdade para isso, não ficam pensando: “Será que eu posso, será que eu não posso?”. Eles têm essa liberdade dentro da Escola, então, fica mais fácil. Além do que, a gente sabe da problemática da comunidade, que não tem uma sede da Associação de Moradores; então, a Escola acaba sendo um pouquinho disso, dessa sede que eles precisam para atender e receber essas pessoas. Eu até gosto, porque a gente consegue interagir melhor com a dinâmica da comunidade.

Isso também é dinâmica cultural – existe uma interlocução, imagino, bastante grande com as manifestações culturais atuais da comunidade aqui na Escola. Vocês utilizam isso com mais frequência no dia a dia da Escola? Os conhecimentos da comunidade, as manifestações?

Sim, também. Eu ainda não consegui isso, mas a intenção é que exista uma oficina de jongo na escola, permanente, que não fosse uma coisa esporádica, mas, sim, uma coisa que fizesse parte do cotidiano da Escola. Como também já existiu a capoeira, mas eu perdi o professor e, por enquanto, não tenho esse profissional. Isso está presente no projeto político-pedagógico da Escola, e até mesmo essa vontade de trabalhar essa questão cultural, valorizar também a questão quilombola – isso já foi passado para a Secretaria de Educação, e eles, esse ano – quer dizer, já tem algum tempo –, mas esse ano, estão com o olhar mais afluído para isso, estão até reformulando algumas diretrizes, por exemplo, de história, estão fazendo até reuniões com os professores, para realmente ver a necessidade da Escola. Foi uma coisa que eu busquei muito no ano passado: “Gente, olha só, existe uma diretriz quilombola, a gente tem algumas particularidades, que a gente tem que trabalhar”... E aí, realmente, nesse ano estamos vendo um movimento maior quanto a isso. Já existiam, as diretrizes já contemplavam a questão da africanidade e tudo, mas não especificamente para a Escola Levy Miranda. A Escola Levy Miranda tem as suas particularidades; eu preciso trabalhar, porque estou inserida em uma comunidade quilombola, existem coisas que são próprias daqui, e eu tenho que trabalhar com isso.

³⁰ Raphael Levy Miranda (1895-1969), baiano, foi funcionário do Banco do Brasil, em Salvador e no Rio de Janeiro, antes de se tornar conhecido e admirado por muitos, inclusive pelo então presidente Getúlio Vargas, como idealizador de várias obras assistenciais como o Abrigo do Salvador, criado em Salvador (BA) em 1934, o Abrigo Cristo Redentor, fundado em 1936 no bairro de Bonsucesso, na cidade do Rio de Janeiro, e a Escola de Pesca Darcy Vargas, contruída na Ilha da Marambaia em 1940, mas que era ligada ao Abrigo Cristo Redentor. Disponível em: <http://abrigosalvador.org.br/idealizador_pop.php>. Acesso em: 05 fev. 2015.

³¹ Como se viu acima, no texto “Histórias da Ilha da Marambaia”, embora a presença da Marinha tenha sido esporádica na Ilha a partir de 1905, foi somente em 1971 que ela se estabeleceu na Ilha e instalou a sua base de adestramento, que, em 1981, tornou-se o Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia (Cadim), atualmente ainda em atividade.

Rosane Barbosa Santana

Olha, eu acho que a Escola Levy Miranda é uma porta aberta, tanto para educar os nossos filhos como também para a comunidade. Porque, aqui, a nossa diretora realiza reuniões, passa os problemas internos, que temos que resolver com os nossos alunos... Mas, independente disso, a Levy Miranda é um espaço para a comunidade. Agora, com a Escola Aberta, que é um projeto que temos, é uma oportunidade para quem quer ter novos conhecimentos. Eu acho que [a Escola] tem que ser aberta como um todo mesmo, como uma biblioteca daquelas de “arrebentar”... Você ter acesso, é isso mesmo, acho que é tudo de bom, entendeu? Os nossos alunos exploram bem, usam bem a escola... Eu só acho que teria que ter mais proximidade da comunidade, dos pais mais presentes; eu falo isso porque também sou mãe, sou mãe de aluno, então, acho que tinha que ter uma procura a mais pela Escola, uma parceria melhor, uma união maior entre direção, escola e comunidade. Porque não adianta, querendo ou não, eu me exponho – porque sou mãe, sou profissional –, então, eu vejo... Numa reunião de pais, tem uma minoria; então, eu acho que poderia dar mais uma atenção, mais um apoio nessa área, tanto para a direção como também apoiar seus filhos. Porque não adianta um filho ensaiar uma música linda com a professora Gláucia, e de repente fica até tímido de soltar a voz, porque olha para a plateia e não vê a mãezinha, não é? Mas é importante, porque é um ponto assim que não se pode deixar. Escola fechada é um terror, tem de ter esse acesso, essa troca de informação. E é só continuar evoluindo, não tem como você parar no tempo.

Maurício Saturnino Camilo

E você ouvia histórias sobre a Escola de Pesca?

É, dizem que era bom aqui, eles faziam embalagem de sardinha... Quem poderia dizer melhor é o rapaz que mora aqui em cima, nessa casa aqui. Poderia falar mais sobre isso, porque eu fiquei sabendo que tinha a Escola de Pesca aqui, e eles faziam sardinha... Eu sei que eles levavam para fora. Até a Vânia falou isso para vocês, não é? Nessa escola daqui eu já estudei. Porque, na minha época, só ia até a 4ª série. Foi agora que chegou há pouco tempo. E ia até a 4ª série, eu estudei até a 4ª série.

A Escola de Pesca

Otacílio Pedro Inocêncio

A intenção do Levy Miranda... O Levy Miranda – não sei se vocês têm conhecimento – era um alto funcionário do Banco do Brasil na época da Era Vargas. Então ele, em convênio com o presidente, fundou algumas escolas aqui. Só aqui não, têm várias instituições lá fora – em Bonsucesso acho que já acabou, que era o antigo Abrigo Cristo Redentor. Hoje, acho que é “coisa” de pessoas idosas; inclusive, o Levy Miranda está sepultado ali, tem um lugar em que ele está sepultado ali, dentro da instituição mesmo, lá em Bonsucesso. A finalidade era: ele saía com o ônibus, corria por quase todos os estados brasileiros, de cada família, assim mais pobre, ele ia trazendo um filho; trazia um filho de uma família, trazia um filho de outra família, mas todos documentados, com o compromisso de que, chegando aqui, se os meninos não se adaptassem, eles levariam de volta e entregariam aos pais. Mesmo depois de formados, terminado o estudo aqui, ele se encarregava, era um homem influente no Rio, ele perguntava para os rapazes que se formavam: “Vocês querem voltar para a casa de vocês, para a terra de vocês, ou querem ficar no Rio?”. Ficando no Rio, ele arrumava uma colocação para eles trabalharem, eles já saíam com o emprego garantido, já iam encaminhados. Aqueles que não queriam, ele fazia questão, mesmo já adultos, ele levava pessoalmente, entregava...

A Escola ali, aquela parte que vocês viram da frente, os prédios da frente ali, eram as salas de ensino, era uma divisão de ensino; nós ficávamos no alojamento ali na frente, onde hasteia a bandeira, ali era o alojamento dos alunos. Tinha a rotina de trabalho: quem estudava no período da manhã, trabalhava no período da tarde, e vice-versa; cada um trabalhava em um setor, ninguém ficava com a mente parada, não, todo mundo tinha que fazer alguma coisa. Trabalhava na padaria, ajudava no almoxarifado, sempre tem um cara responsável – o aluno é só para ajudar na limpeza, fazer a arrumação –, tinha a faxina para varrer o pátio do Colégio, tinha ajudante lá na cozinha... Eu trabalhei na cozinha, trabalhei na padaria, varri, trabalhei no jardim; tinha uma equipe que fazia parte do jardimzinho que tinha na época. Não havia aquela ociosidade, não. O moleque não tinha tempo de pensar bobeira, todo mundo se ocupava; tinha sempre um responsável ali para ajudar você a fazer, e aquilo todos os meses se invertia, você não ficava num devido setor direto, não, era um mês e, no mês seguinte, trocava – de um passava para o outro, ia passando assim, naquela rotatividade.

Na época lá do Colégio, tinham os caras maiores, mais velhos – era um dia para cada um, quase a semana toda. Quando os menores iam para a igreja de manhã cedo, os médios iam para física, fazia física [educação física]. Não sei se vocês têm conhecimento, mas tinha uma banda de música aqui; daqui saíram garotos formados como músicos para o Corpo de Fuzileiros Navais, que serviram na banda do Corpo de Fuzileiros Navais – tinha banda aqui. Na parte militar, nós nunca tivemos contato com arma, mas o resto nós fizemos tudo, marchar... Os alunos formados aqui não sofriam no quartel, sabe por quê? Nós sabíamos as ordens de comando todinhas aqui.

Foto: © Hudson Batista



Otacílio Pedro Inocêncio com sua irmã, Beatriz Maria Inocêncio, ambos moradores da Marambaia.

Nilton Carlos Alves

A minha avó contava muito também sobre a chegada da Fundação, de como foi a construção do Abrigo Cristo Redentor, que ela acompanhou bem, desde o início como foi. Da visita do presidente Getúlio Vargas, que veio aqui na época. Num primeiro momento, o Levy Miranda veio identificando as famílias, para relatar que as famílias não tinham condições. Um fato que eles herdaram realmente da escravidão é aquela questão do “pé no chão”. Quando o Levy Miranda estava aí, eles se arrumavam, o próprio Levy mandava fazer as roupas para as pessoas, então as pessoas se lembravam: “Tem que colocar o chinelo para ver o Levy Miranda e o presidente Getúlio Vargas, não pode ser com o pé no chão”. De se preparar para recebê-los. A questão também da esposa dele, a “dona” Darci Vargas, de estar visitando a Ilha. Ela conta que viu o Levy Miranda, que eles vieram e construíram dois galpões para poder receber o presidente Getúlio Vargas. Que ele viu a questão de não ter escola – tinha que construir uma escola. E, a partir da Escola, ele construiu outras coisas: o hospital, a farmácia, o correio, o estaleiro, a fábrica de gelo e a fábrica de sardinha, para dar oportunidade para a população da Ilha não precisar sair para trabalhar fora, as crianças estarem estudando na Escola de Pesca. Já que a pesca era a principal fonte de renda, estar aprendendo e se formar na Escola de Pesca, e ter oportunidade de melhorar a vida da família, das casas, a vestimenta, se alimentar melhor – ele contava muito isso. O Levy Miranda, para eles, era como uma pessoa diferente, uma pessoa boa, que ajudava; eles o tinham, na verdade, como um pai.

Na festa do 20 de Novembro de 2013, aquela imagem que tinha lá, era do Levy Miranda?

Sim, do Levy Miranda. As pessoas que realmente conviveram com ele... Principalmente para a minha avó, por ter perdido o marido muito cedo e por ter que dar conta dos seus filhos, ele foi uma pessoa que ajudou muito. Ela falava que vinha à missa no domingo... Aos finais de semana, alguns alunos, a maioria dos amigos ia para casa, mas ficavam os alunos que trabalhavam internamente na escola. No final de semana, eles não estudavam; eles assistiam à missa, mas voltavam. Tinha um grupo que cuidava das hortas, tinha um grupo que saía para a pescaria e para cuidar dos barcos e das redes. Ela tinha a oportunidade – eu não me lembro... Era o diretor da escola, e tinham as irmãs de caridade também – eu não me lembro do nome delas agora –, eles davam oportunidade para a minha avó e para os filhos dela, assim como para outras famílias necessitadas, de se alimentar na escola nos finais de semana. Isso marcou bastante, ela contava. Sempre existia aquela criança que jogava o alimento fora, e ela dizia: “Vocês jogam o alimento fora; na minha época, a gente dava graças a Deus quando tinha um alimento assim”. Aqui, sempre teve aquela tradição do peixe com banana, uma banana madura: “A gente tem que pegar a banana verde e colocar na brasa para cozinhar, para a gente poder manter um alimento adequado, e vocês ficam jogando comida fora”. Tem coisas que marcam, na verdade.

Paulo Fernandez dos Santos

O que você conhece do trabalho da Escola de Pesca? Como você percebe que era a relação com os moradores, com a formação dos jovens?

Não era bem da minha época, porque, em 1971, foi entregue à Marinha, e eu sou de 1963. As crianças não pescavam na Escola de Pesca, mas ela ainda estava funcionando. Mas, segundo o relato dos antigos, era tipo assim: “Eu vou pescar hoje, porque tem uma vaga!”. Mas, se eu tenho a minha rede – como eu estava falando no início, que a única fonte de renda era a rede de arrasto no Sino, quando era época do peixe de praia de cardume, a tainha, o parati, o galo e o xarel –, então, as pessoas ficavam – o pessoal que mora aqui na Pescaria Velha ou no Sino –, eles ficavam pescando nessa praia, porque dava tempo de ficar um “espia” olhando o cardume, enquanto os outros trabalhavam na roça. Aí, tinha um apito, ele apitava: “O cardume tá vindo!”. Todo mundo saía correndo, pegava a canoa, ficava de prontidão, jogava a rede e puxava o cardume de peixe na praia. Então, quer dizer, se trabalhava em dois locais ao mesmo tempo. Já na Escola de Pesca, teria que ser embarcado e teria que ficar à disposição do mestre da embarcação: vai sair 3 horas, 3 horas tem que estar lá. Vai sair 7 horas da manhã, e 5 horas da manhã ele tinha que estar ali, porque a embarcação ia sair àquela hora, e ele era tripulante embarcado, tinha que ir.

Hoje, a prática dos pescadores tem muito a ver com essa experiência da Escola de Pesca?

Ela se modificou: antigamente, eram escolhidos os mestres; hoje, praticamente todos os pescadores são mestres das suas embarcações, o pescadores são os próprios mestres, eles têm a noção. Antigamente, tinha que se escolher um para que tivesse a

noção por todos e, dentro daquele meio, daqueles todos, o que se destacasse mais passava a ter uma confiança para “mestrear” uma embarcação. Mas aí, na época, era pouca embarcação, então ele não tinha, basicamente, aquela extensão para desenvolver o trabalho. Então, onde se deixava, ele comprava sua embarcação pequena a remo e ia trabalhar por conta própria. Então, onde a relação era assim... Porque tem a embarcação, e eu tenho um mestre, que está ali há bastante tempo, o outro está só com opinião, ele não tem um outro barco para mostrar o trabalho dele; porque o que estava não deixava usufruir do trabalho dele ali naquela embarcação, então, ele saía procurando outra embarcação. Depois que a pesca foi mudando, as pessoas foram comprando, em Angra. Teve um moço aqui que foi mestre em Angra, depois, ele foi mestre da tainha lá no Rio Grande do Sul; esse senhor até morreu por lá, nunca mais ele voltou aqui. As pessoas foram comprando barcos e foram saindo para trabalhar; arrumavam dinheiro, voltavam para cá, compravam suas próprias embarcações, e foi assim... Então, mudou muito, o ritmo mudou.

Dionato de Lima Eugênio

Quanto tempo, mais ou menos, vocês ficavam na Escola de Pesca?

Na Escola, a gente passava seis anos. Saí dali alistado já para servir o Exército.

E como era essa rotina na Escola? O que vocês faziam?

Bom, lá era o seguinte: eram dois turnos, o pessoal que estudava no turno da manhã ainda trabalhava à tarde, e os que estudavam de tarde... Era vice-versa, sabe? Era assim, e era serviço de aprendizado mesmo, de pesca, de aprender pesca, de como se faz uma rede para pesca... Tinha fábrica de rede, e muitos saíam como mecânicos. E a embarcação também – eram os próprios funcionários que conduziam as embarcações que tinham, e os alunos ajudavam como marinheiros e também na pesca, pesca de traineira... Os alunos também iam para a pesca aprender. Na época, aqui existiam três – não, quatro – navios, navios de pesca! E esses navios ficavam lá fora, lá na Praça XV. Então, esse navio que mantinham aqui... Ele mantinha as escolas da Fundação Abrigo Cristo Redentor – porque não era só uma, não –, tinha aqui a Escola Técnica Darcy Vargas e tinha o aprendizado de vaqueiro em Santa Cruz; tinha um porto na “cidade dos meninos”, lá em Caxias, tinha também a escola lá em Patrionópolis, que era lá pelo lado de Resende, nesse lugar aí... Então, eram muitas escolas, e tinha o Abrigo Cristo Redentor mesmo, que era a escola de Getúlio Vargas lá em Bonsucesso, lá na Avenida dos Democráticos; lá, tinha uma escola também. Tudo isso pertencia à Fundação Abrigo Cristo Redentor.

Pesca e trabalho agrícola

Dionato de Lima Eugênio

“Seu” Dionato, como era essa rotina aqui, do trabalho de pesca no mar?

Naquela época era sofrido, sabe? Para nós era, porque tudo era na base do remo; [a gente] ia daqui para Itacuruçá no remo, remando. Ah, dava umas quatro horas no barquinho... Quando se pegava um tempo legal, tudo bem. Mas quando [a gente] pegava um vento lá no meio do mar... A pesca era coletiva. Era o seguinte: se eu tivesse uma embarcação com o material todo de pesca, ele era todo meu; então, eu fazia como se fosse um emprego para o pessoal, sabe? Eu tinha que ter... A rede para puxar na praia, tinha que ter força; empregava ali uns quatro ou seis, ia na Capitania e registrava tudo, tinha que ter a carteira de pesca, pagar a mensalidade, para depois ter o direito deles. Era assim que funcionava. Então, o pescado que vinha, era dividido; era o pagamento deles, o montante de dinheiro, dividia tudo. Um tanto, a “rede” ganhava, o dono da embarcação ganhava, porque ele estava pescando, mas trazia o material e ganhava. A “rede” tinha uma parte, uma parte para a “rede”, que se chamava “terço”. Se fizesse 2 mil reais, dividia por três, o “terço” era da “rede” e o resto era do monte, dividia para o pessoal.

E com quantos anos o senhor começou a pescar?

Eu comecei a pescar com uns 12 anos; já ia para a pesca. Com 12 anos, eu já estava na Escola de Pesca. Só fui para lá com essa idade.

Então foi lá que o senhor aprendeu?

Foi.

E os barcos, aqui, como é que se adquiria? Como os moradores daqui faziam?

Aqui tinha “fazedor de barcos”. Conhece as canoas, não conhece? As canoas de uma madeira só? Aqui tinha quem fazia canoa. Na época, não havia essa fiscalização do Ibama³². Era à vontade, era tudo à vontade. [A gente] ia na mata, chegava lá, tinha um jequitibá bem grande, bem grosso, que dava para derrubar, levava um dia e meio para botar no chão, que era coisa na base do machado. Então, [a gente] ia lá, o carpinteiro derrubava aquela madeira e fazia lá no mato mesmo; fazia lá e trazia pronto, de lá para a praia. Chamava o pessoal para tirar, iam lá trazer arrastando... Arrastavam, aquele “bronco” de gente; em qualquer lugar desse aí, a gente cortava. Era assim que faziam as canoas.

Paulo Fernandez dos Santos

A minha história é basicamente a Ilha inteira, pois sou nascido e criado aqui. Estudei aqui, antigamente era só até a 4ª série, e eu estudava aqui no Colégio, no Colégio Estadual Levy Miranda. Comecei a estudar com 6 anos de idade e parei com 15 anos. Desde a 1ª à 4ª série, a gente não tinha o incentivo que se tem hoje, não é? E devido também às degradações da Marinha naquela época, o caminho era muito ruim.³³ Chovia, não podia ir para a escola, a maré subia, não podia ir para a escola... Então, foi esse período de infância, estudando, brincando, conhecendo a área toda da Ilha – morros, cavernas, pedras –, pescando com meus avós lá na pesca de tainha na Praia do Sino. Essa era a infância. O que uma criança vai fazer no meio de adultos para pescar? Às vezes, faltava um adulto para segurar o cabo da rede, e uma criança segurava; basicamente, precisava de uma criança, para ela segurar o cabo, para que os outros homens fizessem o cerco da tainha. Hoje – aí voltando –, não tendo uma criança, eles pegavam o cabo da rede e amarravam em uma pedra, amarravam em uma madeira, e saiam jogando a rede, e o pessoal se dividia para puxar o cardume para a terra. Então, nessa época, basicamente, a única fonte de renda era na Praia do Sino, era rede de arrasto na praia... Essa

³² Ibama é a sigla do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

³³ A Marinha do Brasil usa a região da Marambaia como base de treinamento, o que causa algumas modificações no trajeto citado. Disponível em: <<https://www.mar.mil.br/cgcfm/marambaia/>>. Acesso em: 05 mai. 2015.

comunidade vivia daquela praia, puxando essa rede; na época da tainha, no verão, na época do chulé, da anchova, a época do galo, também no verão. E se vivia assim; eu fui criado ali, vendo os adultos pescando, aquele tipo de pesca, e ali eu fui crescendo, estudando, acabei a escola com 15 anos – como eu estava lhes falando –, tinha a pesca da sardinha no Rio de Janeiro. Isso é até bom lembrar; hoje o governo deu aí uma isenção, e um apanhado dos pescadores que são registrados na Colônia³⁴, dos últimos 30 anos, eles teriam direito a uma aposentadoria. E, nessa época, eu parei a escola com 15, 16 anos, e embarquei no Sino em um barco de um português, era um barco do Rio de Janeiro chamado Comandante Sampaio – existiam dois barcos, o Comandante Sampaio e o Nossa Senhora do Amparo, e eu embarquei no Comandante Sampaio. E o dono era um português, o mestre era um catarinense, e a tripulação era misturada, pessoas da Ilha Grande, pessoas de Niterói, de Nova Iguaçu, de Campo Grande. A tripulação, na época, era de 25, 22 homens a bordo do mar.

Nasci na Marambaia. Aí, então, eu voltei para pescar aqui. Pesquei por um bom tempo aqui de novo; o nosso peixe era e ainda é levado para o continente, para Mangaratiba especificamente, mas é um local mais perto. Lá em uma peixaria, os compradores de peixe... O nosso peixe aqui era robalo, linguado, cação... Os restaurantes, aqui na Costa Verde, estavam começando a crescer; os hotéis – na época, eu não me lembro se tinham muitos hotéis –, o único hotel que existia no centro de Mangaratiba era o Hotel Rio Branco, hoje é a sede da Prefeitura. E vendendo peixe, chegou um comprador de peixe que queria tirar férias do restaurante onde ele trabalhava, e não tinha cozinheiro; aí, o rapaz que pescava comigo, o outro tripulante, falou: “Ele é cozinheiro!”. Eu era o cozinheiro do barco. “Você sabe fritar peixe?”. “Peixe eu sei fritar! Eu sei fritar peixe muito bem!”. “Então, vou te levar lá para o restaurante e vou te ensinar as outras coisas, porque peixe você sabe, e o que eu quero é realmente alguém que saiba fazer o peixe”. Então eu fui lá, fiz o peixe, fui lá, fritei, trabalhei ali uns três meses. Acabou o verão, acabou o movimento da Costa Verde, eu voltei para a Ilha para pescar, e pesquei por um tempo na Ilha.

Ademir Barcelos

Você pesca todos os dias, tem uma rotina? Ou você, por exemplo, só pesca de vez em quando?

Eu não pesco todos os dias, mas quase sempre eu estou pescando.

E aí, o peixe que você pesca, você vende? Você guarda ou você vende aqui dentro mesmo?

Eu entrego em Itacuruçá. Eu pesco e entrego na peixaria em Itacuruçá. Aí, só faz o pagamento – a gente entrega a mercadoria lá e, no sábado, eles fazem o pagamento da mercadoria. Muita gente faz dessa forma.

E como é que vocês conservam esse peixe até chegar... Ou vocês pescam num dia e já levam para Itacuruçá?

A gente pesca e vai juntando no gelo, coloca no gelo; quem tem freezer, às vezes congela ele no freezer, para quando tiver uma boa quantidade, para levar... Gelo, agora que a gente tem luz elétrica, a maior parte do pessoal aqui tem freezer, entendeu? A gente pega e faz gelo no freezer para poder conservar o peixe.

E como era antes, quando não tinha luz?

Era mais difícil: a gente pegava o pescado, levava para Itacuruçá e tinha que trazer de lá três, quatro caixas de gelo para poder conservar esse pescado. Quando [a gente] via que já tinha pouco gelo, tinha que levar esse peixe para poder trazer gelo novamente.

Hoje é mais fácil com a luz elétrica, mas a gente, conversando com outros pescadores... Eles falaram que os peixes diminuíram muito, que o pescado diminuiu muito nos últimos tempos. Você tem percebido isso?

Muito, muito mesmo, diminuiu muito. Eu pesco desde os 14 anos e, hoje, se eu contar, vejo que... Eu já matei até 80 quilos de camarão num só dia. Em um dia! Oitenta quilos de camarão num dia; coisa que hoje, se você vai para pescar, se pescar

³⁴ Trata-se da Colônia de Pescadores Z-16, em Itacuruçá, que abrange toda aquela região, inclusive a Ilha da Marambaia. Além das associações locais de pescadores, como a da Marambaia, as colônias de pescadores são divididas em zonas mais amplas, como a Z-16, e fazem parte da Federação de Pescadores do Estado do Rio de Janeiro.

o dia todo, no máximo, você vai conseguir apanhar é 5, 6 quilos de camarão. A explicação que a gente vê hoje em dia é devido a essas empresas que têm aí, poluição... Certamente vai acabar, né? Antes, não tinha esse tipo de coisa. Igual tainha, mesmo: faz dois anos que a gente não pesca, não mata mais tainha aqui. E sempre dava muita tainha aqui.

Élcio Santana

Eu já venho na cultura dos nossos antepassados, então a gente prossegue. A pesca continua, a roça continua – tem pouquinho roça, mas continua. A pesca é escassa, e a gente continua pescando, quase não tem tempo para a roça. A roça é para o nosso consumo mesmo; mas a pesca, não, a pesca é para poder vender, para trazer o alimento para dentro de casa.

Hoje é um tempo melhor, pastor, do que já foi há anos?

Não tem nem comparação. Porque, antigamente, tinha muito peixe e não tinha valor; hoje, o peixe é pouco, mas tem disputa no mercado, o preço. Então, valoriza mais fácil. E, apesar do custo de vida cada dia aumentando, mais ele supera, uma coisa supera a outra.

Maurício Saturnino Camilo

E com quantos anos você começou a pescar?

Foi bem novo que eu comecei a pescar; aí, na época das férias, eu aproveitava as férias para poder pescar... Aqui, a gente pesca robalo, tainha, camarão, corvina – o que dá mais aqui é corvina –, pescadinha... Têm vários tipos de peixe.

Todos os tipos de peixe, em todas as épocas do ano... Para pescar, vocês pescam sempre do mesmo jeito, com a mesma rede?

Não, tem um tipo de peixe que a gente usa malha. Robalo tem que ser com uma malha mais grossa, camarão tem que ser uma malha mais fina, a tainha tem que ser... Aí, muda de rede, não é qualquer uma rede que pesca, não.

Mas como é que você sabe que vai ter robalo ali para pescar?

Tem época também, aí, a pessoa já sabe. Agora mesmo, estamos na época do robalo. Tem a rede de fundo e tem a rede para flutuar. A rede de fundo é para pegar os peixes que vêm no fundo, tipo a corvina, a pescadinha. Agora, a tainha é um peixe mais de rede boidada. Mas, na outra, também se usa chumbo, mas bem menos. Mais boia do que o chumbo.

Tem toda uma tecnologia! E com quem você aprendeu isso tudo?

Aprendi foi olhando, olhando o meu cunhado, que aprendeu vendo os outros pescarem e foi aprendendo.

Dulce de Lima Estanislau

A senhora falou dos seus pais e dos seus avós? Quem são os primeiros moradores que a senhora tem de relato aqui na Ilha?

É uma “misturada” danada. Aqui era assim: todo mundo chamava de “vovó” Camila. “Vovó” Camila foi quem inaugurou esse cemitério; então, todos eles chamavam “vovó” Camila, ela era a avó de todo mundo, era a mais antiga. Ela morava na Praia do João Manoel; ela morou ali, mas não nasceu ali. Ela nasceu dentro da Marambaia, mas o que eu sei sobre onde ela morou foi ali.

Meus avós, por parte de pai, eram Dorotéia Rosa de Lima e Alexandre Horácio. Pela parte materna, era Zeferina Rosa de Lima e Ovídio Maximiliano Júnior. Todos eram nativos da Marambaia. Então, o que eu sei deles, era que tinha muita plantação – tinha muita dificuldade, mas era muita plantação. O povo subia o morro e fazia aquelas roças, mas fazia em conjunto, duas ou três pessoas, para quando colher aquela mandioca fazer aquela “farinhada” todos juntos. Era só para o consumo mesmo, só para o alimento. A única coisa que eles sempre venderam aqui é o peixe, porque só era mesmo a população pescadora.

Só tinha peixe; tinha que ter o peixe e, para acompanhar a farinha, o café que eles torravam na hora, além da mandioca, tinha a batata-doce, o cará, que eles chamavam de “cará moela”... Tinha o cará moela e o cará roxo, eles faziam o pirão. Era peixe com banana... Com a farinha, ficava gostoso à beça – a farinha torradinha chegava a estalar na boca. Isso tudo eu ainda alcancei muito dos meus pais.

Joel Rosa de Lima

A gente vivia de pesca, vivia de pescaria... E trabalhava na roça. Na roça, eu trabalhei demais. Ainda tinha disso. E, depois, apareceu aí... Tinha que pagar um dia na semana, dois dias na semana. Se não pagasse, não morava na Ilha inteira. Era de português mesmo, os portugueses eram os donos da Ilha. Aquele que não pagava dois dias na semana, já era. Tinha que sumir da Ilha para fora, procurar o destino, não podia ficar na Ilha.

Tacira Julião Alves

E como era a divisão dessas terras? Você pegava um pedaço de terra e podia plantar?

Plantava onde você queria. Se quisesse plantar lá no Sino, você plantava! Onde você quisesse plantar, você plantava. Não tinha divisão, não. Papai sempre dizia que roça de pobre é roça “de maluco”. Não pode pegar um caroço, que planta! Então era assim: na roça, a gente tinha de tudo, um pouco de cada coisinha. A roça era para consumo nosso. Então, por isso que era roça “de maluco”. Era só planta mesmo... Tinha mandioca, batata, cará, abóbora, abacate, pé de tangerina...

Aloísio Eugênio Barcellos

O nosso alimento, muitas vezes – tem gente que até tem vergonha de falar isso, mas eu não tenho, não –, a gente comia o que os nossos avós plantavam; as poucas coisas que a gente comprava era um arroz – meio quilo de arroz –, o feijão era o que eles plantavam na roça... Plantavam milho, cana, tinha café também que eles torravam – socavam no pilão, faziam o café, a gente tomava aquele café que faziam –, e a comida que a gente comia era banana, até verde. Pegava aquela banana verde, socava, fazia aquele caldo com peixe... Era o que a gente comia. A galinha que a gente comia, era só galinha de casa.

Não sei por que aqui o nome é “Praia do Sítio”, não; isso aí meus avós até falavam, mas eu creio – não tenho assim muito na minha mente –, mas eu creio que era pelas grandes plantações que aqui realmente tinham de primeira. Porque aqui era uma área em que era tudo plantado: era cana, aipim, essas árvores que vocês estão vendo, isso tudo era plantação de cana, aipim, e também tinha batata, era café, bananeira, tudinho. Aqui, onde a gente mora, nessa casa aqui, da casa da minha irmã aqui, isso tudo era bananal puro, a gente entrava quando era criança e ficava perdido dentro da bananeira, porque era muita bananeira!

Vocês plantavam tudo em conjunto, tudo em comunidade?

Tudo em conjunto, não, cada um tinha a sua repartição. Mesmo as roças sendo “agarradas” umas nas outras, cada um respeitava o seu limite, acabava uma e começava a outra. Todo mundo respeitava o seu limite.

Maria Santana

Como era a divisão dessas terras, nessa época, para fazer a roça? A roça era afastada do local da casa, e daqui do local da pescaria? Era uma terra... Vocês ocupavam essa terra e plantavam, não tinha nenhum problema? E vocês plantavam a roça uma do lado da outra, porque um ajudava o outro?

Era assim, porque era companhia; o meu pai quase não podia ir, os meus tios também pescavam, então, quem mais ia era a minha mãe e as minhas tias, e sempre levavam a gente de companhia. A terra era boa, fazia o trabalho da roça. Mas, antigamente, não tinha roça perto como tem hoje, não; era longe, fazer roça era longe...

Élcio Santana

[A gente] fazia roça longe, por causa dos bois. Naquela época da Fundação³⁵, tinham muitos bois aí; então, se largasse o boi e fizesse roça perto, o boi saía devorando tudo. Então, tinha que fazer a roça distante para o gado não destruir. E eles faziam: o pessoal amigo fazia uma roça perto da outra, porque já limpavam um trecho longo, e cada um tinha o seu plantio; mais nada, não tinha contenda, nós vivíamos todos unidos, na paz, na tranquilidade.

Maria da Conceição Lima Oliveira

A sua família tinha roça?

Tinha, tinha roça, lá na Praia Suja. Era próximo de onde a gente morava, era para lá o cultivo na roça. A gente apanhava goiaba, a gente ia para as pedras, pegava marisco, era muito bom na infância!

O que se plantava na roça?

Era mais batata-doce, aipim, abóbora, plantava até bananeira. Bananeira era muito mesmo, era frequente a banana, o café, muita coisa. A maioria das famílias – pelo que contavam – tinha a sua roça, sim, com cercado, tudo bonitinho.

E eram plantadas as mesmas coisas nas roças?

É, porque um dava mudas para o outro; quando estava “melhorzinho”, dava para o outro, mas era para o alimento mesmo, para o sustento.

Vitória Machado Alves

As meninas também são inseridas nesse contexto da pesca?

A minha mãe pesca, mas eu não gosto de pescar. Eu acabo dormindo em cima da pedra, demora muito para pegar o peixe, e eu acabo dormindo. Minha mãe gosta, minha mãe fica ativa lá e a Santana também, ela pesca com o marido dela na canoa.

Você não gosta de pescar... As meninas da sua idade também não gostam de pescar, ou têm meninas que gostam de pescar?

Eu nunca vi uma menina gostar de pescar, não.

Você acha que isso está relacionado a um grupo de idade mais velho, de mulheres que ainda pescam, e as mais novas, que não pescam?

Acho que sim. Porque a gente vê mais adultos pescando. Crianças mesmo, só os meninos; criança eu nunca vi pescar



Entrevista de Vitória Machado Alves, aluna da Escola Municipal Levy Miranda e moradora da Marambaia.

³⁵ Refere-se à Fundação Abrigo Cristo Redentor.

Gênero e trabalho

Paulo Fernandez dos Santos

[Foi] nessa época em que a minha mãe foi para o Rio, e eu fui gerado. A patroa não quis empregada com criança; aí, ela trouxe e me deixou com os meus avós, e voltou para o Rio para trabalhar. Quando ela me deixou com os meus avós e foi trabalhar, ela voltou e eu tinha 3 anos de idade – olha só o tempo. Depois, ela voltou, e eu já estava com 6 anos, ou seja, três anos depois. Depois, com 12 anos, foi o contrário, eu fui para o Rio, porque a minha avó ficou doente; eu fui para o Rio para a casa de uma tia minha e, lá, eu fui visitar a minha mãe onde ela morava, em um bairro em Caxias. Aí, eu já estava terminando a escola aqui, e então eu comecei a pescar fora. Foi exatamente nessa data que eu comecei a conhecer o Rio de Janeiro, que passei a ir sozinho à casa dos meus parentes; sempre fui sozinho, andava por todo o Rio de Janeiro. Mesmo novo, eu procurava gravar o local por onde passava; então, eu sempre ia e foi assim. E hoje, ainda vou: se me der o endereço de qualquer lugar, eu vou, no Rio de Janeiro, fora do Rio... Como eu pesquei, no ano 2000, em que a pesca ficou fraca aqui, eu pesquei em Santa Catarina. Embarquei em um barco aqui em Itacuruçá, de 2000 a 2004, fiquei quatro anos indo e voltando, pescando na rede de malha em alto-mar e vinha também de Santa Catarina para cá, ia também para o Rio Grande do Sul, para Cabo Frio...

A pesca é uma atividade exclusivamente masculina?

Antigamente era, mas hoje, ela está dividida. Hoje, nós temos mulheres aqui que pescam com seus maridos, praticamente direto; as meninas também, tem uma jovem que pesca com o pai dela. A pesca, hoje, não é mais totalmente masculina, ela está dividida. Na Marambaia, realmente, aquilo que falta é um amparo voltado para a representação da Associação de Pescadores. E outro dia, eu falei, numa reunião –, tinha bastante mulher nesse dia, foi até bom –, disse que uma criança nasce, chora, mama e depois anda; a mãe começa a dar a mão a ele, e ele começa a andar. Então, o que está faltando na Marambaia é um incentivo do governo, “pegar” aqueles que querem, perguntar se querem trabalhar na pesca: “Então está aqui, nós vamos te dar os artefatos para você pescar...”. Aí, aquela pessoa vai se expandir na pesca. Ou na pesca ou na área da maricultura, ela vai se expandir. Agora, na verdade, ela diretamente apanhar por si própria, esperar o dinheiro da pesca, hoje, ela não consegue.

Beatriz Maria Inocêncio

Artesanato a gente fazia; a gente se juntava, aqui em casa mesmo – umas colegas minhas vinham para cá para fazer panos de prato, e eu ensinava elas a pintarem. Nunca fiz curso, não! Mas eu sou curiosa, e eles queriam aprender e vinham para cá – lá de cima do Buraco Quente, da Praia Suja, da Pescaria Velha –, vinham para cá quase todos os dias e fazíamos “paninhos” para vender pra Igreja. Tinha um padre também que pintava, que nos ensinou; eu aprendi mais a prática com o padre, o padre ensinava a gente.

Tacira Julião Alves

A senhora chegou a estudar?

Estudei um pouquinho! Porque, antes, tinha esse negócio: “Mulher não precisava estudar”. Tinha muito disso; agora evoluiu, não é? A “mulherada” subiu, e está derrubando tudo quanto é homem.

A senhora viveu sempre aqui na Ilha?

Não, eu saí um tempo, trabalhei lá fora como doméstica... Ah, eu devia ter mais ou menos uns 16 anos, por aí. As minhas irmãs saíram também, mais novas. E, depois, voltaram para cá. Trabalharam um pouco...

Voltaram com que idade? A senhora voltou com que idade?

Eu? Ah, sei lá! Nem me lembro mais, faz tanto tempo isso. Voltei porque tudo na vida da gente tem um limite. A gente não pode viver sem um limite. Se aquilo está bom, você fica. Se não, chegou aquele limite. Parou, e vamos fazer outra coisa. É assim que é a vida da gente. De todo o ser humano, tem um limite.

Esse trabalho como doméstica era onde? No Rio de Janeiro?

É, no Rio. Em Copacabana, Leblon e Méier.

A senhora sentia muita falta da Marambaia nessa época?

A gente sente... A melhor coisa do mundo era quando a gente chegava lá no cais, atravessava o cais, e botava o pé no chão da Marambaia. E todo mundo dentro do barco dizia: "Chegamos!". E eu dizia: "Chegamos, não!". E eles: "Chegamos, o barco já atracou!". E eu: "Chegamos, não, ainda estou dentro do barco; só chega depois que passar desse cais e botar o pé no chão". Aí, você chegou! Por que não? Ah, porque o cais pode quebrar e, aí, você se joga no mar. [risos] Depois que pisou naquela terra, aí chegamos! Agora chegamos! Então, eu sempre fui assim... Sempre gostei muito da minha convivência aqui...

Então, a senhora às vezes trabalhava fora, uma época fora e uma época aqui na Ilha?

É, eu vinha para cá passar quatro, cinco, seis meses. Aí, eu dizia para o meu irmão: "Vou voltar para trabalhar!". E ele: "Vai para onde?". Ele não me chamava de Tacira, não, eu tinha um apelidinho de criança. Me chamava de "Bi": "Vai para onde, Bi?". E eu: "Eu vou para a casa do marinho, meu irmão que mora em Mangaratiba". E ele: "O que você vai fazer?". E eu: "Ah, eu quero trabalhar! Chega de ilha, quero trabalhar, quero ganhar dinheiro". Aí, me aparecia... De repente, me aparecia um serviço – vai ser nesse que eu entro! Aí, ia trabalhar... Depois cismava – eu era muito esquentada! Se me aborrecesse, sabe o que mais? Olha, onde eu moro, eu não morro de fome, não! Vocês vão tomar banho! E eu ia embora, simplesmente... Ah chega, vou embora! Eles diziam: "Ah, mas você não pode ir!". E eu: "Posso! Por quê? Eu tenho direito, eu vou embora e é agora". Podia ser a qualquer hora da noite – eu vou agora! Pegava o ônibus, vinha, saltava na Central, pegava o trem para Mangaratiba, e aí ia embora! Para a casa do meu irmão, ficava lá uns dias com as crianças, com as minhas sobrinhas. Gostava de pescar também, pescava com ele; depois, ia embora para a Ilha. Aqui na Ilha, pescava, trabalhava na roça um bocado; trabalhava um bocado de gente na roça... Aí, lá, um belo dia, eu disse: "Vou trabalhar de novo". [risos] Tudo na vida tem um limite, não pode fazer as coisas sem limite. Não pode nunca botar um pé na escada, se não tem outro degrau em cima. Se você fizer isso, com certeza vai cair! Aí então, né...

Maria da Conceição Lima Oliveira

Era comum as mulheres ajudarem os homens na pescaria?

Era comum! Ajudavam, ajudavam mesmo! Ainda mais pescaria perto, de tainha, poxa! Elas ajudavam, puxavam rede, muito mesmo... Era tão legal quando a gente se juntava para ir; a gente ia, todo mundo descalço. Ah, era muito bom, gente! Ia para a praia, e todo mundo ajudava, todo mundo ia, ia bastante gente... Ficava o olheiro, olhando, lá no morro, para ver a tainha. Aí, quando a tainha vinha, quando a tainha estava passando, ele assobiava para quem estava cá embaixo.

Aparecia aquela mancha do cardume?

Ele via aquela mancha, ele já conhecia quando era o peixe, quando era tainha. Assobiava, e quando assobiava, rapidinho botavam a canoa; a canoa já estava até embaixo, a rede já estava embarcada. Vinha a tainha... Saíam, uns ficavam na praia segurando a rede, outros cercavam a tainha, a gente, todo mundo na praia. Na hora, quando a tainha vinha passando – porque tem que ser assim, não tem como você deixar na espera. Porque, às vezes, vai ficar... Mas aí tinha o olheiro, ele via, olhava a tainha, assobiava, uns vinham e saíam com a rede, e os outros ficavam na praia segurando, e todo mundo ali já esperando, todo mundo...

Qualquer pessoa podia ser olheiro?

Não, só quem sabia, quem já estava acostumado, morador. Dava a partida, a gente fazia aquele círculo, e todo mundo, as crianças, todo mundo puxava. Vinha a tainha, a tainha pulando, era muita quantidade de tainha, mas era muito bom, era muito peixe mesmo! Dividiam a tainha ou, às vezes, levavam para vender e dividiam aquela parte para todos os que ajudaram, para a família, por família... Mas era muito legal, muito bom mesmo.

Dulce de Lima Estanislau

Dos 11 aos 16 anos, eu trabalhei em casa de família, lá fora. Trabalhei lá fora em Copacabana, trabalhei no Grajaú. Isso era comum, porque os pais não tinham como e, aqui, a escola era só até a 4ª série. Quando terminava, não tinha mais nenhuma opção. As que tiveram oportunidade de os patrões conseguirem colégios para que elas trabalhassem durante o dia e estudassem à noite, estudavam. O patrão ia levar e ia pegar, porque era “de menor”. Agora, quem não teve essa oportunidade, parou por aí. Foi o meu caso.

Como eram as relações de trabalho nessas casas? A senhora tem boas lembranças?

Eu lavava roupas na mão, porque, antes, até mesmo em casa de madame era difícil ter uma máquina de lavar. Eu lavava e passava; hoje em dia, eu adoro passar blusão de manga comprida, adoro passar um blusão de linho, eu me acostumei com aquilo. O salário era aquilo que eles falavam que dava. Eles falavam assim: “Eu posso pagar tanto”. Esse salário eu dividia, o meu sempre foi dividido. Uma parte eu tinha que mandar para os meus pais. De três em três meses, eu vinha. Entrava no sábado e saía no domingo, porque, na segunda-feira de manhã, a partir de 8 horas, tinha que estar no emprego.

E a senhora se deslocava com 12, 13 anos, sozinha?

Não. Eu tinha uma [...] que era nativa, ela morava lá em São Bento, em Caxias. Foi ela que me tirou daqui, ela com as irmãs, para eu ir trabalhar para ajudar meus pais. Ela já tinha tirado algumas das irmãs que tinham a minha idade e já tinha levado para lá. Então, no dia de ir buscar na casa dos patrões, ela ia lá e pegava, era no sábado depois do almoço. Quando tinha já terminado o almoço, eu arrumava a cozinha, e ela me pegava. Ela levava a gente para a casa dela, levava a gente para passear: “Fulano veio da Ilha e trouxe peixe, vamos fazer peixe...”. Então, a gente fazia aquele peixe lá no quintal e comia as coisas que a minha mãe mandava: cocada, o melado naqueles vidrinhos.

A senhora sentia saudade?

Eu chorava. Chorava escondida. Diziam: “Dulce, você hoje está com o olho inchado”. E eu: “É porque eu acho que não dormi bem”. Mas eu chorava com vontade de vir embora, com minha mãe e com meu pai. Meu pai era um “negão”, meu pai era muito ruim... Ele brigava, ele bateu muito na minha mãe. Ele bebia – pescador era só bebida. Eu ficava pensando: “Ai, meu Deus, será...”. Quando a gente estava perto, todo mundo entrava no meio, todos nós apanhávamos, mas livrávamos um pouco a minha mãe. Eu falava: “Ai, meu Deus, a minha mãe, a essa hora, será que está apanhando?”. Quando chegava o final de semana, eu chorava quando não vinha. Já fiquei um ano sem vir. Porque eu fiquei de acompanhante e ficava com uma senhora sozinha. Então, não podia vir.

Sônia Maria Machado

Está uma crise, só quem vive sabe. É péssimo. Há seis meses, a pesca não está dando nada. Está uma situação muito crítica, mesmo. E o pescador, como sempre, diz: “Amanhã vai melhorar”; mas tem seis meses que o mar está ruim, e a tendência é piorar. Esses trabalhozinhos... Eu até tenho um trabalho da Prefeitura, não trabalho de carteira assinada, mas ganho um dinheirinho que pode segurar. Não vai faltar o pão de cada dia, graças a Deus. Dá para “dar um lance” na praia, como dizemos nós pescadores; a gente mata uns peixinhos, mas para a sobrevivência, para você no dia a dia,

é impossível. Dá para pagar uma conta de luz e comprar o feijão com arroz, mas... Vamos agir. Como é que nós vamos poder sobreviver?

Principalmente porque a questão do trabalho parece ser muito marcada como o principal fator pelo qual as pessoas saem da Ilha. Em muitos depoimentos que a gente ouviu, a gente ouviu aquela história: "Eu fui porque tinha que trabalhar, mas a minha vida era aqui, eu não conseguia me desligar daqui". A gente vê que a pessoa só sai porque precisa trabalhar, então, tendo trabalho na Ilha...

Eu tenho um filho de 19 anos e, com 18 anos, ele decidiu: "Vou trabalhar!". Ótimo, para eu que sou mãe. Ele terminou o 2º grau – não é isso que eu quero para ele, queria que ele fizesse uma faculdade, que ele tivesse uma vida boa, mas ele está lá "ralando" como pedreiro. Ele fez alguns cursinhos. Estava fazendo computação gráfica, só que o meu dinheiro não estava dando para ajudar, então eu cortei, porque ele ama desenhos. A paixão dele, férias, finais de semana, tinha que custear. Ele falava: "Mãe, eu vou para a Ilha". Eu fiquei boba, ele só parou mesmo com 19 anos. Mas, todo final de semana, era: "Olha, eu quero dinheiro para... Eu vou pegar emprestado". E eu falei: "Para de vir todo final de semana, porque eu não tenho dinheiro para dar para você voltar para estudar". Era aquele dilema, e ele ficava assim: "A senhora não quer me ver como mãe, a senhora poderia me ver. Eu fico com saudade da senhora, e a senhora não fica...". Mas não era saudade de mim, era saudade da Ilha, do espaço, daquela coisa; porque ele chegava em casa, largava a mochila e saía... Ele tem verdadeira paixão pela Marambaia, ele só não está aqui por que? Porque não tem trabalho. Não dá para fazer um curso... Até dá, um dia vai lá, mas vai sobreviver de quê? Eu não quero isso para os outros, eu até falo para ele: a gente tenta dar um jeito, se tiver que comprar um terreno ou alguma coisa... Mas nessas condições, não dá. A gente pensa assim: "Vou jogar na casa de fulano, de sicrano, de beltrano...". Igual como ele está na casa do irmão dele ["seu" José Antônio]. Graças a Deus, são quatro anos em que ele está lá e é muito bem tratado, mas a gente não espera isso de todas as famílias. Onde ele está, a senhora já é de idade, a cunhada dele também já é de idade, meu cunhado também tem problemas; então, esse já foi há quatro anos, mas eu vou ter que pensar no Vítor e na Vitória: onde eu vou colocá-los, onde eles vão estudar? Tudo é preocupação, enquanto deveria ter alguma coisa aqui que preparasse eles, como tinha a Escola Técnica aí. Se tivesse, eles sairiam, se eles fossem sair... Mais maduros, mais informados, mais capacitados para a vida. Mas vão sair como? Muitos jovens estão aí pescando ou em casa olhando para o céu, porque não têm o que fazer, e muitos não querem, também.

E se você não tem, por exemplo, família do lado de fora, fica inviável você mandar alguém que acabou de sair da escola, para viver sozinho...

Exatamente. E mesmo a gente tendo uma família lá fora, tem que saber que [as pessoas] são família, que são nosso sangue; mas, de repente, você não tem aquela confiança de: "Meu filho pode ficar", essas coisas... A minha filha não vai ter condições, porque, até agora: "Sônia pode mandar, ela vai aprendendo...". Mas é minha filha, e o mundo lá fora é diferente desse aqui, ainda mais para a gente que já viveu lá fora, sabe e conhece. Agora, você vê que as coisas pioraram muito. Você pode ir para lá, transitar aqui tranquilamente. Eles não estão preparados, porque a Ilha não prepara ninguém para o mundo lá de fora, você vai "com a cara e a coragem", e conta com a presença de Deus.

Conquistas

Nilton Carlos Alves

A gente sabe que a problemática da comunidade da Marambaia não está resolvida. É uma situação mais branda, mas que a qualquer momento pode se complicar. Existe a possibilidade de negociação, e a nossa tentativa é conseguir fechar essa negociação, para que a gente possa focar mais em outras coisas também, em melhorias para a Ilha. A gente sempre tentou e sempre tenta as melhorias, mas a gente sempre esbarra na questão da titulação, se não tem a titulação³⁶... Por exemplo, o programa Luz para Todos, para chegar na Marambaia, foi uma luta, eles falavam: "Para que vai colocar luz na Marambaia, se não tem titulação, não tem nada garantido? Não sabemos se, de repente, daqui a 10 ou 20 anos vocês ainda vão estar lá". Desde o início, quando foi fundada a Associação, foi feita a inscrição no programa Luz para Todos, quase 10 anos para conseguir energia elétrica, oito anos para conseguir a energia elétrica. Aqui, as coisas não são fáceis... Algumas pessoas do governo diziam: "Para que vocês vão querer luz? O governo vai investir e, depois, vai ser investimento jogado fora...". Aí, ficava aquela dúvida.



Foto: © Hudson Batista Neves

Nilton Carlos falando para a comunidade no dia da Consciência Negra - 20 de novembro de 2013.

³⁶ Como indicado no início deste trabalho, à época das entrevistas, a questão da titulação na região ainda não havia sido finalizada. Contudo, em abril de 2015, foi assinado um termo de ajuste de conduta (TAC) que define as áreas destinadas à Marinha e as áreas sob titulação da Associação da Comunidade dos Remanescentes de Quilombo da Marambaia (Arqimar). Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/termo-de-ajustamento-de-conduta-da-ilha-da-marambaia-%C3%A9-homologado>>.

Então, hoje, a luta viva de vocês aqui ainda é pela posse da terra?

É a titulação, esse é o principal objetivo, a gente sempre colocou que o principal objetivo é esse. Conseguindo a titulação, os outros objetivos vão ficar bem mais fáceis de serem alcançados. A nossa argumentação na luta pela titulação é a seguinte: nós estamos ocupando a Ilha realmente desde a escravidão, a gente descende da escravidão. Porque, muitas vezes, a Marinha põe que a comunidade chegou depois deles, fato que não aconteceu. Como se nós fôssemos invasores. E a gente acha que, se existem invasores, nesse caso os invasores seriam eles, que chegaram depois da gente. A gente sabe que eles não invadiram, que entraram legalmente, e que foi um processo do governo federal, que eles entraram. Tudo bem, é fato, a gente não pode negar, mas eles também não podem dizer que a comunidade invadiu, já que eles chegaram e encontraram a comunidade já estabelecida aqui. Uma coisa que vem desde a escravidão, de muitos anos. Esses são os argumentos e também de a gente ter essa questão vinda da escravidão; aqui é o lugar em que nós nos estabelecemos, a gente se manteve de geração em geração e vem mantendo a nossa cultura. Por exemplo, a da pesca. Hoje, isso está um pouco enfraquecido, mas a gente sabe que têm pessoas que ainda cultivam, têm pessoas que ainda têm as suas criações, que criam os seus animais. Muitos outros desanimaram, porque tem essa questão de pessoas com casas derrubadas, têm as restrições de não poder construir, de não poder reformar as casas... Isso meio que desanimou as pessoas de construir as suas roças e ter as suas criações de galinha, criações de pato, criações de porcos.

A gente vê uma evolução, porque, antigamente, os nossos antepassados viviam naquelas casinhas de sapê, de estuque e, com trabalho, eles foram evoluindo, foram melhorando. Mudou do sapê para a telha de barro e, depois, para essa telha que usavam antes e que agora não pode usar mais, o amianto. Foram mudando de estuque para alvenaria. Teve uma evolução aí, mas isso você consegue com trabalho, com muito sacrifício construir a sua casa e, de repente, alguém vem e derruba, ou então fala: "Você não pode mais melhorar a sua casa, você não pode mais ampliar, você não pode mais trocar uma janela..." Fica uma coisa que desestimula o ser humano, na verdade. Às vezes, a gente vê que têm casas, que têm famílias em uma casa de quatro cômodos, de três cômodos, que vivem ali espremidas dentro da sua própria casa; crianças que não têm o seu quarto, não têm a sua liberdade de crianças... São coisas que entristecem.

Dionato de Lima Eugênio

Quando a Marinha começou a entrar aqui, na década de 1970, o senhor disse que a população achou que ia ser uma coisa boa. O que vocês consideravam que ia melhorar, que ela ia fazer de melhor aqui no local?

É aquele caso: a Marinha tem poder, então, todo mundo achou que ia ser uma coisa muito boa para a comunidade, que ia gerar emprego, muito emprego mesmo, que ia melhorar tudo, mas não aconteceu nada disso, pelo contrário. Todo mundo ficou na expectativa: "A Marinha vem, o negócio vai mudar, vai ter muita embarcação..." e é isso que a gente está vendo aí... Aqui, emprego é muito importante, sim, porque têm muitos aqui que não têm, que vivem aí "zanzando" para lá e para cá, sem emprego. Fazer o quê? Sem o que fazer, eles vão para a bebida e para outras coisas...

O senhor falou que vocês se reconhecem como remanescentes de quilombo, e a gente soube que tem a Associação aqui. Como foi o processo de criação dessa Associação?

Essa Associação é o seguinte: nós lutamos muito para ter essa Associação, para conseguir essa Associação na comunidade. A Marinha não permitia que se formasse uma Associação de moradores aqui dentro; na época, ela não permitia, não. Dizia que, aqui, não podia ter. Tudo bem. Em 2000, o que aconteceu? Começou com o negócio de derrubada de casas, derrubaram as casas de moradores. Então, o que nós fizemos? Fomos ao Ministério Público Federal [MPF] e conseguimos uma parceria legal mesmo, que está aí até hoje e trouxemos ele aqui. Já ouviram falar do doutor Daniel Sarmiento? Ele é o nosso procurador, está sempre com a gente aí. Então, em 2000, ele veio aqui na Ilha da Marambaia, trouxemos ele aqui, pedimos, e ele veio; passamos para ele que nós queríamos montar uma Associação e não podíamos, porque a Marinha não deixava. A gente falou que ia montar, e nos disseram que não podia ter. Ele disse: "Em qualquer comunidade pode ter uma Associação; então, vocês podem formar uma Associação, queiram eles ou não". Isso nos fortaleceu e começamos

a trabalhar, a formar essa Associação; levou um tempo, mas conseguimos. Em 2004, já estávamos com a Associação montada. Eu fui o primeiro presidente e fiquei dois anos; depois, veio a outra presidente, que foi a Vânia. Ela ficou quatro anos. Depois, eu novamente e, agora, esse ano, eu deixei, passei a presidência da Associação, que é a Associação da Comunidade dos Remanescente de Quilombo da Ilha da Marambaia, com a sigla Arqimar. Hoje, o Nilton Carlos está como presidente. Conhecem ele também? Ele é lá da Escola, é um “parceirão”, meu primo, é daqui, mora aqui pertinho. Gosto muito dele, confio, tenho confiança, é uma boa pessoa.

“Seu” Naná, qual era a função do presidente? O que o presidente fazia no período em que o senhor esteve à frente da Associação?

Eu fiz tanta coisa, e tem coisa que não era nem para eu fazer – até pegar carga no ombro eu fiz. O presidente, aqui, é mais para ficar à frente de tudo, de todos os acontecimentos, de estar sempre na comunidade promovendo reuniões, essas coisas que beneficiam a comunidade. Por exemplo, se o morador quer uma conversa com o Comando, ele não vai sozinho; ele chama alguém da Diretoria para acompanhá-lo, essas coisas assim. Quando tem uma saída, às vezes vamos a Brasília e a alguns estados; quando somos convidados, a gente vai também participar de alguns encontros, e o presidente tem que estar junto e tudo isso. Nós temos outra Associação, a Associação de Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro, a Acquirerj. Todas as comunidades aqui do Rio são associadas à Acquirerj, cujo presidente a gente chama de Luiz Sacopã³⁷. A sede é lá na Lagoa, na Lagoa Rodrigo de Freitas, na cidade do Rio.

Quais são os maiores desafios da Arqimar?

O maior desafio da Arqimar é mesmo essa titulação. É a posse de terra, esse é o maior desafio, que já vem “capengando” há 10 anos. Agora, já houve uma proposta da própria Marinha, que veio para a gente dar uma contraproposta; já fizemos essa contraproposta e está caminhando bem. A Marinha fez uma demarcação que já dá para a gente analisar [legalmente] como boa.

Vocês têm uma avaliação positiva?

É, isso. É uma coisa coletiva, nada individual, é coletiva. Essa demarcação, essa posse, não pode ser vendida ou alugada. Ela virá em nome da Associação Arqimar, e nós vamos fazer todo o possível para conseguir isso. É o Ministério Público que “leva” e ainda não deu a resposta; ele vai com a Marinha, chega lá e discute, mas ainda não tivemos nenhuma resposta.

Mas você sente que já está na iminência de alguma coisa positiva?

Eu sinto que sim, pelo que o Ministério Público falou que ouviu uma pessoa, e essa pessoa disse que não havia problema nenhum com o que nós estamos pedindo, acho que é algo... Continuaremos exercendo tudo, está tudo “dentro dos conformes”, eles não vão interferir em nada no “ir e vir”, nós podemos usar como estamos usando agora e eles também.

No caso, titulando as terras, os moradores poderiam criar um meio de embarcar e desembarcar na Ilha, independente da Marinha?

Poderia, mas fiscalizado por eles.

Como o senhor avalia essa fiscalização? O senhor acha que isso é bom, que isso é ruim?

Eu acho que é bom, porque é um modo de não vir qualquer embarcação. Para mim, é bom.

O senhor disse que trabalho aqui é um problema. A Associação já discutiu, pretende discutir como possibilitar relações de trabalho? Como criar meios de atuar sobre essa situação?

Bom, a Associação aqui não tem grande poder. Ela faz o possível, como montar um curso de maricultura para o pessoal sobreviver e outros cursos aí, porque é só com esses cursos que a gente pode contar aqui dentro da Ilha da Marambaia. É pesca mesmo, é tudo relacionado à pesca.

³⁷ José Luiz Pinto Júnior é a liderança do Quilombo da Sacopã, um quilombo urbano reconhecido como tal pelo governo federal em 2014, localizado na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, na Ladeira Sacopã, no bairro da Lagoa. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/reivindicado-ha-50-anos-quilombo-da-sacopa-reconhecido-pelo-governo-federal-13982307>>. Acesso em: 19 jul. 2015.

Maria da Conceição Lima Oliveira

O que te levou a participar da Arqimar?

O que me levou é isso: a gente quer uma melhora para a nossa comunidade, e uma dessas foi a que eu falei para você – os meninos querem casar e tem que ficar morando todo mundo junto; quer dizer, é um incentivo muito grande da gente querer melhorar, brigar pelos nossos direitos.

Da posse da terra...

Não é? Porque é complicado!

Quem você acha que participa mais dessa luta, as mulheres ou os homens?

As mulheres, com certeza! Porque os homens ficam mais acuados, ainda mais na época quando começou mesmo... Eu não sei, o tempo, porque ficam mais tempo pescando, a maioria do tempo no mar, não sei se é isso ou se... Sei lá! A gente mesmo é que toma a iniciativa. Inclusive, a primeira vez em que o Daniel Sarmiento veio aqui para fazer uma reunião, foi até na minha casa. A primeira vez em que ele veio, ninguém queria, mas aí eu falei: “Não, pode fazer lá no meu quintal”. Foi no meu quintal onde ele fez a reunião.

Para mim, é muito importante, é muito importante mesmo. A gente gosta, a gente participa... Lá em cima, quando tem dia 20, Dia do Zumbi, 20 de Novembro, desde quando começou, não perdi uma! Eu falo: “Vou lá em cima” e, naquele dia, eu fui. A lancha estava ruim para poder ir lá em cima naquele dia, mas eu fui! Todo ano eu vou lá. Ainda não teve um ano em que eu não fui lá em cima, na festa. Acho muito importante, muito mesmo.

E a Festa de 20 de Novembro, qual é a importância que ela tem aqui para o conjunto da comunidade?

Muitos ficam com receio de ir, porque acham que é macumba... Muitos ficam com receio de ir, mas a gente diz: “Gente, não, isso aqui é cultura, nossa cultura, nossa origem, não tem nada a ver”. Muitos não vão, e eu fico falando: “Vamos, gente! Vamos lá em cima, prestigiar”.

A gente espera que as pessoas venham, que a gente consiga e que todos sejam contemplados, todos os que tenham direitos sejam contemplados. Porque é o nosso lugar, a nossa terra... A gente quer que os filhos da gente mesmo... Hoje em dia, a escolha é deles, são eles que escolhem. No caso, as pessoas que permanecem aqui – porque tem bastante jovem aí, e a gente espera que a gente consiga –, a gente está esperando a nossa titulação. Como ela perguntou: para quê? Para os meus filhos.

Nilton Carlos Alves

Para você, um sujeito do século XXI, presidente de uma Associação, com formação política, o que significa para você ser quilombola?

Ser quilombola, para mim, é manter a nossa cultura viva, as nossas tradições, tanto culturais quanto as de subsistência. Não negar a sua identidade, não negar as suas raízes, porque, às vezes, as pessoas têm vergonha de dizer que descendem da escravidão. Eu acho que isso não é vergonha – isso é um orgulho para o Brasil, a gente dizer: “Eu vim da escravidão, eu realmente sou remanescente de um povo que ajudou a construir a história do Brasil”. Eu acho que isso é gratificante. Não é abaixar a cabeça se perguntarem a você se você é quilombola. Não, [tem que dizer]: “Eu sou!”. Eu sei que muitos têm vergonha, mas, lá no fundo, realmente, eles se sentem quilombolas. Eles têm vergonha de expressar que são quilombolas e, de repente, ouvirem uma brincadeira, ouvirem uma discriminação, um preconceito. Talvez, isso leve eles a dizer que não são quilombolas. Eu tenho esse orgulho de dizer que sou quilombola, que os meus familiares e as outras famílias viviam de forma tradicional; e eu acho isso muito importante para a história do Brasil, na verdade, não só para a história da Ilha, da nossa comunidade.

Renato de Lima Estanislau

Essa Festa de 20 de Novembro, que vocês disseram que começou há pouco tempo, tem algum motivo para ela ter começado? Foi alguém que “puxou”, alguma organização?

Teve, por conta do reconhecimento de remanescentes de quilombos. A gente tinha que se manifestar de alguma maneira, tinha que fazer alguma coisa. No Dia 20 de Novembro acontece festa em todo o Brasil, e a gente escolheu essa data para fazer uma coisa bem forte, para, no meio dessa festa, a gente reivindicar algumas coisas, pedir ajuda aos visitantes, ou uma ideia, coisas para nos favorecer. A primeira festa funcionou muito porque, depois, nós fizemos passeatas, fizemos um monte de coisas, um monte de manifestações fora, que fortaleceram um pouco a gente. Um pouco não, muito. As pessoas falam assim: “Poxa, vocês são muito fracos”. [E eu digo:] “Fracos, nada!”. Têm comunidades que estavam iguais à gente há mais de 10 anos, mas nós tínhamos dois anos e já tínhamos dado um passo grande “pra caramba”, já estávamos em negociação, e eles nem tinham chegado ainda no ponto em que nós chegamos em dois anos. Foi forte, mas a gente também foi direto, não fomos intermediando. Se o problema é lá, vamos lá. Saímos daqui e fomos direto para Brasília, para resolver. Foi aquela coisa de Justiça, ficamos rodando 10 anos. Isso já tem 10 anos.

Nilton Carlos Alves

Como você projeta o futuro aqui?

A gente espera ter um futuro melhor do que o que a gente tem hoje. Alcançar o nosso objetivo da titulação e começar a fazer com que as políticas públicas realmente aconteçam dentro da Ilha, na área de educação, principalmente, saúde e transporte. A educação, através da escola, a gente já vai “puxando os ganchos”, já vai ganhando um pouco de espaço; por outro lado, a gente vê que a saúde da comunidade tem um olhar do governo, mas é um olhar muito pequeno em vista da melhoria que pode ter a saúde da comunidade. E transporte é fundamental. A gente costuma dizer que ficamos praticamente abandonados à nossa própria sorte e, se a gente não lutar, não brigar, não vamos conseguir nada. A gente vê que os governantes pensam: “A Marambaia... Eles estão lá quietinhos, não estão incomodando, deixa eles lá esquecidos, enquanto eles não incomodam...”. A gente pretende alcançar o objetivo maior, que já é um objetivo que vem sendo buscado há 10 anos – há mais de 10 anos, na verdade, mas, com a organização da Associação, há 10 anos –, e conseguir fazer com que as políticas públicas realmente aconteçam dentro da Ilha. Os serviços públicos, a melhoria para a comunidade; a comunidade não precisar sair para trabalhar fora. Um posto de saúde dentro da comunidade, por exemplo; então, você vai atender o serviço de saúde... Dar emprego para as pessoas da comunidade. O nosso objetivo é esse: por exemplo, nós estamos em processo de negociação; vamos dizer que, no ano que vem, a titulação aconteça, que seria uma coisa fantástica para a comunidade, e que a gente tenha a escola, a escola que a gente quer, a escola quilombola, dentro da comunidade, voltada para a comunidade, trabalhando ali, realmente, interagindo com a comunidade. [É uma] coisa que a gente já tem hoje, a gente já tem a comunidade dentro da escola, coisa que anos atrás a gente não tinha, mas [tem que] poder explorar mais isso. Explorar mais e buscar recursos que realmente venham a favorecer a comunidade. O nosso objetivo é esse: favorecer a comunidade e buscar parcerias para fazer as coisas acontecerem. Eu acho que, através de parcerias com órgãos públicos, com universidades, com pessoas que realmente queiram ajudar a comunidade, eu acho que tem tudo para a comunidade evoluir.

Aloísio Eugênio Barcellos

Com a posse da terra garantida, eu creio que vou poder ficar até perto do meu filho, que o meu filho vai poder vir construir a casa dele aqui, que ele é morador... Ele, sendo morador, pode construir a casinha dele aqui, vai trazer a esposa dele, vai ter o seu filhinho e, depois daí, vai ter o maior crescimento da população. Porque aqui, realmente, está deserto – às vezes é doído: a gente andar esse caminho todinho, essas trilhas todinhas sem encontrar com ninguém. Eu não sei, não, mas talvez vocês tenham vindo de lá sem encontrar com ninguém nesse caminho; às vezes, eu trabalho o dia todo no “caminho”, e não passa uma pessoa, porque têm poucas pessoas, a não ser o pessoal do Colégio.

E também a Prefeitura, com a posse da terra, a Prefeitura vai olhar mais por nós, porque ela às vezes olha tão pouco pra gente e, às vezes, não é culpa dela; às vezes, a gente vai fazer alguma coisa e não é culpa dela, porque a Marinha não permite. Por exemplo, o Colégio é dentro do quartel, é lá dentro do quartel, a igreja é dentro do quartel... Quem sabe depois, no futuro, a gente vai poder construir uma capela fora de lá, aqui dentro da comunidade, um colégio, fazer um posto de saúde; aqui dentro da Marambaia não tem, a gente usa é da Marinha que, graças a Deus, eles atendem a gente bem, nunca negaram nada para a gente, quando precisamos deles dentro de casa, eles nunca negaram nada para a gente, não temos do que nos queixar disso. Mas, se tivesse uma coisa da comunidade, para a gente seria melhor. Uma sede da Associação também, que, até hoje, já tem 10 anos, a gente vem lutando para conseguir; até hoje não conseguimos fazer uma sede da Associação, fica complicado: Os documentos ficam na casa de um, na casa de outro, os computadores, essas coisas, tudo isso porque a gente não tem uma sede para a gente mesmo. Até mesmo onde o pessoal faz gelo, onde os pescadores fazem gelo, aquilo lá está dentro do quartel. Se Deus quiser, nós vamos conseguir fazer dentro do nosso território – é bem melhor, seremos responsáveis pelas nossas coisas.

Jaqueline Alves

Eu me casei, tive meu filho, que tem 11 anos, e me separei. Quando foi em 2006, eu conheci o meu atual marido, tem oito anos que a gente está junto; meu ex-marido que faleceu um ano atrás era militar, e meu atual marido também é militar, daqui do Cadim. Ele é de Salvador, mas mora aqui.

E como é a relação assim com...

Ele fica neutro, ele gosta muito de tudo que é cultural... Ele gosta, até mesmo porque ele é de Salvador, e a família dele também, parece que o avô dele foi escravo, então, têm algumas coisas a ver. Mas com relação – não vou dizer “conflito” –, no que diz respeito à Marinha e à comunidade, ele procura ficar neutro, até porque uma coisa nada tem a ver com a outra: ele é militar dentro do quartel, mas, em casa, ele é uma pessoa comum. E eu sou da comunidade em qualquer hora! [risos] Então, a gente aprendeu a conviver com isso. Ele sem problema nenhum; eu vou para as reuniões, e ele concorda: “Tem seminário, então, não dá para você ficar lá fora”. Eu venho para casa e, quando tem uma festa, igual tem a Festa do Dia 20 de Novembro, ele vai, ajuda – esse ano ele ajudou muito, “pra caramba”, carregou as coisas para ajudar. Quando [o pessoal] fala assim de alguma coisa, de algum conflito e tal, ele sai, não fica, ele não interfere, não influencia em nada. Não apenas eu, tem também a Rita que é casada com militar, ele até trabalha aqui na capela. Acaba acontecendo, você acaba conhecendo, cria uma simpatia, e não tem por que não se casar, não ter um relacionamento...

É comum a relação entre quem trabalha aqui na Marinha com os moradores?

Têm poucas pessoas: só eu, a Rita e uma menina que mora no continente; acho que só têm três pessoas que casaram com militares aqui. Isso não é comum, não. Pelo contrário, é difícil, bem difícil.

Você sente que as pessoas olham diferente para um casamento assim?

Não, não vejo, não. Às vezes, são eles que procuram não participar tanto das atividades, porque eles sentem que, se forem participar, as pessoas vão achar “tipo assim”: “O que os militares estão fazendo aqui?”. Eles mesmos, tanto o meu marido quanto o da Rita, procuram ficar neutros em algumas coisas, mas as pessoas agem com naturalidade.

Hoje, eu posso dizer que enxergo essa relação da comunidade com a Marinha de uma forma que, em toda a minha vida, eu nunca enxerguei. Hoje, a Marinha respeita a comunidade, coisas que, em tempos atrás... Não que houvesse um desrespeito explícito, mas eu acho que era uma falta de respeito. “Tipo”: eu fui morar fora por um tempo, fui estudar fora e, por estar estudando, eu não poderia entrar e sair todos os dias, trabalhava e tudo mais. O que eu acho uma falta de respeito? Eu sou moradora, sou nascida e criada na Ilha, pelo fato de eu estar estudando fora, de eu ter meu nome tirado da relação [dos que podem entrar no barco da Marinha]. Eu acho isso uma falta de respeito, com

qualquer cidadão, está indo contra a legislação brasileira, está indo contra tudo! Hoje, eles respeitam a comunidade; hoje, eles respeitam a Associação; hoje, se for acontecer qualquer coisa, eles chamam a gente para conversar, tem parceria. Isso não acontecia antes, ele tomavam as decisões por eles mesmos, não tinha consulta prévia, não tinha nada. Hoje, com essa negociação toda, eles tiveram que ver o que fica bom para ambas as partes; e por que não, no final de tudo isso, fazer uma festa conjunta da comunidade com a Marinha? Eu acho que nunca teve essa questão de você tratar mal o comandante; não tem nada a ver, é a instituição. Você não pode ir contra o comandante, o almirante, não; mas o que a comunidade queria era que houvesse respeito. Antes, houve derrubada de casas – ninguém quer ter a sua casa derrubada, demolida... Você vai morar onde, se a única casa que você tem é aquela? Pelo menos, pouco tempo atrás, eles caíram na real, assim, chamam a gente e conversam: “O que vocês acham?... Eu quero que vocês tenham em mim um amigo... Que a gente possa conversar... Essa questão já está em outro patamar... Vocês têm quem defende vocês, nós também temos a AGU³⁸, temos o Primeiro Distrito Naval³⁹, que está acima de mim, tem o Comando Geral da Marinha. Então, não tem nada a ver, a gente tem que negociar a nossa convivência, que seja em harmonia, que seja pacífica...”. Só que, antes, não tinha isso...

Quando é esse “antes”? Quando você acha que mudou, que essa relação ficou melhor?

Depende muito do Comando também, o Comando passado foi mais maleável, esse agora também está parecendo ser; mas depende muito do Comando, teve um comandante que não foi tão pacífico... Depende, varia.

Mas, se você pudesse me dizer, em que ano você acha que melhorou?

Melhorar, nessa questão de demolição e tudo mais, isso melhorou há oito, nove anos... De nove anos para cá, porque, até então, a comunidade não tinha conhecimento, não sabia o que era o Ministério Público, a comunidade tinha medo de fazer denúncia. Se alguém perguntasse se [a gente] vivia mal ou bem, a comunidade dizia que vivia “maravilhosamente bem”. A comunidade tinha medo! Isso porque as pessoas são leigas, acham que vão falar e nada vai acontecer. A comunidade deixou de ter medo, resolveu montar uma Associação, resolveu buscar assistência jurídica; as coisas foram mudando, eles foram vendo que a comunidade também estava buscando algo para se defender, o Ministério Público e tudo mais. Aí, as coisas começaram a se apaziguar. Também teve aquela ação civil pública⁴⁰, que disse que não se podia mais derrubar casas; aí, as coisas foram “se encaixando”. Mas a questão da convivência do dia a dia depende muito do Comando: tem comandante que é maleável, que respeita as pessoas, mas têm uns que são mais rígidos, mais conservadores; depende muito disso. Só que, até mesmo com o outro comandante que foi mais conservador, [com quem] a gente não teve tanto problema, aconteceram alguns problemas aqui, mas coisas que dão para se resolver, que dariam para ser resolvidas. A questão da convivência, de uns oito anos para cá, tem sido bem melhor.

Quanto tempo fica um comandante?

Dois anos. A última troca foi agora em janeiro, no dia 9. O novo comandante parece ser bem legal, bem maleável, procurou a gente para conversar, parece que está bem disposto, de boa vontade para negociar, está buscando sugestões, o que é interessante. Parece que está mesmo bem interessado em ajudar a comunidade e buscando ajuda também, porque, se você ajuda, você quer contrapartida; isso é natural, o ser humano é assim mesmo. Parece ser uma boa pessoa, bem consciente; ele foi bem claro: falou que quer ter em nós um amigo, quer ser amigo da comunidade, não está aqui para

³⁸ AGU é a sigla da Advocacia-Geral da União, instituição responsável pelo exercício da advocacia pública em âmbito federal.

³⁹ O Comando do Primeiro Distrito Naval é situado na Praça Mauá, no centro da cidade do Rio de Janeiro.

⁴⁰ De acordo com a cronologia do “Dossiê Marambaia”, organizada pelo Observatório Quilombola: “O procurador da República responsável pela pasta dos Direitos do Cidadão no Rio de Janeiro, Daniel Sarmento, solicita ao Projeto Egbé – Territórios Negros um relatório preliminar com dados que começavam a ser levantados sobre a comunidade. Com base nesse relatório preliminar, o Ministério Público Federal (MPF) entra com uma ação civil pública solicitando o reconhecimento da comunidade como remanescentes de quilombo e a interrupção das ações de expulsão da Marinha contra os moradores da Ilha, no que é atendido pela juíza de primeira instância”. Disponível em: <<http://www.koinonia.org.br/oq/dossies/marambaia/cronologia1.htm>>. Acesso em: 05 fev. 2015.

causar desentendimento, desconforto para ninguém, porque isso não tem nada a ver com ele, que está num patamar, está além. Ele parece ser mais radical do que o outro – outro era bem maleável –, as atitudes dele são “sim” e “não”, mas parece ser uma boa pessoa.

Você estava falando que, de uns tempos para cá, contando mais ou menos oito anos, existe um clima de maior respeito entre a Marinha e a comunidade. Você relaciona isso diretamente ao fato de a comunidade ter buscado uma forma de se organizar?

Acredito que sim, [a comunidade] estar organizada também, isso é muito interessante. Antes, não tinha Associação, não tinha nada; quando acontecia alguma coisa, as pessoas não sabiam o que fazer, ficava aquela coisa individual, um buscando advogado fora, o advogado orientava, mas era uma coisa individual. Hoje em dia não, a gente pensa no coletivo, não adianta eu ter orientação se o meu vizinho não tem – se o meu vizinho não tem, vou ajudá-lo também, hoje a gente pensa assim. Não adianta eu ter um quintal enorme, com 250 metros, se o meu vizinho não tem nada; então, eu vou dividir com ele, vou “fazer” o meu quintal em três. Antes, as pessoas eram mais individualistas. É também porque, se a gente coloca aqui uma bala, não vai dar para todos nós. Mas se a gente começa a se unir, mais uma, mais duas, mais três, isso fortalece. Não adianta a gente estar lá brigando, se todo mundo não fala a mesma língua. E agora não, a comunidade está bem organizada, sabe o que quer; hoje em dia, está disposta a negociar, porque não adiantava nada também dizer: “Eu quero negociar, meu vizinho quer, mas os demais não querem”. Hoje não, todos estão dispostos: “Vamos acabar com essa briga... Chegou o momento... Vamos ficar, porque a gente tem, a gente está melhor, porque a gente quer continuar na Marambaia...”. Então está, vamos aceitar o acordo e ponto.

Sobre esse acordo entre a comunidade da Marambaia e a Marinha, a respeito do território, teve alguma modificação? Como está essa situação?

Sim. Bem, a primeira proposta partiu da Marinha e, aí, a gente se reuniu, se organizou para fazer a nossa contraproposta. O que aconteceu? Algumas coisas eles restringiram, disseram que não poderiam... Na proposta da Marinha, eles dariam toda a área da Pescaria Velha, tirando a Praia do Sino, até a Praia Grande, mas só que na Praia Grande teriam uns cortes, porque ali tem uma área que eles dizem que é “área de adestramento”. Depois, então, seria a Praia Suja, próxima do Buraco Quente, a próxima a ser titulada, toda ela, da ponte para lá... E a praça tinha vários recortes que a gente não conseguiu entender muito no mapa – eles mandaram mapas para nós. Queriam a Praia do Caju porque tem só um morador, a Praia do João Manoel, que é a praia que tem a cachoeira, porque só tem um morador, e removeriam o pessoal da Praia da Armação, da Praia do Caju e da Praia do João Manoel, para a Praia do Sítio. Então, do lado de lá, ficaria só uma praia titulada e, aqui embaixo, a Praia Suja. A Pescaria Velha seria toda titulada, só não seria a Praia do Sino...

Na proposta, seria a Pescaria Velha, a Praia do José, a Praia da Caetana, a Praia do Cutuca... A Praia Grande também seria, mas cortando num córrego, num rio que passa, que seria a fronteira, cortando ali. A Praia Suja seria titulada, só que a Praia Suja tinha no mapa vários cortes, “tipo assim”: aqui é a minha casa, e no meu vizinho é um corte, porque, na verdade, eles foram com o GPS⁴¹ não de cima – o aparelho não pegava bem – e foram fazendo esses cortes, porque eles tinham que entrar mata adentro e não entraram, para pegar a Praia Suja inteira. A Praia do Caju não seria titulada, a do João Manoel também não, mas a Praia do Sítio sim, removendo o pessoal da Praia da Armação. Na Praia da Armação, o pessoal também não seria titulado – viriam todos para a Praia do Sítio. A comunidade não aceitou essa proposta, a comunidade reivindicou que tirassem os cortes da Praia Suja, reivindicou que o “seu” Joel, que tem 100 anos e mora no Caju, não tem interesse em sair, tendo em vista que é um senhor que mora lá há 100 anos e não tem interesse em sair mesmo. E o senhor do João Manoel até aceitou – se não houvesse nenhuma alternativa, ele sairia. Só que, quando o Inkra⁴² veio fazer os trabalhos de campo, veio o antropólogo do Instituto, o Miguel, e foi visitar todas essas praias junto com o pessoal da comunidade que acompanhou, e o pessoal da Marinha também acompanhou o trabalho dele. O que aconteceu? Ele identificou essa cachoeira com as imagens.

⁴¹ GPS é a sigla de sistema de posicionamento global (*global positioning system*, em inglês).

⁴² Inkra é a sigla do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, uma autarquia federal, cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Disponível em: <http://www.inkra.gov.br/institucional_abertura>. Acesso em: 5 fev. 2015.

Que é onde tinha a curimba, isso é importante!

Ele achou importante a Praia do João Manoel ser titulada, pela importância que tinha, religiosa, cultural. E tendo em vista também que essa praia aqui do João Manoel e a Praia do Caju são as praias onde têm as maiores fontes de nascentes de água. Aqui na Praia da Armação é onde ficam as ruínas, que era a fazenda de engorda – também seria de interesse da comunidade não que fossem tituladas, mas que fossem tombadas pelo Iphan.⁴³ O que eles aceitaram? Titular as ruínas, todo o entorno; vão continuar acontecendo as festas nas ruínas, porque [a área] seria titulada, mas não para construção, somente para manifestação cultural. A Praia do Sítio seria titulada mesmo, aceitaram titular a Praia do João Manoel, a casa que já existe nessa praia onde mora o Carlos e titularam até a Cachoeira e ali fizeram um corte, como se fosse titulada só essa parte da Praia do João Manoel, e também a Praia do Caju, já que o “seu” Joel não tem interesse em sair – vão titular só o lote do “seu” Joel.

Eles estão trabalhando com lotes individuais?

Não, coletivos, mas essas duas praias aqui serão individuais, porque só tem um morador em cada uma, e vão titular só uma área para esse morador, para a família em si. Será para a comunidade, mas a Praia do João Manoel não terá espaço para novas construções – é só para não ter novas construções. Essas praias serão tituladas só em torno das casas que já existem, e as demais praias, não.

A proposta dos moradores da comunidade foi aceita pela Marinha? Vocês estão chegando num acordo?

Estamos chegando, [a proposta] foi aceita, mas não foi bem do jeito que a comunidade queria; a comunidade queria que, da Praia Suja, da pedreira para lá, já fosse titulada. Seria uma área ótima para novas construções, tendo em vista que existem várias famílias agregadas. Eles não concordaram com isso, disseram que, da pedreira até a próxima casa da comunidade, é “área de adestramento”, é área de interesse militar. Mas tudo bem, a comunidade concordou, o corte próximo da casa da “dona” Dulcinéia... E tendo titulado a casa do “seu” Joel e todo o entorno, e a do Carlos e a cachoeira, a comunidade também aceita sem problema nenhum. O que a comunidade reivindica hoje é um espaço para construções públicas, porque nós não teremos esse espaço, a gente não tem. Não tem posto de saúde, uma sede para a Associação, uma praça – porque a praça que a gente tem vai ficar dentro da área militar, a gente tem que pensar em tudo isso –, um posto, uma quadra esportiva...

E como eles lidam com essas demandas?

Eles vão vir, o pessoal vai vir para visitar a Ilha, para ver onde pode ceder – o pessoal da Marinha. Na verdade, da União mesmo, vêm até os engenheiros que fazem o trabalho topográfico da Marinha, mas vem o pessoal da União também, o pessoal da AGU e tudo mais. A gente está esperando, mas o pessoal da comunidade também está disposto a negociar e a acabar logo com isso. As pessoas querem construir, as pessoas não têm nem mais interesse em ter filhos, porque vai ter filho para ficar onde? O filho tem que dormir com o pai, com a mãe, com o irmão... Aí, fica complicado.

Mas, uma vez titulado, vocês vão poder construir?

Sim, vamos poder construir. Hoje, não pode nem ampliar, não pode fazer nada, não pode fazer uma varanda, não pode fazer uma área. A comunidade está interessada em negociar, porque a gente vê que muitas pessoas acabam saindo da comunidade por essa questão. Já não tem mercado de trabalho e, se você não tiver moradia, fica difícil.

Você é a secretária da Associação. Quais são as suas atribuições? O que você faz na Associação?

Eu faço tanta coisa que nem parece que eu sou secretária, para dizer a verdade. Primeira coisa: os ofícios, os livros de ata – mantê-los em dia –, folhetos informativos, divulgação, quando vai ter reunião – as pessoas que não foram, eu tenho que passar como foi aquela reunião... Aí, ofício para as instituições de fora, trabalho social, tem alguém precisando de fralda geriátrica, uma gestante precisando de enxoval – vou no Instituto João Miguel, aqui em Mangaratiba, busco isso –, tem uma oficina, às vezes tem que ir a contadora levar o livro, a documentação, às vezes tem alguma assessoria jurídica, buscar projeto que está com o edital aberto, esse tipo de coisa...

⁴³ Iphan é a sigla do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, instituição federal que tem a missão de promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15145&retorno=paginalphan>>. Acesso em: 5 fev. 2015.

Paulo Fernandez dos Santos

Qual é o papel da Associação de Pescadores hoje, na vida aqui da comunidade? Ela atende só à comunidade da Pescaria Velha ou atende a toda a Ilha?

A Associação de Pescadores atende a toda a Ilha aqui dentro, especificamente, a Marambaia em si; eu faço um trabalho para que ela possa atender da melhor forma possível os pescadores, levando a documentação de muitos no Rio, para os que não sabem ir, das senhoras que pescam, que não podem ir porque têm filho pequeno. Então, eu pego essa documentação, levo – ou melhor, levava, porque hoje foi bloqueado, passou a ser utilizado pela Colônia⁴⁴, mas por modalidade de procuração eu posso fazer essa parte do trabalho, levando a documentação do pescador e da pescadora. Nas outras ilhas, se eu conhecer, [se souber] que aquele pescador realmente vive e sobrevive da pesca, como eu conheço muitos, eu procuro orientar e mostrar a forma de como ele deve agir, buscando o Ministério da Pesca, buscando a Colônia, buscando a associação local dele. Ou até mesmo, se possível, eu trago ele, vou junto com ele e desenvolvo esse trabalho, porque conheço aquela pessoa, e sei que ele é pescador e vive exclusivamente da pesca.

Você está há quanto tempo como presidente da Associação de Pescadores?

Nós fundamos a Associação quando fundaram a Arqimar, e vimos a importância que poderia ter uma Associação de Pescadores... E devido a eu ter um pouco de conhecimento, ter viajado no litoral aqui do sul, com o povo do norte, viram que eu poderia representar os pescadores. Então, ficamos desde 2004, ficamos quatro anos sem registro. [A Associação] surgiu em 2004, ficou ali sem registro e, depois, houve uma necessidade de registrar essa Associação; fizemos uma “intéra”, como a gente chama a “vaquinha”, e registramos a Associação no cartório. E com ela registrada, o que aconteceu? Depois, quando as empresas começaram a entrar na Baía de Sepetiba, tipo a CSA⁴⁵, a OGX⁴⁶, do Eike Batista, a CSN⁴⁷, e outras que já existiam, a Vale do Rio Doce, que hoje é só Vale, essas empresas estavam dentro da Baía. E nessas empresas existia um programa de contrapartida da degradação do meio ambiente, que muitos desconheciam. Então, agora em 2005, quando as empresas começaram a “fluir”, dentro da Baía, a gente começou a “despertar” que tinha essa contrapartida dentro das empresas para os pescadores, foi aí que procuramos estar juntos nas reuniões com as empresas. Participei praticamente de todas elas, e aí, quando pediram o registro da Associação que eu representava, tinha que ter um tal de “CNPJ”, e era caro o CNPJ. Aí, ficamos mais dois anos brigando, sendo apoiados por uma associação chamada UEPA⁴⁸, que representava todas as Associações de Pescadores do Estado do Rio de Janeiro, artesanais. E, nesse meio tempo, surgiu à empresa do Eike Batista. Foi onde falei lá no início, que “uma criança nasce, chora e começa a andar”... E a empresa veio, pegou aquilo e perguntou: “O que está faltando para a Associação?”. [E eu disse:] “Falta o tal do CNPJ”. Aí foi, regularizou, pagou, tudo saiu direitinho e, hoje, a Associação é registrada com CNPJ, a firma já é reconhecida em cartório, temos a documentação toda em dia e, basicamente, estamos funcionando até 2014.

E como você percebe a importância da Associação de Pescadores no trabalho que a Arqimar desenvolve, em relação à organização da comunidade, à memória da comunidade, à luta pela terra?

A Arqimar sempre fez esse trabalho mas, hoje, eles aprimoraram o trabalho deles, entraram – parece – em um consenso, de que a Marinha também fez uma medição, e acharam que estava bom o acordo com o que apresentaram na última alternativa entre a Marinha e a Arqimar em relação à delimitação das áreas. Parece que eles chegaram a um consenso, mas existem duas praias que ainda estão em debate. Eu, como Associação de Pescadores, pedi para que aquelas praias ficassem para a comunidade pesqueira, que poderia usar dela para criadouro de mexilhões, ostras, nativos do mar, essas coisas que só vivem dentro d’água. As praias são boas para esse tipo de cultivo, e eu não posso debater direto com a Marinha, porque isso é um trabalho da Arqimar, não é da Associação de Pescadores. Eu vejo que o trabalho dela tem fluído, tem buscado

⁴⁴ Ver a nota 34, acima.

⁴⁵ CSA é a sigla da Companhia Siderúrgica do Atlântico.

⁴⁶ OGX é a sigla da empresa Óleo e Gás Participações S.A.

⁴⁷ CSN é a sigla da Companhia Siderúrgica Nacional.

⁴⁸ UEPA é a sigla para União das Entidades de Pesca e Aquicultura do Estado do Rio de Janeiro.

realmente o que há de melhor para a comunidade, e a própria comunidade também é o pescador. Estamos numa área da Arqimar e, ao mesmo tempo, de quilombola, e os pescadores também fazem parte dessa Associação; então, a Associação de Pescadores serve para responder sobre a parte marítima. O pescador diz: "Ah, chegou um barco estranho! Paulo, tem um barco estranho!". Eu vou lá e aviso que tem um barco estranho. Chegou [alguém fazendo] pesca predatória, um barco pescando ilegalmente, eu vou lá e comunico. Então, a Associação de Pescadores está nesse patamar, tentando defender o meio ambiente da comunidade na parte de pesca.

Referências bibliográficas

- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo (Orgs.). *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC/FGV, 2007.
- ALVES, Vladimir Z. *Antiga Escola da Marambaia: história e memória de uma experiência do ensino industrial da pesca (1939-1971)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro.
- ALENCASTRO, Luis Felipe. *Parecer sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF/186, apresentada ao Supremo Tribunal Federal*. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://adusp.org.br/files/GTs/etnia/parecer.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2015.
- ARQIMAR: Associação da Comunidade dos Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia. *Revista Existimos*. Mangaratiba, n. 2, nov. 2007.
- BEILER, Aloysio Clemente Breves. O imperador do café. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, set. 2007.
- CAMINHA, Mônica C. A serviço de Deus, dos pobres e da pátria: o abrigo do Cristo Redentor (1936-45). In: XII SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA (SBHC), Salvador, 2010. *Anais...* Salvador: SBHC, 2010. Disponível em: <www.sbh.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=14>. Acesso em: 5 fev. 2015.
- GOMES, Flávio; YABETA, Daniela. Memória, cidadania e direitos de comunidades remanescentes (em torno de um documento da história dos quilombolas da Marambaia). *Afro-Ásia*, n. 47, 2013.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi, v. 1: memória-história. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.
- LOURENÇO, Thiago C. P. Os Souza Breves e o tráfico ilegal de africanos no litoral sul fluminense. In: MATTOS, Hebe (Org.). *Diáspora negra e lugares de memória: a história oculta das propriedades voltadas para o tráfico clandestino de escravos no Brasil Imperial*. Niterói: Editora da UFF, 2013.
- MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. Lugares do tráfico, lugares de memória: novos quilombos, patrimônio cultural e direito à reparação. In: MATTOS, Hebe (Org.). *Diáspora negra e lugares de memória: a história oculta das propriedades voltadas para o tráfico clandestino de escravos no Brasil Imperial*. Niterói: Editora da UFF, 2013.
- MOTA, Fábio Reis. *Marambaia da terra, Marambaia do mar: conflitos, identidades e meio ambiente no estado do Rio de Janeiro*. 2001. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- PEREIRA, Amilcar A.; MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.). *Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.
- OBSERVATÓRIO QUILOMBOLA. *Dossiê Marambaia*. Disponível em: <<http://koinonia.org.br/oq/dossies/marambaia/cronologia1.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2015.
- YABETA, Daniela. *Marambaia: história, memória e direito na luta pela titulação de um território quilombola no Rio de Janeiro (c. 1850 - tempo presente)*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

FUNDAÇÃO VALE



Cooperação
**Representação
no Brasil**



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO